

Demonstrações Financeiras

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

31 de dezembro de 2020 e 2019
com Relatório do Auditor Independente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Sumário

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
2. PAINEL DE INFORMAÇÕES	8
3. CENÁRIO ECONÔMICO	9
4. SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO	10
5. SITUAÇÃO HÍDRICA NO RIO DE JANEIRO	11
6. PERFIL DA COMPANHIA E ÁREA DE ATUAÇÃO	12
7. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA	13
8. DESEMPENHO FINANCEIRO	14
9. GOVERNANÇA CORPORATIVA	19
10. AÇÕES, PROGRAMAS E PROJETOS IMPLEMENTADOS	23
11. PROGRAMA DE OBRAS	25
12. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE	31
13. AGRADECIMENTOS	31

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE de 2020 em cumprimento às disposições legais e estatutárias.

O ano de 2020 foi atípico para todos. A pandemia da Covid-19 impôs uma série de desafios que exigiram da sociedade – e das empresas, em particular – grande capacidade de adaptação e rapidez de resposta para adequarem-se à nova realidade da crise sanitária.

Apesar das dificuldades impostas pelo agravamento da pandemia no Brasil, a CEDAE foi capaz de dar continuidade aos serviços prestados à população dos 64 municípios atendidos pela Companhia.

Ainda assim, os efeitos da pandemia no resultado financeiro das empresas foram inevitáveis, e com a CEDAE não foi diferente. Diante do agravamento da pandemia, medidas que impactaram na receita da Companhia foram adotadas, como a suspensão de faturas para clientes de tarifa social, de março a outubro de 2020, e para comércio de pequeno porte, de março a julho de 2020; paralisação do serviço de corte de abastecimento; e suspensão da negativação para todos os clientes durante o período de pandemia. Cabe destacar que durante o ano de 2020 não houve reajuste tarifário para os serviços da empresa.

O resultado financeiro também sofreu grande impacto pelo aumento da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), em decorrência da atualização das normas contábeis (CPC 48), que representou uma redução de 28,5% do referido resultado. O reajuste médio das tarifas da Light e Enel em 6,21% e 3,38%, respectivamente, também influenciou nos resultados da empresa, que é uma das maiores consumidoras de energia elétrica do Estado.

Outras despesas registradas em 2020 foram a aquisição de materiais que não eram utilizados anteriormente, como carvão ativado e argila lantânica. Além da compra de hidrômetros, que faz parte do plano estratégico de modernização e instalação dos aparelhos. Houve também crescimento das despesas com pessoal, principalmente em função do Plano de Demissão Voluntária (PDV), aderido por 640 empregados. Em 2020 ocorreu ainda a redução dos rendimentos das aplicações financeiras decorrente da queda da taxa de juros, entre outros fatores.

Ações de combate à Covid-19

Com a pandemia da Covid-19, a CEDAE tomou uma série de medidas – internas e externas – para se adaptar às exigências de distanciamento social sem, contudo, comprometer os serviços prestados à população. Em alguns casos, a Companhia chegou a reforçar

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

determinados serviços, principalmente em comunidades carentes, áreas mais vulneráveis à disseminação do vírus.

A CEDAE elaborou o “Plano de Retomada das Atividades” e o “Guia de Prevenção à Covid-19 no Ambiente de Trabalho”, com todas as diretrizes adotadas pela Companhia, como respeito ao distanciamento social, reforço à higiene pessoal, instalação de dispositivos de álcool em gel em pontos estratégicos, aquisição de medidores de temperatura e sanitização periódica dos ambientes de trabalho.

Dentre as medidas adotadas internamente, destacam-se a redução da jornada de trabalho; a suspensão da participação de empregados em eventos, congressos, palestras e treinamentos; e o cancelamento de viagens a trabalho, reuniões presenciais e visitas a unidades da Companhia. Também foram decretadas férias antecipadas a estagiários e jovens aprendizes – e liberados aqueles aprendizes com deficiência (PcD).

Cerca de 125 mil máscaras de proteção individual foram distribuídas nas unidades da CEDAE de abril a dezembro de 2020. Também foram realizadas adaptações às agências comerciais para atendimento ao público e ações permanentes de sanitização, com mais de 2.500 intervenções e 412 endereços atendidos de maio a dezembro do ano passado, totalizando mais de 3.200.000 metros quadrados sanitizados. Além disso, mais de 2 mil testes de Covid-19 foram aplicados internamente com o apoio da CEDAE Saúde.

De 14 de abril a 19 de setembro de 2020, a CEDAE realizou ações de sanitização em 314 comunidades e complexos no Rio de Janeiro. A sanitização é uma ação complementar ao saneamento nas comunidades, realizada por empresa especializada contratada pela Companhia.

Outra ação adotada foi a instalação de sistemas alternativos de abastecimento em comunidades localizadas em regiões de crescimento desordenado com abastecimento precário e moradias sem meios de receber e reservar água. No total, foram instaladas 50 caixas d’água para reforço do abastecimento em 34 localidades no Rio desde o dia 08 de abril de 2020, atendendo a mais de 80,8 mil pessoas nestas comunidades.

Também no início da pandemia, a CEDAE contratou, em caráter emergencial, caminhões-pipa para atender a Região Metropolitana do Rio. Com a medida, a Companhia visou dar celeridade ao atendimento de localidades que apresentaram solicitações de reforço no abastecimento.

Na área Comercial, a CEDAE adotou medidas, desde o início da pandemia, para reduzir o impacto nos orçamentos dos consumidores. Com isso, ofereceu inicialmente prazo de 60 dias para pagamento das contas de março a agosto de 2020 (Decreto 47.178) a todos os clientes, sem cobrança de multas e com parcelamento sem ônus. Outra ação adotada foi a de

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

suspender serviços de corte de abastecimento e negativação para todos os clientes da empresa. As duas medidas são válidas até o fim do período da pandemia.

A Companhia também suspendeu em março a cobrança das faturas para clientes de tarifa social (até outubro de 2020) e para comércio de pequeno porte (até julho de 2020). Tal medida permitiu a esses consumidores priorizarem e reorganizarem suas despesas.

Ainda em relação à Covid-19, a CEDAE firmou parceria com a Secretaria de Estado de Saúde (SES), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – seção Rio de Janeiro (ABES-Rio), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (POLI/UFRJ) para monitorar a concentração de SARS-COV-2 (o novo coronavírus) nos esgotos da Região Metropolitana do Rio. A coleta de amostras de esgotos foi iniciada em setembro em dez pontos: as ETEs Alegria, Barra da Tijuca, Penha, Pavuna, Sarapuí, São Gonçalo, Ilha do Governador e Vargem Grande e as elevatórias Leblon e André Azevedo. O trabalho dos pesquisadores servirá de base para tomadas de decisão dos órgãos de saúde para conter a pandemia do coronavírus.

Obras

As obras do Programa de Abastecimento de Água da Baixada Fluminense e Novo Guandu seguem avançando. Trata-se do maior pacote de obras de infraestrutura do Estado do Rio de Janeiro, com valor total previsto de investimentos de R\$ 3,4 bilhões. Com previsão de conclusão em 2025, as obras irão atender a cerca de 3 milhões de pessoas em toda a Região Metropolitana.

O programa prevê a construção de uma nova estação de tratamento de água em Nova Iguaçu com capacidade de produção de mais de 1 bilhão de litros por dia, o Novo Guandu. O projeto também inclui: reservatório de 57 milhões de litros de água; assentamento de 109 km de adutora; implantação de 30 elevatórias, além da reforma de quatro; construção de 23 reservatórios e a reforma de nove; assentamento de 1,5 mil km de troncos de adução e distribuição. As obras vão beneficiar diretamente os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Belford Roxo, Queimados, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Rio de Janeiro, Japeri, Seropédica e Itaguaí.

Também na Baixada Fluminense estão em andamento as obras de ampliação do sistema de abastecimento de água de Campos Elíseos, com uma nova estação de tratamento de água com capacidade de 17 milhões de litros por dia, no valor de R\$ 27,8 milhões; e a ampliação do abastecimento em Belford Roxo, com investimento de R\$ 86,9 milhões, entre outras.

O ano de 2020 marcou ainda o início das obras de terraplanagem, drenagem e vias de acesso para o reservatório Novo Marapicu, em Nova Iguaçu, no valor de R\$ 25 milhões; e a complementação do sistema de abastecimento de água de Japeri, com uma nova estação de tratamento de água com capacidade de 13 milhões de litros por dia, investimento de R\$ 21,1 milhões.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Cedae também iniciou em 2020 as obras do Programa Comunidade Cidade, na Rocinha, uma parceria da Companhia com o Governo do Estado, que prevê investimentos em serviços de infraestrutura (água, esgoto, drenagem e pavimentação). A primeira etapa das obras se concentrou na localidade de Vila Cruzado, onde estão sendo assentados troncos coletores de esgoto, redes de distribuição de água, redes de drenagem pluvial e pavimentação de becos, vielas, escadarias e vias de concreto. Também estão previstas as reformas do Reservatório do Navio e do próprio núcleo da Cedae na comunidade.

Em São Gonçalo, destacam-se as obras de complementação do abastecimento de água do município, com a construção de reservatórios, tronco alimentador e distribuidor no bairro Monjolos, com investimento de R\$ 14,2 milhões e que irá beneficiar 5.500 habitantes. Na mesma cidade, seguem as obras de construção do booster e reforma do reservatório de Trindade, com investimento total de mais de R\$ 8,5 milhões. Já em Magé, as intervenções complementares no abastecimento estão orçadas em R\$ 8,8 milhões. E em Rio Bonito, as obras irão atender a cerca de 7 mil moradores das localidades de Boa Esperança e Parque Andréa, com investimento de R\$ 2,9 milhões. Além disso, a Companhia investiu cerca de R\$ 3,2 milhões na reforma de 28 estações de tratamento de água no interior do estado.

No setor comercial, a Companhia inaugurou três agências em 2020: Gávea, São Gonçalo (Alcântara) e Seropédica, alcançando total de 76 unidades comerciais em todo o Estado do Rio. Além disso, deu prosseguimento ao projeto-piloto de redução de perdas por furto, imprecisão dos equipamentos e atualização cadastral em seis cidades da Região Serrana: Cantagalo, Cordeiro, Macuco, Sapucaia, Sumidouro e Teresópolis. A iniciativa fechou o ano com a atualização de mais de 2,6 mil cadastros e a substituição de 21.183 hidrômetros, entre outros resultados.

Durante o ano, apesar das restrições impostas pela pandemia, a CEDAE manteve o foco no combate a ligações clandestinas. No total, foram realizadas 3.143 atuações, com a eliminação de 261 irregularidades. As operações resultaram em 964 autos de infração que geraram mais de R\$ 560 mil em multas aplicadas. Além disso, fechou 2020 com a instalação de 240 mil novos hidrômetros de um total de 470 mil aparelhos comprados pela Companhia.

Iniciativas socioambientais

Em 2020, apesar do avanço da pandemia, a CEDAE manteve suas ações de cunho social e ambiental. A Companhia é uma das que mais emprega mão de obra carcerária no Brasil e, por meio de convênio com a Fundação Santa Cabrini, encerrou o ano passado com 599 apenados distribuídos em 146 setores da Companhia, em 48 municípios. São homens e mulheres que realizam serviços como limpeza e conservação de prédios e recuperação ambiental de mananciais hídricos.

A ação faz parte do Replantando Vida, programa socioambiental da Companhia que, além de dar oportunidade de trabalho, geração de renda e capacitação a apenados, também traz

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

benefícios para o Estado do Rio. A cada três dias de trabalho, o beneficiado com o programa tem redução de um dia em sua pena. Eles recebem remuneração pelo serviço prestado, auxílio para transporte e alimentação. A economia para os cofres públicos chega a R\$ 15 milhões.

O Programa Replantando Vida fechou 2020 tendo doado mais de 117 mil mudas de 121 espécies nativas da Mata Atlântica para atividades de reflorestamento de matas ciliares e/ou recuperação de nascentes em 34 municípios do Estado do Rio, além de Guaratinguetá, no interior de São Paulo.

As mudas são mantidas em sete viveiros, com capacidade total de produção de 1,8 milhão de mudas por ano. Além de suprir as demandas dos projetos internos, os viveiros da CEDAE apoiam projetos de Educação Ambiental em todo o Estado e cumprem a função de núcleo de educação ambiental, com atividades nos centros de visitação da Companhia.

Na área ambiental, a Companhia também está atuando junto à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) para verificar a viabilidade de reutilização do lodo que sobra da operação das Estações de Tratamento da Água como ingrediente para a produção de blocos de cimento. E ainda mantém parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) no uso do lodo das Estações de Tratamento de Esgoto como adubo em ações de reflorestamento.

Outros fatos que marcaram 2020

Para além do enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, outros três acontecimentos marcaram o ano de 2020 para a Cedae:

- No início do ano, a Cedae enfrentou uma crise relacionada a gosto e odor na água tratada na ETA Guandu. A alteração foi proveniente de uma substância conhecida como geosmina e MIB e oriunda de algumas espécies de algas existentes na lagoa próxima à captação de água no Rio Guandu. Diante deste evento, a Cedae atuou emergencialmente na causa do problema com a aplicação de argila lantânica na lagoa, com o objetivo de diminuir a presença de fósforo na água e a consequente redução de algas na lagoa. Da mesma forma, a Companhia providenciou a instalação do sistema de dosagem de carvão ativado para reduzir a concentração de geosmina na água tratada.
- Em novembro de 2020, houve redução de 25% da capacidade de bombeamento da elevatória do Lameirão, ocasionada pela queima de motores da unidade. A Cedae envidou todos os esforços necessários para a redução do tempo de reparo e conseguiu restabelecer a normalidade do abastecimento em 38 dias. Durante esse período, foi necessária a criação de comitê de crise e a elaboração de plano de manobras emergencial para diminuir as consequências da redução do fornecimento de água, que impactou o abastecimento nos municípios do Rio de Janeiro e Nilópolis.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Considerando as implicações relacionadas ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) do Rio de Janeiro e à edição do Novo Marco Legal do Saneamento Básico por meio da Lei 14.026 de 15 de julho de 2020, foi dada sequência ao modelo de concessão elaborado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O Governo do Estado publicou em 29 de dezembro de 2020 o edital de concorrência internacional para a *Concessão da Prestação Regionalizada dos Serviços Públicos de Fornecimento de Água e Esgotamento Sanitário e dos Serviços Complementares dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro*. Neste modelo, a Cedae permanecerá prestando os serviços apenas de produção de água potável na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, por meio dos quatro grandes sistemas de produção (Guandu, Imunana-Laranjal, Ribeirão das Lajes e Acari), e de toda a cadeia de água e esgoto fora da Região Metropolitana do Rio para os municípios que não aderiram ao modelo de concessão.

Expectativas para 2021

Para 2021, a CEDAE mantém o foco em concluir todas as obras iniciadas para abastecimento de água e esgotamento sanitário; reestruturar a empresa diante do processo de concessão de parte de seus serviços; e elaborar novo planejamento estratégico.

Também está em curso um portfólio de obras de modernização e melhorias operacionais no sistema de produção do Guandu, além de implantação de estação de tratamento para os sistemas Ribeirão das Lajes e Acari.

Na área de esgotamento sanitário, a Companhia deverá concluir a reforma dos decantadores da ETE Barra e da elevatória de esgoto de Olavo Bilac, em Duque de Caxias. E ainda dar prosseguimento à complementação e interligação do sistema de esgotamento Paquetá-ETE São Gonçalo e às obras de complementação das redes de esgotos sanitários dos sistemas Sarapuí e Pavuna.

O prolongamento da pandemia exigirá de todos um trabalho redobrado para garantir a continuidade dos serviços prestados à população e, ao mesmo tempo, manter em segurança os nossos clientes e o quadro de empregados. O momento que vivemos pede a união e a solidariedade de todos, afinal, são muitos os desafios que temos pela frente em 2021.

Cordialmente,

Edes Fernandes de Oliveira

Diretor-Presidente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2. PAINEL DE INFORMAÇÕES

Descrição	Unidade	2020	2019	Var. %
Informações Financeiras				
Ativo Total	R\$/Milhares	14.669.628	14.648.547	0,20%
Patrimônio Líquido	R\$/Milhares	7.089.254	7.277.650	-2,6%
Receita Operacional Líquida	R\$/Milhares	5.919.057	6.123.007	-3,30%
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	R\$/Milhares	(204.213)	1.050.592	-119,40%
Resultado Financeiro Líquido	R\$/Milhares	(55.177)	76.402	-172,20%
EBITDA	R\$/Milhares	72.816	1.327.101	-94,50%
Lucro/Prejuízo Líquido	R\$/Milhares	(247.150)	1.022.934	-124,20%
Estrutura do Endividamento				
Empréstimos e Financiamentos	R\$/Milhares	498.029	640.026	-22,20%
Passivo Atuarial ¹	R\$/Milhares	655.883	636.791	3,00%
Total da Dívida Bruta	R\$/Milhares	1.153.912	1.276.817	-9,60%
Disponibilidade	R\$/Milhares	1.290.157	799.491	61,40%
Total da Dívida Líquida	R\$/Milhares	(136.245)	477.326	-128,50%
Dívida Líquida/EBITDA	Múltiplo	(1,90)	0,40	-575,00%
Dívida Líquida/PL	Múltiplo	(0,02)	0,07	-128,60%
Indicadores Operacionais²				
Índice de Atendimento de Água	Percentual	86,89	86,67	0,25%
Índice de Atendimento de Esgoto	Percentual	42,42	39,15	8,35%
População Atendida com Abastecimento de Água	Milhões de hab.	12,38	12,28	0,81%
População Atendida com Coleta de Esgoto	Milhões de hab.	6,46	5,55	16,4%
Hidrometração	Percentual	52,98	54,43	-2,66%

Notas:

- (1) Refere-se à Dívida da Prece – Previdência Complementar, conforme nota 19 das notas explicativas.
- (2) Conforme orientações do Manual de Melhores Práticas do SNIS do Projeto Acertar, a companhia vem atualizando desde 2020 a metodologia empregada para informar suas informações operacionais ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Assim, com o objetivo de se adequar as boas práticas aplicadas e uniformizar as informações do Relatório da Administração com as do SNIS, a companhia passará a informar as informações operacionais do SNIS no Relatório de Administração. Por esse motivo, existiu diferença entre os indicadores operacionais referentes ao ano de 2019 apresentados no Relatório de Administração do ano passado e a apresentada agora no Relatório de 2020.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3. CENÁRIO ECONÔMICO

A economia mundial sofreu um severo abalo. Segundo *World Economic Outlook Update* do Fundo Monetário Internacional (FMI), a expectativa é que a economia global tenha encolhido 3,5% em 2020. Já no que tange ao Brasil, o ano de 2020 registrou uma queda de 4,1% no Produto Interno Bruto (PIB) segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, o ano de 2020 foi marcado pela pandemia do COVID-19, que além de impactar a saúde e a vida das pessoas, afetou negativamente a atividade econômica.

Existe grande incerteza sobre a situação econômica em 2021. Além da dúvida sobre o arrefecimento da pandemia, outros fatores como a relação mercantil entre China e EUA e as consequências do *BREXIT* representam risco para a recuperação mundial. No entanto, a expectativa do FMI é que ocorra uma retomada, com crescimento projetado da economia global de 5,5% e 4,2% em 2021 e 2022, respectivamente.

O Brasil deve voltar a crescer também em 2021, segundo o boletim Focus do Banco Central de 19 de fevereiro de 2021 a mediana das expectativas de mercado para o crescimento percentual do PIB encontra-se em 3,29% para 2021 e 2,50% para 2022. A velocidade da recuperação do PIB depende do andamento das medidas de mitigação dos impactos da crise a serem implantadas pelo governo.

Um fator que pode influenciar positivamente a economia brasileira são os juros baixos, no qual a meta da taxa Selic atualmente está definida em apenas 2% a.a. Entretanto, segundo as projeções do mercado, relatadas no já citado Boletim Focus, as projeções são de elevação para a meta da Taxa Selic (fim de período), a mediana das expectativas dos agentes é de 4,00% a.a. para 2021 e 5,00% a.a. para 2022.

O aumento da inflação é um dos fatores que explicam as projeções de elevação na taxa de juros. A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2020 em 4,52% e a projeção dos economistas para 2021, 3,82%, já supera o centro da meta 3,75%.

Quanto ao desemprego, a taxa de desocupação média para o ano de 2020 chegou a 13,5% - maior marca desde 2012 - atingindo 13,4 milhões de brasileiros. Quanto ao Estado do Rio de Janeiro, área de atuação da CEDAE, a taxa de desocupação do terceiro trimestre foi de 19,1%, ficando abaixo apenas dos Estados da Bahia (20,7%), Sergipe (20,3%) e Alagoas (20,0%). Segundo a Firjan foram perdidos liquidamente mais de 127 mil empregos formais no Estado do Rio de Janeiro em 2020.

Dados sobre endividamento e inadimplência do consumidor da cidade do Rio de Janeiro divulgados pelo Instituto FECOMÉRCIO de Pesquisas e Análises com dados da Confederação Nacional do Comércio (CNC) demonstram a difícil situação das famílias cariocas no ano de 2020. Houve um crescimento anual de 10,1 pontos percentuais no percentual de famílias endividadas, crescendo de 61,5% em dezembro de 2019 para 71,6% em dezembro de 2020. Já

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

o percentual de famílias que não terão condições de pagar suas dívidas aumentou 1,7 ponto percentual durante o ano de 2020, abrangendo 15,2% das famílias cariocas em dezembro de 2020. Além disso, o total de famílias cariocas com conta atrasada no mês de dezembro de 2020 foi de 27,9%, representando um aumento 8,5% em relação ao mesmo mês de 2019.

Enfim, após um ano excepcionalmente ruim para a economia brasileira, mesmo diante das incertezas, é esperada uma melhora na situação econômica do país em 2021 em paralelo ao enfrentamento e adaptação à pandemia.

4. SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO

O panorama do setor de saneamento não pode ser entendido sem ressaltar a influência do PLANASA (Plano Nacional de Saneamento Básico) instituído no início da década de 70 e que durou até meados dos anos 80. O plano era sustentado pelo Sistema Financeiro do Saneamento (SFS) e operado pelas Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESBs) cuja criação foi estimulada em todos os Estados da federação.

As CESBs, como a CEDAE, têm área de abrangência regional e são formadas para atender a diversos municípios. Elas contrastam com as empresas locais, que são serviços municipais (públicos ou privados) que atendem a apenas um município, mas que eventualmente podem atender a municípios próximos. Ainda hoje as CESBs são as principais prestadoras dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos.

Com o fim do PLANASA, as décadas de 90 e 2000 foram marcadas por intensos debates sobre a criação de uma estrutura regulatória para o setor. As discussões culminaram na lei 11.445 de 2007, Lei Nacional do Saneamento Básico com objetivo principal a universalização dos serviços de abastecimento de água potável e coleta e tratamento de esgotos.

Com o objetivo de atualizar o marco legal do saneamento básico, recentemente foi sancionada a lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Assim, foi definido que os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão conter metas de universalização que garantam o atendimento de 99% (noventa e nove por cento) da população com água potável e de 90% (noventa por cento) da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033. Os contratos em vigor que não possuírem metas terão até 31 de março de 2022 para viabilizar a inclusão.

Outra novidade da lei nº 14.026 foi a transformação da Agência Nacional de Águas em Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Agora, a ANA tem como atribuição de fixar normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, o que compreende, por exemplo, a padronização de contratos e a contabilidade regulatória.

Os investimentos no setor possuem duas fontes principais de recursos: i) Recursos Onerosos: provenientes dos fundos financiadores - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), gerido pela Caixa Econômica Federal, e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), gerido pelo

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e ii) Recursos Não Onerosos: oriundos do Orçamento Geral da União (OGU), e de orçamentos dos Estados e Municípios. De acordo com a atualização do marco regulatório, os recursos não onerosos da União priorizarão os investimentos de capital que viabilizem a prestação de serviços regionalizada, por meio de blocos regionais.

Além das fontes tradicionais citadas, as Companhias do setor vêm acessando o mercado de capitais para obter uma maior captação de recursos. Desde 2007 a CEDAE vem captando recursos junto ao mercado de capitais por meio da emissão de debêntures. Destaca-se ainda que, ao final de 2014, a Companhia estruturou duas novas operações: a emissão de Cédulas de Crédito Bancário junto à CAIXA, cujos recursos serão voltados para investimentos na ampliação da capacidade de abastecimento de água para a Baixada Fluminense; e a captação por meio de debêntures de infraestrutura junto ao BNDES, direcionada a investimentos na renovação da rede e redução de perdas.

No Rio de Janeiro, área de atuação da Companhia, a CEDAE se destacou por uma opção espontânea e acordada com o Governo do Estado para a firmação de protocolo com vistas ao estabelecimento de convênio com a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA no final do ano de 2012. A firmação representa importante avanço na direção da implantação de um marco regulatório para o setor de saneamento básico no Estado.

O principal desafio a ser enfrentado pelo setor de saneamento se refere à coleta e o tratamento de esgoto. Segundo os dados do Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS), em 2019 apenas 54,1% dos esgotos gerados foram coletados e destes, 78,5% foram tratados.

Outra característica relevante do setor são as elevadas perdas de água na distribuição que, segundo o SNIS em 2019, atingiram 39,2% no Brasil. Apesar das perdas sempre acontecerem em qualquer sistema de abastecimento de água, o índice ainda é bastante elevado e deve ser diminuído por meio de melhor gestão por parte das operadoras.

5. SITUAÇÃO HÍDRICA NO RIO DE JANEIRO

No início ano de 2020, a curva de armazenamento de água do volume equivalente do início do ano (período úmido) foi maior do que de 2019. Contudo, ao final do ano de 2020 (início do período úmido), o volume dos reservatórios estava abaixo do observado em 2019. Com isso foi aumentado o acompanhamento dos dados no GTA OH (Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica do rio Paraíba do Sul) para a evolução da previsão de chuva para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2021.

Mesmo com esse comportamento, podemos dizer que o ano de 2020 não apresentou ameaças de crise hídrica e observou-se a perfeita manutenção da produção cujos sistemas têm como fonte o rio Paraíba do Sul e o rio Guandu. Salienta-se que ao longo de todo o ano

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

de 2020 não houve redução na defluência na transposição para o rio Guandu e conseqüentemente o sistema de produção de água do Guandu não foi afetado por diminuição da oferta hídrica.

Os outros sistemas de abastecimento como o Imunana-Laranjal, cuja fonte de água provém das bacias dos rios Macacu e Guapiaçu, por não haver reservatórios de regularização sempre são afetados no período de estiagem. Contudo em 2020 esta estiagem foi mais branda, implicando uma redução de vazão captada na ordem de 300 l/s por 17 (dezessete) dias entre os meses de agosto e setembro.

No interior do Estado, os sistemas cujas captações estão instaladas no rio Paraíba do Sul não sofreram impactos significativos em 2020. Cabe salientar que o município de São João da Barra, localizado próximo à foz do rio Paraíba do Sul requer uma atenção especial, por ser influenciado pelos rios Pomba e Muriaé, que ficam no Estado de Minas Gerais e contribuem para o rio Paraíba do Sul após a barragem de Santa Cecília. Vale ressaltar que os sistemas de Maricá e Paty do Alferes que estão em outras bacias sofreram impactos importantes na produção de água devido à estiagem.

A CEDAE continua a participar ativamente dos Comitês de Bacias Hidrográficas em todo o Estado, além de fazer parte do GTAOH. Outrossim, vem atuando para reduzir perdas e fazendo campanhas de educação ambiental e conscientização para o uso racional da água com o objetivo de garantir a segurança operacional e se preparar para eventuais déficits hídricos no futuro. Além disso, contribui também ao participar de reuniões e discussões com a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade para o fortalecimento das políticas públicas no que tange à Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro.

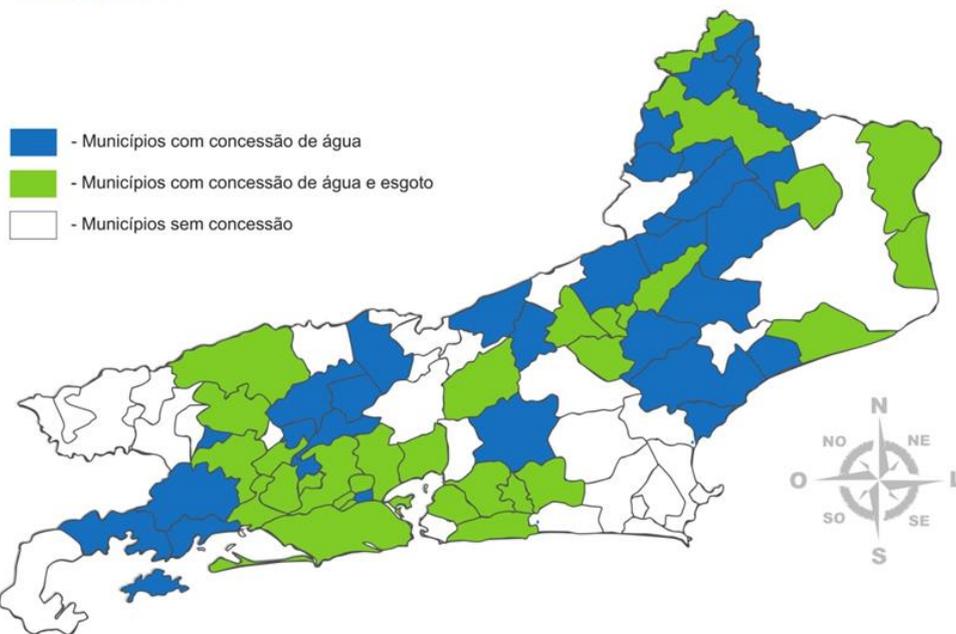
6. PERFIL DA COMPANHIA E ÁREA DE ATUAÇÃO

A CEDAE é uma empresa de economia mista, sediada no município do Rio de Janeiro, tem como acionista majoritário o Governo do Estado do Rio de Janeiro e presta serviços de fornecimento de água potável, coleta, tratamento e disposição final de esgotos. Responsável por aproximadamente 77% de nossa Receita Bruta, o município do Rio de Janeiro é o 2º maior PIB do Brasil, conforme dados mais recentes do IBGE.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Mapa do Estado do Rio de Janeiro



7. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Atualmente temos 695 acionistas minoritários com 0,0004% da totalidade das ações, e o Estado do Rio de Janeiro como acionista majoritário possui 99,9996%.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
8. DESEMPENHO FINANCEIRO
8.1. RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida de 2020 totalizou R\$ 5.919.057 mil, 3,3% inferior ao ano de 2019, conforme gráfico apresentado abaixo:



A seguir, a Companhia apresenta os comentários sobre os principais fatores que influenciaram a queda da receita líquida nos períodos comparativos:

- i. A pandemia causada pela COVID-19 exigiu em março/2020, o fechamento da grande maioria dos estabelecimentos provocando uma expressiva redução no consumo de água; e
- ii. Não houve reposicionamento tarifário, aplicado pro rata para consumos registrados no exercício de 2020.

8.2. CUSTOS E DESPESAS

Em 2020, os custos e despesas, que correspondem ao somatório dos custos dos serviços vendidos, despesas com vendas, despesas administrativas e outras despesas decorrentes da exploração dos serviços de água e esgoto, totalizaram R\$ 6.123.270 mil, contra R\$ 5.072.415 mil no ano de 2019, incremento de 20,7%. A tabela a seguir demonstra os custos e despesas nos períodos comparativos:

Descrição (R\$ Milhares)	2020	2019	Var. %
1. Pessoal	1.267.681	1.104.258	14,8%
2. Material	190.860	120.478	58,4%
3. Serviços de Terceiros	1.454.473	1.261.977	15,3%
4. Despesas Gerais	64.390	106.367	-39,5%
5. Depreciações e Amortizações	277.029	276.509	0,2%

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6. Provisão para Devedores Duvidosos	1.897.491	1.476.304	28,5%
7. Provisões Contingências	750.983	538.122	39,6%
8. Provisão Atuarial	249.351	209.567	19,0%
9. Outras despesas/receitas operacionais	(28.988)	(21.167)	36,9%
Despesas e Custos Operacionais	6.123.270	5.072.415	20,7%

A seguir, a Companhia apresenta os comentários sobre os itens que compõem os custos das vendas e dos serviços prestados, despesas com vendas e administrativas que apresentaram variações mais significativas:

- i. Pessoal: Os gastos com Pessoal em 2020 apresentaram elevação de 14,8% em relação ao ano de 2019, principalmente em função do desligamento de 640 colaboradores através do PDV e participação nos lucros em 2019.
- ii. Material: Os gastos com material em 2020 apresentaram elevação de 58,4% em relação ao ano de 2019, principalmente com produtos químicos nas estações de tratamento.
- iii. Serviços de Terceiros: Os gastos com serviços de terceiros apresentaram elevação de 15,3% em relação ao ano 2019, principalmente em função dos gastos com serviços de conservação e manutenção de bens e sistemas, decorrentes de maior demanda por serviços corretivos e manutenção preventiva nos sistemas de água e esgotos e o aumento dos gastos com energia elétrica.
- iv. Provisão para devedores duvidosos: O aumento de 28,5%, se deu em função do estudo realizado no exercício de 2020, com o objetivo de avaliar todo saldo em aberto do contas a receber, tendo em vista a expectativa do recebimento futuro, tendo por base no histórico recente de recebimentos. Com base no referido estudo, efetuou-se uma provisão adicional para refletir a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2020. A provisão adicional foi realizada tendo como base a inadimplência média observada nos últimos 24 meses, por faixa de vencimento, além de estimar a recuperação de créditos vencidos acima de 360 dias, com base nos anos de 2018 e 2019. Sob o novo modelo de perdas de crédito esperadas, as empresas tendem a registrar provisões para perdas mais cedo, em montantes maiores e mais voláteis em relação às que eram reconhecidas anteriormente.
- v. Provisões Contingências: O aumento de 39,6% se deu em função das execuções cíveis de valores expressivos (processos objeto “tarifa mínima por economias” e processo movido pelo Ministério Público RJ envolvendo ação ambiental no sistema de esgotamento sanitário Leme/São Gonçalo).

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- vi. Provisão Atuarial: O aumento de 19% nas despesas atuariais no exercício de 2020 em relação ao exercício anterior ocorreu devido a uma menor rentabilidade dos ativos dos planos de previdências. Além disso, especificamente no plano de saúde (CEDAE Saúde), ocorreram ajustes no Aging Factor (Fator de Idade) e na inflação médica.

8.3. RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado financeiro líquido foi negativo em R\$55.177 mil em 2020, contra um valor positivo de R\$76.402 mil no ano anterior, conforme tabela a seguir:

Composição do Resultado Financeiro Líquido (R\$ Milhares)	Exercício		
	2020	2019	Var. %
Receitas Financeiras	142.213	204.358	-30,4%
Atualização monetária	68.413	114.003	-40,0%
Rendimentos de aplicações financeiras	29.465	45.688	-35,5%
Juros auferidos	24.523	18.691	31,2%
Multas por impontualidade	15.935	19.165	-16,9%
Descontos obtidos e bonificações	3.877	6.811	-43,1%
Despesas Financeiras	(197.390)	(127.956)	54,3%
Juros passivos s/parcelamentos tributários	(149.719)	(67.675)	121,2%
Juros e variações monetárias s/empréstimos e financiamentos	(46.079)	(58.353)	-21,0%
Multas, juros e acréscimos moratórios s/pagamentos em atraso das obrigações tributárias	(840)	(589)	42,6%
Outras	(752)	(1.339)	-43,8
Resultado Financeiro Líquido	(55.177)	76.402	-172,2%

- i. Receitas Financeiras: A queda de 30,4% nas receitas financeiras, comparando-se ao ano anterior é decorrente, principalmente, do menor ganho em variações monetárias e da redução no ganho real em aplicações financeiras.
- ii. Despesas Financeiras: O aumento de 54,3%, comparando-se ao ano anterior, é resultado, principalmente, do aumento dos juros sobre equacionamento da Previdência Complementar- plano Prece I, II e CV.

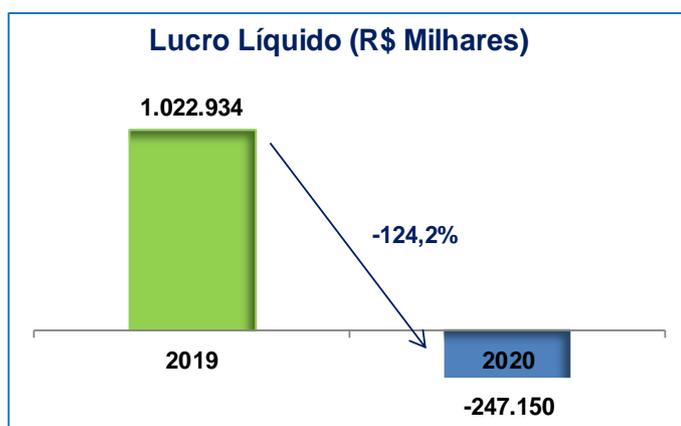
8.4. RESULTADO LÍQUIDO

A CEDAE registrou prejuízo líquido de R\$ 247.150 mil em 2020, representando um decréscimo de 124,2% em relação ao lucro de R\$ 1.022.934 mil registrado em 2019. Esse decréscimo

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

decorre principalmente da redução nas receitas e aumentos dos custos e despesas operacionais.

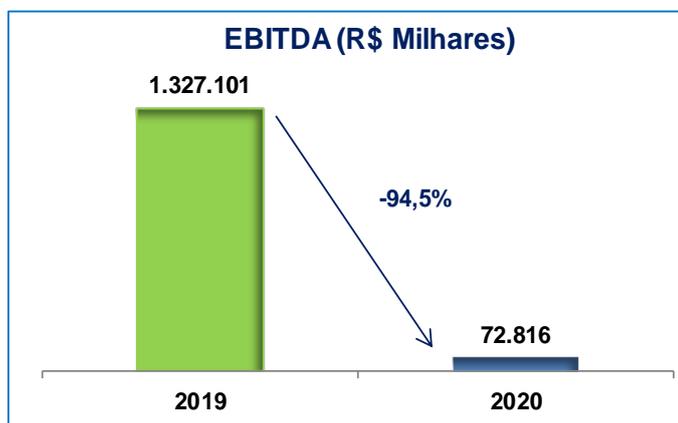
Composição do Lucro Líquido (R\$ Milhares)	Exercício		
	2020	2019	Var. %
(+) Resultado antes do resultado financeiro	(204.213)	1.050.592	-119,4%
(+/-) Resultado financeiro	(55.177)	76.402	-172,2%
(-) Contribuição Social e Imposto de Renda	12.240	(104.060)	-111,8%
(=) Lucro/Prejuízo Líquido	(247.150)	1.022.934	-124,2%



8.5. GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA (EBITDA)

Em 2020, a CEDAE apresentou geração operacional consolidada de caixa de R\$ 72.816 mil contra R\$ 1.327.101 mil em 2019, ou seja, uma redução de 94,5% (ou R\$ 1.254.285 mil) ocorrida em função do decréscimo do resultado operacional. O EBITDA é uma medição não contábil adotada pela Companhia, calculada de acordo com a Instrução CVM 527/2012, consistindo no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações.

Descrição (R\$ Milhares)	Exercício		
	2020	2019	Var. %
(=) EBIT	(204.213)	1.050.592	-119,4%
Margem EBIT (%)	-3,5%	17,2%	-120,3%
(+) Depreciação e amortização	277.029	276.509	0,2%
(=) EBITDA	72.816	1.327.101	-94,5%
Margem EBITDA (%)	1,2%	21,7%	-94,5%

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

8.6. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

No Exercício Social de 2020, a Companhia obteve Prejuízo Líquido de R\$ 247.150 mil. Baseada no Estatuto Social da Companhia e na Lei Federal 6.404/76, e com base nos resultados do ano de 2020, a Companhia não efetuou o cálculo da Reserva Legal, do Lucro Líquido Ajustado e do Dividendo Obrigatório.

8.7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Ao longo de 2020, a Companhia realizou pagamentos mensais dos Empréstimos e Financiamentos contratados. Em dezembro de 2020, a Companhia realizou o último pagamento mensal da 6ª Emissão de Debêntures e da Cédula de Crédito Bancário (CCB) nº 449.982-71 (CCB FINISA), realizando assim a liquidação das referidas operações dentro do prazo previsto.

Os Empréstimos e Financiamentos vigentes são a 5ª Emissão de Debêntures, cujos credores são o BNDES e o BNDESPar, e as Cédulas de Crédito Bancário nº 433.257-52 (CCB FGTS 1ª tranche), nº 441.050-71 (CCB FGTS 2ª tranche) e nº 441.054-75 (CCB FGTS 3ª tranche). As CCBs referem-se às três tranches da operação de crédito de R\$ 3 bilhões captada junto à Caixa Econômica Federal, sendo utilizada na ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense e na construção do Complexo Guandu 2. Cabe salientar que todas as tranches estão em fase de desembolso.

Segue abaixo uma breve descrição dos Empréstimos e Financiamentos da Companhia:

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Empréstimos e Financiamentos	Credor	Objeto	Taxa Remuneratória	Saldo Devedor em 31/12/2020 (R\$ Milhares)	Vencimento
5ª Emissão de Debêntures	BNDES e BNDESPar	Financiar o projeto de implantação de novas redes de abastecimento de água na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro	1ª Série: TJLP + 2,75% a.a. e 2ª Série: Selic x 2,75% a.a.	58.794	2025
CCB FGTS 1ª Tranche	Caixa Econômica Federal	Financiamento para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense/RJ	TR + 8,5% a.a.	406.665	2038
CCB FGTS 2ª Tranche		Financiamento para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense/RJ, com a construção de nova Estação de Tratamento de Água (ETA Novo Guandu)	TR + 8,5% a.a.	29.478	2039
CCB FGTS 3ª Tranche		Financiamento para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense/RJ, para ampliação da produção e distribuição de água no município de Duque de Caxias/RJ e distribuição no município de Queimados	TR + 8,7% a.a.	3.092	2041

9. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A pandemia declarada pela OMS em 03/2020 do Novo Coronavírus chamada COVID-19 trouxe enorme desafios para o mundo.

Na empresa, sob a perspectiva da governança corporativa, os protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e Governo do Rio de Janeiro afetaram a dinâmica do trabalho diante da necessidade de distanciamento e/ou isolamento social para evitar a propagação do vírus e

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

resguardar a saúde dos colaboradores, sem afetar o cumprimento das atividades e a missão da Companhia de atender a população com excelência e qualidade.

Tais ações para contenção da propagação do vírus possibilitaram experiências inéditas para a Companhia, como adoção do trabalho Home Office, treinamentos e reuniões virtuais.

A companhia adotou medidas de prevenção à COVID-19, em parceria com a CEDAE Saúde.

Foi um ano desafiador que exigiu tomada de decisão de medidas firmes, tempestivas, estratégicas e inovadoras.

Neste contexto, a Alta Administração estabeleceu a Comissão de Crise da COVID-19 para dar celeridade a tomada de decisões emergenciais para enfrentamento da pandemia, e dar subsídios às áreas que respondem aos órgãos de controle externo.

Com o devido planejamento foi possível a retomada das atividades presenciais após o momento mais crítico da crise sanitária. Sempre em cumprimento aos protocolos dos órgãos de saúde, decretos do governo e decisões da Comissão de Crise.

Neste contexto, mas sempre utilizando-se das melhores práticas e referenciais de mercado e na melhoria contínua dos padrões exigidos pela Lei nº 13.303/2016 e Decreto Estadual nº 46.188/2017, a CEDAE está em constante processo de crescimento para tornar-se uma empresa qualificada, transparente, ágil e moderna, capaz de fornecer subsídios às tomadas de decisões e atender com eficiência às crescentes demandas dos usuários, do mercado e do governo.

Dentre as principais medidas adotadas em 2020, destacam-se:

- Realização de treinamento voltado aos Administradores, Conselheiros e Diretores;
- Verificação de integridade dos licitantes vencedores de certames da Companhia e de outros contratados;
- Análise de conformidade dos atos submetidos à Diretoria Executiva, como ênfase na prevenção de fraudes;
- Atuação no Grupo de Trabalho na Implementação da LGPD na CEDAE;
- Realização de Benchmarking com empresas do setor de saneamento, através de reuniões virtuais, referente às melhores práticas de LGPD;
- Início da implantação de sistema GRC para apoio à tomada de decisão dos gestores, com foco na gestão de riscos e conformidade;
- Readequação do Plano de Comunicação do Programa de *Compliance* e Canal de Ética; e
- Monitoramento dos riscos relacionados à pandemia de COVID-19 nas operações da CEDAE.

Programa de Compliance

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Programa de Compliance da CEDAE, implantado em julho/2018, está em constante melhoria, aumentando gradativamente seu nível de maturidade. Em 2020, o enfoque no Pilar Prevenção, colaborou na sensibilização da importância da integridade corporativa nos diversos setores da Companhia e culminou na criação do Departamento de Prevenção a Fraudes e Corrupção.

A atuação integrada com gestão de riscos, controles internos e auditoria interna foi iniciada, fato que já possibilitou a realização de testes de Compliance com o objetivo de mitigar riscos de fraude e corrupção, principalmente nas contratações realizadas pela Companhia.

Além disso, deu-se andamento ao desenvolvimento de diversos trabalhos voltados para o fortalecimento de diretrizes da Alta Administração, principalmente o desenvolvimento de normativos e procedimentos internos, bem como iniciou-se a revisão das Políticas Institucionais.

No Pilar Detecção, também houve avanços. O estabelecimento do Sistema Correcional da Companhia, sob a responsabilidade da Gerência de Compliance, definiu os fluxos de apurações internas, propôs a criação da Política de Consequência e de norma de apuração interna.

O início da remodelagem do monitoramento da efetividade do Programa de Compliance da CEDAE, em função da aquisição da Suíte Integrada RSA Archer, de Governança, Risco e Compliance, que possibilitará a Companhia avançar na sua governança corporativa.

Canal de Ética

Criado em novembro de 2018, o Canal de Ética é importante fonte de informação para a identificação de desvios em relação à legislação vigente, ao Código de Ética e Conduta, como também às Políticas e Procedimentos da Companhia.

O uso do Canal de Ética deve ser feito sob o princípio da boa-fé, ou seja, não se tolera o uso do canal para fazer intrigas, calúnias, relatar mentiras propositadamente ou retaliação de qualquer natureza.

Assim, todos os administradores, colaboradores e parceiros de negócio devem utilizá-lo, sempre que suspeitarem ou souberem de algo contrário aos princípios da ética e integridade.

O recebimento e classificação das denúncias é realizado por um canal externo denominado Contato Seguro, o qual assegura o anonimato dos denunciantes, denunciados e eventuais testemunhas, bem como o sigilo do conteúdo denunciado.

Já as atividades de estruturação e supervisão do Canal de Ética são realizadas pela Comissão de Ética, um órgão autônomo da Companhia, composta por empregados, que tem por missão analisar e tomar decisões, sobre as situações investigadas.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As denúncias sobre transgressão ao Código de Ética, ocorrências de fraude, corrupção, atos ilícitos, ou sobre outras questões que possam acarretar prejuízos aos princípios e interesses da nossa Companhia podem ser realizadas por qualquer interessado por meio do canal de ética:

- <https://www.cedae.com.br/canaldeetica>
- <https://contatoseguro.com.br/pt/cedae>
- Telefone: 0800 600 2675

Gestão de Riscos e Controles Internos

A Companhia realiza, de forma alinhada com a cadeia de valor e os objetivos estratégicos, a identificação dos principais riscos que está exposta, levando em consideração a continuidade da execução das atividades fins, classificando-os quanto ao impacto e probabilidade. As informações levantadas são apresentadas através de Mapa de Riscos e em um portfólio de fatores de riscos com o objetivo de dar suporte à Alta Administração para tomada de decisão quanto à priorização ao tratamento.

Nossa Política tem por finalidade orientar o planejamento empresarial, disseminar a cultura de controles para garantir o cumprimento das Leis, regulamentos e demais normas internas, bem como mitigar riscos existentes e/ou que possam se manifestar no futuro. Para a realização das atividades adotamos como referência os padrões e princípios estabelecidos no framework COSO-ERM de 2017, ABNT NBR ISO 31000:2018.

Os fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento estão expressos no item 4.1 do Formulário de Referência.

Em 2020, diante deste panorama de incertezas e de superação, destaca-se o papel integrado da área de Assessoria de Controles Internos e Gestão de Riscos junto às Diretorias da Companhia no levantamento dos riscos associados à nova realidade, na elaboração de um plano de contingência que teve por objetivo estabelecer a forma de tratamento das ocorrências, bem como estabelecer ações mitigatórias para evitar a materialização dos riscos apontados, sempre buscando aprimorar a gestão e garantir um maior nível de segurança para atingir os objetivos e metas da Companhia.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna, órgão estatutário vinculado ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, é responsável por avaliações independentes, além de consultorias orientadas para agregar valor e melhorar as operações da Companhia, auxiliando-a no alcance de seus objetivos estratégicos e na melhoria da eficiência e eficácia dos controles, da gestão de riscos, da performance dos processos e da governança corporativa.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Auditoria Interna atua de forma coordenada com os gestores diretamente responsáveis pelos processos auditados e com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Compliance e Governança de TI, em consonância com o modelo de governança proposto pelo IIA – The Institute of Internal Auditors e em conformidade com a Lei 13.303/2016. Os trabalhos são realizados com comunicações regulares, a fim de garantir o alinhamento com os objetivos, às necessidades estratégicas e operacionais da Organização, além de evitar a duplicação de esforços.

Os trabalhos de auditoria em 2020 consistiram na avaliação de riscos e controles internos por meio de: Auditorias de Processos, pautados na Matriz de Riscos Estratégica 2019-2020 e no Planejamento Estratégico 2017-2021; Auditorias Regulatórias demandadas pelos Órgãos de Controle TCE-RJ e CGE-RJ e determinações legais; e Auditorias Especiais demandadas pela Alta Administração (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) e pela Comissão de Ética.

Os resultados dos trabalhos foram apresentados ao Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento do Conselho de Administração, e à Presidência, resultando na identificação de oportunidades de melhoria nos processos e em planos de ação correspondentes, que são acompanhados até sua efetiva implementação.

10. AÇÕES, PROGRAMAS E PROJETOS IMPLEMENTADOS

10.1. AÇÕES VOLTADAS PARA A MELHORIA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE TRATAMENTO E COLETA DE ESGOTO

Obras para ampliar produção na ETA Porto das Caixas

A CEDAE realizou no dia 14/10/20 obras de adequação da estação de tratamento de água Porto das Caixas, em Itaboraí, que ampliou a capacidade de produção da unidade em 70 litros por segundo, chegando à capacidade máxima de 330 l/s.

CEDAE amplia abastecimento em Teresópolis

Durante os meses de setembro e outubro, a CEDAE realizou obras de assentamento e renovação na rede de distribuição de água e abastecimento na cidade de Teresópolis. As obras de assentamento ocorreram nos bairros Jardim Salaco e Rosário, sendo instalados 330 e 400 metros de tubulações de 50 milímetros respectivamente. No bairro Pimenteirias, foram substituídos 300 metros de tubulações para a renovação da rede de distribuição de água e melhoria do abastecimento no bairro. Como um todo, as obras realizadas entre setembro e outubro beneficiaram mais de 320 moradores da cidade de Teresópolis.

Ampliação do abastecimento em Natividade

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na semana de 21 de outubro de 2020, a CEDAE realizou a substituição de 2.500 metros de tubulações no bairro de Dr. Pedro Gomes, em Natividade, noroeste do Estado do Rio de Janeiro, além de ter trocado 800 metros de ramais domiciliares, ligando os imóveis ao novo sistema. A modernização da rede de distribuição permitiu o aumento da pressão do abastecimento de água da região, com a substituição de tubulações de 25 milímetros por estruturas de 60 a 100 milímetros, beneficiando 1.250 moradores da região.

- Inauguração de novo sistema de abastecimento em Maricá

No dia 1º de julho foi inaugurado o novo sistema de abastecimento de água tratada de Ponta Negra, que contou com investimento de mais de 5 milhões de reais. Em uma parceria da companhia com o governo do Estado e a prefeitura municipal de Maricá. O sistema vai garantir a melhoria do fornecimento de água para as localidades de Ponta Negra, Bananal e Cordeirinho, beneficiando diretamente uma população de 18 mil habitantes no município de Maricá.

O sistema é composto pela estação metálica de tratamento de água com capacidade de produzir 36 litros de água por segundo, além de elevatórios de água bruta e de água tratada, adutora de água tratada com 190 metros de extensão, reservatório com capacidade de armazenar um milhão de litros de água, tronco distribuidor de 313 metros de extensão e implantação de 1.050 novas ligações hidrometradas.

- Melhoria operacional em elevatório em São João de Meriti

Foi realizado em 27/07/2020 pela CEDAE intervenções nas instalações elétricas para melhoria operacional em elevatória de água na Rua Mariana Mageli de Medeiros, bairro Jardim Meriti. Foram instaladas no local dispositivos elétricos que vão garantir melhor eficiência da unidade.

- Reforço no abastecimento na comunidade de Rio das Pedras

A Companhia colocou em operação um sistema alternativo de abastecimento em comunidades em Rio das Pedras, Jacarepaguá. O programa da Companhia – visando auxiliar no combate à pandemia de Covid-19 – consistiu na instalação de caixas d'água com capacidade para armazenar até 10 mil litros em áreas de ocupação irregular e sem rede de distribuição de água. As caixas d'água são abastecidas diariamente por um dos 64 caminhões pipa que atuam na Região Metropolitana.

- Modernização da rede de abastecimento em Itaperuna

Na semana de 5/10/2020 foram substituídos 740 metros de tubulações de água no bairro Aeroporto, em Itaperuna. O objetivo foi modernizar a rede local e aumentar a pressão do abastecimento de água, com a duplicação do diâmetro das redes de 25,4 milímetros por estruturas de 60 milímetros. As obras beneficiaram cerca de 100 imóveis na região.

- Contratação de 40 novos caminhões pipa para atender comunidades

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A CEDAE alugou 40 caminhões pipa no mês de março, em caráter emergencial, para atender prioritariamente comunidades da região metropolitana do Rio de Janeiro. A medida buscou atender com mais celeridade localidades que apresentassem solicitações de abastecimento e maior demanda por água, em decorrência da necessidade de controle da expansão do novo Corona vírus.

10.2. AÇÕES VOLTADAS PARA O MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

- CEDAE doa 3 mil mudas para Itaocara

Por meio do programa “Replantando Vida”, que visa ações de reflorestamento no interior do Estado do Rio, foram doadas pela CEDAE no dia 6 de outubro mais de 3 mil mudas para o município de Itaocara, no noroeste fluminense.

São mudas de mais de 30 espécies da Mata Atlântica para a restauração de áreas do município que sofreram queimadas nos meses anteriores à ação. As plantas foram cultivadas nos sete viveiros mantidos pela Companhia, que conta com a mão de obra de apenados do regime semiaberto. Eles integram o programa Replantando Vida, fruto do convênio entre a CEDAE e a Fundação Santa Cabrini (FSC). Com a doação em Itaocara, chegou a 73,7 mil o número de mudas distribuídas pela CEDAE a 25 municípios em 2020.

- CEDAE leva programa de sanitização a mais de 200 comunidades

Visando combater a pandemia de Covid-19, a CEDAE começou em 24 de abril a realizar ações de sanitização em comunidades, ultrapassando a marca de 200 ações no final de semana do dia 6 de junho. A ação é considerada complementar ao saneamento nas comunidades do Rio de Janeiro e é realizada por empresa especializada contratada pela Companhia. A desinfecção é conduzida por agentes especializados, com equipamentos de proteção individual (EPIs), que utilizam nebulizador a frio para borrifar produto com efeito desinfetante (quaternário de amônia de quinta geração e biguanida polimérica - phmb) nas vias e equipamentos públicos das localidades.

11. PROGRAMA DE OBRAS

INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO	SALDO EM 2021 (R\$)
REGIÃO METROPOLITANA	R\$ 645.282.484,49
BAIXADA FLUMINENSE	R\$ 3.037.078.303,57
LESTE FLUMINENSE	466.178.339,98
INTERIOR	R\$ 293.669.000,00
TOTAL	R\$ 4.442.208.128,04

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo dos Investimentos em R\$
RIO DE JANEIRO			
Ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Paquetá	24.500	Obra em andamento	R\$ 8.600.039,28
Obra de Reforma do Reservatório de São Carlos – Estácio - RJ	Não aplicável	Aguardando ordem de início	R\$ 750.021,00
Obras para Ampliação do Sistema de Abastecimento de Águas do Sistema Zona Oeste – Guaratiba I	322.080	Aguardando Homologação	R\$ 76.418.195,92
Aquisição de 2 reservatórios em chapa de aço parafusado com revestimento em aço vitrificado com capacidade de 5000 m3 cada, para atender a ampliação do Sistema de abastecimento de Água da Zona Oeste – Setor Guaratiba I		Licitação em andamento	R\$ 7.731.027,84
Obras para Ampliação do Sistema de Abastecimento de Águas do Sistema Zona Oeste – Guaratiba II	213.642	Aguardando Homologação	R\$ 54.433.303,25
Aquisição de 2 reservatórios em chapa de aço parafusado com revestimento em aço vitrificado com capacidade de 5000 m3 cada, para atender a ampliação do Sistema de abastecimento de Água da Zona Oeste – Setor Guaratiba II		Licitação em andamento	R\$ 7.731.027,84
Ampliação do sistema de abastecimento de água tratada da Barra da Tijuca, Recreio, Jacarepaguá, Vargem Grande e Vargem Pequena	872.533	Obra em andamento	R\$ 79.401.668,05
Serviços de reforma dos decantadores da ETE Barra	Não aplicável	Obra em andamento	R\$ 4.534.200,36
Obra de esgotamento sanitário da Bacia Aroazes	24.811	Obra em andamento	R\$ 6.176.194,51
Projeto básico de esgotamento sanitário para reuso dos sistemas de tratamento da região hidrográfica do Guandu	Não aplicável	Obra em andamento	R\$ 4.488.832,00
Obras de rede de interligações da Bacia do Anil - Jacarepaguá	5.746	Obra em andamento	R\$ 3.677.034,67

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Obra de Recuperação a ser realizada no Açude de Camorim - Jacarepaguá	Não aplicável	Licitação em andamento	R\$ 914.578,25
Contratação de Serviços Especializados para Digitalização, Vetorização, Georreferenciamento, Padronização e Verificação dos Dados Cadastrais para Aprimoramento do Cadastro Técnico	Não aplicável	Aguardando homologação	R\$ 10.785.474,41
Modernização do Sistema de Automação do Reservatório de Marapicu	Não aplicável	Licitação em andamento	R\$ 4.343.517,14
Obras de Redes de Interligação da Freguesia e Adjacências - Jacarepaguá	2.096	Obra em andamento	R\$ 5.302.404,48
Complementação de Rede para Atendimento do Museu Nacional e entorno – São Cristóvão – Rio de Janeiro	Não aplicável -	Obra em andamento	R\$ 1.898.001,47
Etapa 2ª Comunidade Cidade Rocinha	70.000	Em licitação	R\$ 29.615.968,88
Obras Programa Comunidade Cidade Rocinha 1ª Etapa		Em andamento	R\$ 13.180.995,14
SISTEMA ALEGRIA			
Complementação do tronco coletor Faria Timbó	456.000	Obra será realizada pelo PSAM	R\$ 134.000.000,00
Complementação do tronco coletor Manguinhos e saneamento da Maré	900.000	Obra será realizada pelo PSAM	R\$ 111.600.000,00
Complementação do tratamento secundário da ETE Alegria	1.500.000	Aguardando definição de recursos	R\$ 79.700.000,00
REGIÃO METROPOLITANA - TOTAL			R\$ 645.282.484,49

Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo dos Investimentos em R\$
BELFORD ROXO			
Ampliação do sistema de abastecimento de água de diversas localidades do município de Belford Roxo	120.000	Previsão de término SET/2021	R\$ 42.728.622,62
Recuperação da rede coletora e reforma da elevatória de esgotamento sanitário do Lote XV	32.000	Atendendo TCE para atualizar orçamento	R\$ 34.291.000,00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Melhoria na rede de distribuição de água em diversas localidades do município de Belford Roxo	16.457	Aguardando homologação das empresas	R\$ 24.958.000,00
Ampliação do sistema de abastecimento de água de Miguel Couto	156.902	Aguardando homologação das empresas	R\$ 83.838.383,00
DUQUE DE CAXIAS			
Ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água tratada da localidade de Campos Elíseos	58.000	Previsão de término abril /2021	R\$ 4.212.305,71
Ampliação do sistema de abastecimento de água de diversas localidades do município de Duque de Caxias	278.126	Previsão de término mar/24	R\$ 654.496.000,00
Serviços de reforma das elevatórias de esgotos Olavo Bilac, Vila Centenário e Jardim Leal	55.380	Previsão de término DEZ/21	R\$ 2.166.605,60
Melhoria na rede de distribuição de água em diversas localidades do município de Duque de Caxias	34.029	Em fase de licitação	R\$ 55.841.000,00
ITAGUAÍ / SEROPÉDICA			
Obras para complementação do abastecimento de água no Município de Itaguaí	255.983	Aguardando resultado de recurso	R\$ 18.035.300,00
JAPERI			
Complementação das obras do sistema de abastecimento de água da Japeri	106.349	Obra em andamento	R\$ 15.165.140,06
MAGÉ			
Ampliação do sistema de água tratada da cidade de Magé - Mauá e Suruí	95.814	Saldo da obra sendo relicitado	33.504.000,00
NOVA IGUAÇU			
Melhoria do abastecimento para a localidade de Grão Pará	102.000	Obra em andamento	R\$ 4.330.000,00
Complementação da rede distribuidora de água na área de abrangência dos reservatórios Cabuçu Alto e Baixo	24.409	Aguardando homologação da empresa	R\$ 63.793.353,75

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Esgotamento Sanitário dos bairros Juscelino, Centro (parte), Caonze, em Nova Iguaçu	13.192	Sendo elaborada a licitação	R\$ 20.125.515,77
Aquisição de tubos para a complementação da rede distribuidora de água na área de abrangência dos reservatórios Cabuçu Baixo e Alto	Não aplicável	Licitação adiada	R\$ 1.870.500,00
QUEIMADOS			
Complementação do sistema de abastecimento de água no município de Queimados	93.231	Atendendo TCE para atualizar orçamento	R\$ 53.887.000,00
SÃO JOÃO DE MERITI			
Ampliação do sistema de abastecimento de água de diversas localidades do município de São João Meriti-1ª etapa	267.455	Aguardando homologação das empresas	R\$ 74.444.444,00
Fornec. e instalação do reservatório em chapa de aço parafusado ou no sistema de dobra dupla para água potável, com capacidade de 2.500 m³ p/ Abastec. De água Jardim Meriti- S. J. Meriti		Aguardando homologação da empresa	R\$ 1.556.000,00
DIVERSOS MUNICÍPIOS			
Recuperação do sistema de coleta e transporte de esgotos sanitários da Pavuna	288.000	Obra em andamento	R\$ 16.469.026,55
Sistema de coleta e transporte de esgotos sanitários de Sarapuí	127.200	Obra em andamento	R\$ 19.001.202,99
Sistema integrado de abastecimento de água de Jardim Esplanada, Jardim Alvorada, Brasília, Posse e JK nos municípios de Nova Iguaçu e Mesquita	957.402	Contrato sendo rescindido em 2020, saldo sendo relicitado	R\$ 71.296.378,23
Proteção da tomada d'água do Guandu	15.000.000	Elaboração de edital de licitação	R\$ 120.000.000,00
Reforço no sistema de abastecimento de água de Nilópolis e outros	102.161	Contrato sendo rescindido em 2020, saldo sendo relicitado	R\$ 43.169.314,83

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Contratação de terraplanagem para o Reservatório Novo Marapicu e construção das estruturas de drenagem para águas pluviais e vias de acesso ao Reservatório Novo Marapicu - Parte integrante do sistema Novo Guandu - Etapa 01 - Fase 01 -	3 milhões	Em andamento	R\$ 23.753.481,37
Implantação Básica, Terraplanagem e Macrodrenagem da Estação de Tratamento de Água do Novo Guandu - Etapa 02 Fase 01 - do Sistema de Produção ETA Novo Guandu		Licitação adiada	R\$ 148.286.100,00
Implantação do Novo Guandu - Sistema de Produção		Sendo elaborada a licitação	1.348.276.129,09
Gerenciamento da obra do Sistema de Produção ETA Novo Guandu - Parte 01 - 12 m ³ /s e do Novo Reservatório do Marapicu - 57.000 m ³ - Parte 01		Aguardando resultado de recurso	R\$ 40.086.300,00
Aquisição de tubos de aço para troncos, travessias e extravasor-Sistema de Produção ETA Novo Guandu		Sendo elaborada a licitação	R\$ 17.497.200,00
BAIXADA FLUMINENSE - TOTAL			R\$ 3.037.078.303,57

Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo dos Investimentos em R\$
ITABORAÍ			
Novo sistema de produção de água tratada de Itaboraí	332.927	Aguardando recursos	R\$ 448.958.000,00
RIO BONITO			
Ampliação do sistema de abastecimento de água de Rio Bonito	10.000	Obra em andamento	R\$ 2.930.000,00
SÃO GONÇALO			
Ampliação do sistema de abastecimento de água com a construção de reservatórios, tronco alimentador e tronco distribuidor no bairro de Monjolos	66.247	Obra em andamento	R\$ 14.290.339,98

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

LESTE FLUMINENSE - TOTAL			R\$ 466.178.339,98
Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo dos Investimentos em R\$
BARRA DO PIRÁÍ			
Ampliação do sistema de abastecimento de água na Sede do município de Barra do Piraí	95.000	Licitação sobrestado	R\$ 16.160.000,00
ITAPERUNA			
Sistema de abastecimento de água do município de Itaperuna	82.500	Saldo da obra sendo relicitado	R\$ 19.040.000,00
Implantação de sistema de esgotamento sanitário do município de Itaperuna	82.500	Saldo da obra sendo relicitado	R\$ 49.060.000,00
MACAÉ			
Ampliação do sistema de produção de água tratada para o município de Macaé	243.967	Aguardando recurso	R\$ 209.409.000,00
INTERIOR DO ESTADO - TOTAL			R\$ 293.669.000,00

12. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos auditores independentes, esclarecemos que nossa política de relacionamento com os auditores independentes, relativa à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está substanciada nos princípios que preservam a independência do auditor.

A Ernst & Young Auditores Independentes S/s foi contratada para os serviços de auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Destacamos que em 2020 a Ernst & Young auditores Independentes S/s não prestou outros serviços além da auditoria das demonstrações financeiras.

13. AGRADECIMENTOS

A Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), por meio de sua Diretoria Executiva, dedica seus agradecimentos ao acionista controlador desta empresa, o Estado do Rio de Janeiro, aqui representado na figura do Excelentíssimo Senhor Governador em exercício do Estado, Cláudio Castro. Aos senhores acionistas minoritários, representados

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

nos colegiados pelos seus representantes legais, agradecemos a confiança depositada nesta Diretoria na condução da administração dos negócios da Companhia.

O reconhecimento pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal da CEDAE do trabalho realizado por esta Diretoria nos estimula a avançar sempre. A todos, o nosso muito obrigado. Aos entes financiadores da Companhia e do Governo do Estado do Rio de Janeiro, ressaltamos que os recursos aportados nos projetos desta Companhia tornaram possível a realização de investimentos e obras fundamentais para a expansão contínua dos serviços de saneamento prestados pela CEDAE. Portanto, também devemos nossa reverência às instituições aqui citadas: Caixa Econômica Federal (CAIXA) e BNDES.

Gostaríamos também de agradecer a colaboração da Secretaria de Estado de Saúde (SES), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – seção Rio de Janeiro (ABES-Rio), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (POLI/UFRJ) na realização do estudo “Monitoramento espaço-temporal da concentração de SARS-COV-2 nos esgotos sanitários da Região Metropolitana do Rio de Janeiro como estratégia de apoio de ações de vigilância epidemiológica da COVID-19”.

Agradecemos a todos os colaboradores que, neste momento de pandemia, mantêm suas atividades a despeito de todas as adversidades com o objetivo de garantir a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

E, finalmente, gostaríamos de reforçar o nosso compromisso com a população do Estado do Rio de Janeiro. Mesmo diante de tantos desafios – nas esferas social, ambiental e econômica – estamos nos adaptando constantemente para oferecer aos nossos clientes serviços cada vez melhores de água e esgoto. Esta é a missão que guia o nosso quadro de quase 5 mil empregados.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Conselheiros, Administradores e Acionistas da

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 1.1 às demonstrações financeiras, em julho de 2020, foi iniciada investigação conjunta da Polícia Civil, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ e do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE. A operação, denominada “Águas Claras”, investiga alegação de fraude em licitações e contratações emergenciais e deu cumprimento a medidas de busca e apreensão de documentos. A Administração da Companhia designou uma Comissão Permanente de Sindicância para realização de investigação interna com o objetivo de averiguar possíveis irregularidades no âmbito da operação “Águas Claras”.

As investigações internas encontram-se em andamento e em continuidade a este processo a Companhia realizou em 10 de março de 2021 pregão eletrônico para a contratação de assessores especializados em investigação forense. Os procedimentos de investigação interna e o processo de contratação de consultores especializados externos, ainda encontram-se em andamento e, neste momento, não é possível prever todos os desdobramentos futuros que poderão decorrer dessa investigação pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações contábeis da Companhia, além daqueles já mencionados na nota explicativa acima referida. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita a faturar

Parte das receitas reconhecidas pela Companhia referem-se a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais (“receitas a faturar”), uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de faturamento que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. No encerramento de cada mês, a Companhia determina a receita a faturar com base em estimativas de consumo para o período compreendido entre a data da leitura e o encerramento do mês, que incluem dados históricos como a média de consumo obtida da última leitura de hidrômetros. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$549.632 mil em 31 de dezembro de 2020 e está divulgado na Nota Explicativa nº 8 às demonstrações financeiras.

O cálculo da receita não faturada é significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às subjetividades atreladas ao processo de estimativa, que requer julgamento por parte da Administração na determinação das premissas utilizadas, principalmente na estimativa de consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a compreensão e documentação do processo de estimativa e das premissas utilizadas pela Administração; (ii) recálculo do saldo de receita a faturar em 31 de dezembro de 2020, levando em consideração o número de dias não faturados em relação a data de fechamento do mês e avaliação se esses saldos não faturados estão consistentes com os saldos faturados no mês subsequente; (iii) avaliação da movimentação trimestral da receita a faturar durante o exercício, analisando flutuações que não estejam alinhadas às nossas expectativas estabelecidas com base em nosso conhecimento da Companhia e da indústria; (iv) comparação da estimativa com a receita efetivamente faturada no mês subsequente; e (v) avaliamos também a adequação das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas na Nota Explicativa anteriormente mencionada.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita a faturar, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receita adotados pela Administração são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia incluídas na Nota Explicativa nº 8 às demonstrações financeiras.

Mensuração do passivo atuarial

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios na modalidade de benefício definido e apura suas obrigações atuariais de acordo com laudo atuarial emitido por seu atuário consultor. Em 31 de dezembro de 2020, as obrigações atuariais da Companhia estão relacionadas aos planos de previdência complementar Prece I, Prece II e Prece CV, o plano de assistência médica Caixa de Assistência dos Servidores - CAC e o prêmio aposentadoria, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 19, e totalizam R\$3.239.215 mil.

O monitoramento deste assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que o processo de mensuração deste passivo é complexo e envolve um alto grau de subjetividade e é baseado em cálculos atuariais, que utilizam diversas premissas, tais como: taxa de desconto, a taxa de retorno esperada sobre os ativos de fundo de pensão; aumentos salariais futuros, tábuas de mortalidade, inflação médica, aumento por envelhecimento e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: o uso de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologias usadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas taxa de desconto e hipóteses biométricas e demográficas. Adicionalmente: (i) avaliamos a exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos; e (ii) realizamos cálculo independente da obrigação atuarial e confrontamos com os cálculos apresentados pela Administração.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o passivo atuarial, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de mensuração deste passivo adotados pela Administração são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia incluídas na Nota Explicativa nº 19 às demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse

Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2021.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Balço patrimonial

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1.290.157	799.491
Contas a receber de clientes (Nota 8)	965.171	1.275.441
Estoques	22.977	8.362
Tributos a recuperar (Nota 13)	65.312	166.571
Outros	11.827	7.537
Total do ativo circulante	2.355.444	2.257.402
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósitos e bloqueios judiciais (Nota 15)	1.843.858	1.660.411
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	61.899	88.371
Contas a receber de clientes (Nota 8)	182.217	293.687
Contribuição social correntes e diferidos (Nota 16)	94.970	19.012
Transações com partes relacionadas (Nota 9)	294.144	295.620
Outros	40.314	42.410
	2.517.402	2.399.511
Intangível e ativo de contrato (Nota 10)	9.718.542	9.911.445
Imobilizado (Nota 12)	78.240	80.189
	9.796.782	9.991.634
Total do ativo não circulante	12.314.184	12.391.145
Total do ativo	14.669.628	14.648.547

	2020	2019
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	56.745	173.841
Empreiteiros e fornecedores	87.846	65.648
Salários a pagar	1.786	1.260
Passivo atuarial (Nota 18)	74.469	120.969
Tributos a recolher (Nota 13)	49.177	52.644
Parcelamentos tributários (Nota 14)	41.580	40.937
Juros sobre capital próprio	1	31.167
Dividendos a pagar (Nota 20.c)	2	35.332
Outros parcelamentos (Nota 19)	66.117	77.279
Provisões de encargos trabalhistas	223.533	200.769
Agência Reguladora - Agenesra	79.719	61.095
Outras contas a pagar	29.025	28.145
Total do passivo circulante	710.000	889.086
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	441.284	466.185
Parcelamentos tributários (Nota 14)	153.137	191.805
Outros parcelamentos (Nota 19)	107.775	102.207
Provisão para contingências (Nota 15)	2.829.497	2.359.685
Passivo atuarial (Nota 18)	3.164.746	3.148.635
Adiantamentos para futuro aumento de capital (Nota 9)	26.944	26.944
Outras contas a pagar (Nota 17)	146.991	186.350
Total do passivo não circulante	6.870.374	6.481.811
Patrimônio líquido (Nota 20)		
Capital social	3.015.828	2.586.987
Reserva de capital	13.964	13.964
Reservas de lucros	1.230.168	1.790.942
Outros resultados abrangentes	2.829.294	2.885.757
Total do patrimônio líquido	7.089.254	7.277.650
Total do passivo e do patrimônio líquido	14.669.628	14.648.547

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Demonstração do resultado

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Receita operacional líquida (Nota 21)	5.919.057	6.123.007
Custo dos serviços prestados (Nota 22.a)	(2.581.932)	(2.267.306)
Lucro bruto	3.337.125	3.855.701
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas comerciais (Nota 22.b)	(2.081.781)	(1.606.326)
Despesas gerais e administrativas (Nota 22.c)	(488.211)	(472.261)
Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 24)	(971.346)	(726.522)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(204.213)	1.050.592
Receitas financeiras (Nota 23.b)	142.213	204.358
Despesas financeiras (Nota 23.a)	(197.390)	(127.956)
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social	(259.390)	1.126.994
Contribuição social (Nota 16.a)	12.240	(104.060)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(247.150)	1.022.934
Quantidade de lotes de mil ações preferenciais e ordinárias no fim do exercício	629.071.608	629.071.608
Lucro líquido (básico e diluído) / prejuízo por ação (em reais) (Nota 20.b)	(0,39)	1,63

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Demonstração do resultado abrangente

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(247.150)	1.022.934
Outros resultados abrangentes		
Ajuste de ganhos e perdas atuariais - PRECE (Nota 18)	32.529	(102.678)
Ajuste de ganhos e perdas atuariais - Cedae Saúde (Nota 18)	102.275	(1.350.290)
Prêmio de aposentadoria (Nota 18)	(10.213)	(3.385)
Contribuição social diferidos (Nota 18)	(11.213)	131.071
	<u>113.378</u>	<u>(1.325.282)</u>
Total de outros resultados abrangentes do exercício	<u>(133.772)</u>	<u>(302.348)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes		
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1.993.917	13.964	132.754	1.301.430	4.380.880	-	7.822.945
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-
Perdas atuariais	-	-	-	-	(1.325.282)	-	(1.325.282)
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital (Nota 20.a)	593.070	-	-	(593.070)	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação (Nota 20.f)	-	-	-	169.841	(169.841)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.022.934	1.022.934
Distribuição proposta	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal (Nota 20.c)	-	-	51.147	-	-	(51.147)	-
Dividendos propostos (Nota 20.c)	-	-	-	-	-	(35.332)	(35.332)
Juros s/capital próprio	-	-	-	-	-	(207.615)	(207.615)
Constituição da reserva de retenção de lucros (Nota 20.a)	-	-	-	728.840	-	(728.840)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.586.987	13.964	183.901	1.607.041	2.885.757	-	7.277.650
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-
Perdas atuariais	-	-	-	-	113.378	-	113.378
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital (Nota 20.a)	428.841	-	-	(428.841)	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação (Nota 20.f)	-	-	-	169.841	(169.841)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(247.150)	(247.150)
Juros sobre capital próprio (Nota 20.c)	-	-	-	(54.624)	-	-	(54.624)
absorção de prejuízo	-	-	-	(247.150)	-	247.150	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.015.828	13.964	183.901	1.046.267	2.829.294	-	7.089.254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Demonstração do fluxo de caixa

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do da contribuição social	(259.390)	1.126.994
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	277.029	276.509
Juros e variação monetária de empréstimos e financiamentos	46.079	58.353
Juros sobre parcelamentos	140.816	67.675
Juros e atualizações monetárias sobre outras obrigações	8.903	1.928
Provisão para contingências	746.811	538.122
Passivo atuarial	249.351	209.567
Atualização monetária das contas a receber	(36.550)	(41.042)
Recuperação de despesas	204	-
Provisão para perdas de crédito esperadas(Nota 22.b)	1.897.491	1.476.304
Rendimentos de títulos e valores mobiliários não realizados	(2.557)	(1.584)
Atualizações monetárias de depósitos judiciais	(31.860)	(72.139)
	3.036.327	3.640.687
Diminuição (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	(1.443.204)	(1.306.666)
Estoques	(14.615)	(1.129)
Tributos a recuperar	101.259	69.771
Depósitos e bloqueios judiciais	(151.587)	20.633
Contas a receber de partes relacionadas	1.476	(40.707)
Outros	(2.194)	22.744
Aumento (diminuição) nos passivos		
Empreiteiros e fornecedores	17.587	(46.266)
Salários a pagar	526	(39.113)
Impostos e contribuições a recolher	3.536	17.684
Parcelamentos tributários	(41.345)	(41.265)
Outros parcelamentos	(27.765)	(42.231)
Provisões de encargos trabalhistas	22.714	(2.076)
Provisão para contingências	(276.999)	(547.919)
Contribuições a benefícios pós-emprego	(273.794)	(545.257)
Outras contas a pagar	(20.766)	(48.687)
Variações nos ativos e passivos	(2.105.171)	(2.530.484)
Contribuição social paga	(82.148)	(197.868)
Juros pagos	(46.079)	(55.902)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	802.929	856.433
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de intangível, ativo de contrato e imobilizado	(82.177)	(121.803)
Títulos e valores mobiliários	29.029	(28.649)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(53.148)	(150.452)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de financiamentos	(141.997)	(138.605)
Aporte de financiamento	-	73.133
Pagamentos de juros sobre o capital próprio	(85.790)	(176.448)
Pagamentos de dividendos	(31.328)	(197.691)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(259.115)	(439.611)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	490.666	266.370
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	799.491	533.121
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.290.157	799.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Demonstração do valor adicionado

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Receitas		
Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto	6.149.392	6.361.777
Outras receitas	31.991	62.317
Provisão para perdas de créditos esperadas	(1.897.491)	(1.476.305)
	4.283.892	4.947.789
Insumos adquiridos de terceiros		
Material aplicado	(147.288)	(106.344)
Materiais, força e luz, serviços de terceiros e outros	(1.496.612)	(1.303.783)
Perda e recuperação de valores ativos	(922.264)	(487.857)
	(2.566.164)	(1.897.984)
Valor adicionado bruto	1.717.728	3.049.805
Depreciações e amortizações		
Depreciações e amortizações	(279.109)	(278.589)
Valor adicionado líquido produzido	1.438.619	2.771.216
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	142.213	204.358
Valor adicionado total a distribuir	1.580.832	2.975.574
Pessoal e encargos	1.109.307	1.187.897
Remuneração direta	905.631	1.060.589
Benefícios	141.460	73.231
FGTS	62.216	54.077
Impostos, taxas e contribuições	455.435	553.860
Federais	453.954	545.721
Estaduais	648	1.139
Municipais	833	7.000
Remuneração de capitais de terceiros	263.240	210.884
Juros e variações cambiais	200.016	155.663
Aluguéis	63.224	55.221
Remuneração de capitais próprios	54.624	242.947
Dividendos	-	35.332
Juros sobre capital próprio	54.624	207.615
Lucros retidos	(301.774)	779.986
Distribuição do valor adicionado	1.580.832	2.975.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE ("CEDAE" ou "Companhia") foi constituída em 1º de agosto de 1975 como sociedade anônima de economia mista domiciliada no Brasil, através da incorporação das entidades controladas pelo Estado do Rio de Janeiro: Empresa de Águas do Estado da Guanabara ("Cedag"), Empresa de Saneamento da Guanabara ("Esag") e Companhia de Saneamento do Estado do Rio de Janeiro ("Sanerj"). Atualmente, sediada na Cidade do Rio de Janeiro na Avenida Presidente Vargas, nº 2.655, Cidade Nova, a Companhia é vinculada atualmente à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança (SECCG) e tem como acionista controlador o Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia atua no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, mediante delegação do Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Estado do Rio de Janeiro") e nos municípios através de convênios, sendo suas principais atividades:

- (i) Captação, tratamento, adução e distribuição da água;
- (ii) Coleta, tratamento e destinação de esgotos sanitários;
- (iii) Realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes;
- (iv) Execução do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara ("PDBG") que é um programa do Estado do Rio de Janeiro, envolvendo diversos órgãos estaduais, cabendo à CEDAE o papel de executora das obras de esgotamento sanitário com recursos financeiros do Estado do Rio de Janeiro, de fontes externas ou internas; e
- (v) Execução do Programa de Saneamento da Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes ("PSBJ") com recursos provenientes de diversos programas financeiros do Estado do Rio de Janeiro, como Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano ("Fecam") e Fundo Estadual de Saúde ("FES"), ou com recursos da CEDAE.

Dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia opera os serviços de abastecimento de água em 64 municípios, dentre esses com contrato para prestação de serviços de esgotamento sanitário em 31 municípios. Na maioria desses municípios, as operações decorrem de contratos firmados por 30 anos, com renovação automática por mais 30 anos.

A Administração prevê que os serviços prestados a municípios que não possuem contratos de concessão vigentes terão essa situação regularizada, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgotos nessas localidades municipais. A assinatura de tais contratos de concessão depende da implementação por parte dos municípios do Plano Municipal de Saneamento Básico, instrumento que estabelece as diretrizes para a prestação dos serviços públicos de saneamento tais quais requerido pela Lei Federal nº 11.445/2007 e das respectivas aprovações à Lei Autorizativa em âmbito municipal do referido plano.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020, apresentam-se vencidas as concessões relacionadas a seguir e que estão em fase de negociação com os municípios, sendo que os serviços não sofreram interrupção (Nota 2.7.2).

Município	Serviços
Angra dos Reis	Água
Cachoeiras de Macacu	Água
Cambuci	Água
Miracema	Água
Porciúncula	Água e esgoto
Quissamã	Água e esgoto
São João da Barra	Água e esgoto
Teresópolis	Água e esgoto

Em 31 de dezembro de 2020, o valor contábil do intangível utilizado nos oito municípios em negociação totalizava R\$197.995 (R\$204.057 em 2019), tendo gerado receita de R\$119.778 (R\$115.271 em de 2019) (Nota 10).

Os contratos de concessão estipulam um direito de cobrar dos clientes os serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo estabelecido nestes. A Companhia possui, na maior parte dos seus contratos, um direito de receber caixa ao final da concessão como forma de indenização pela devolução dos ativos ou de prorrogar o contrato até a efetiva quitação da indenização por parte dos municípios.

Nos contratos em que não está prevista tal indenização (cinco contratos na totalidade), existe a obrigatoriedade do Poder Concedente prorrogar o prazo de concessão pelo tempo necessário para que a Companhia recupere o investimento efetuado. No caso do contrato firmado com o Município do Rio de Janeiro, não existe previsão de indenização. Contudo, o contrato possui validade de 50 anos, prazo inferior à vida útil dos bens relacionados à concessão e prevê renovação automática pelo mesmo período, a qual a opção de não exercer renovação deve ser manifestada até dois anos antes do fim da vigência do contrato.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

As concessões em termos de número de economias (*) são:

	Município	Concessões de água e esgotamento sanitário		
		Número de economias (*)	Início	Término
1	Rio de Janeiro	2.364.098	2007	2057
2	São Gonçalo	258.445	2008	2028
3	Nova Iguaçu	182.889	2004	2034
4	Duque de Caxias	169.635	2008	2038
5	São João de Meriti	121.243	2011	2041
6	Belford Roxo	89.286	2009	2039
7	Macaé	76.611	2011	2041
8	Rio das Ostras	55.023	2011	2061
9	Nilópolis	52.507	2008	2038
10	Mesquita	40.735	2008	2038
11	Itaperuna	34.044	2008	2038
12	Itaguaí	32.221	2011	2041
13	Queimados	31.031	2009	2039
14	Marica	30.616	2008	2028
15	Valença	27.164	2009	2039
16	Itaboraí	25.023	2012	2042
17	Magé	22.274	2000	2030
18	Paraíba do Sul	16.684	2008	2038
19	Vassouras	16.008	2008	2048
20	Seropédica	14.711	2009	2039
21	Mangaratiba	14.363	2013	2043
22	Japeri	13.351	2009	2039
23	São Fidelis	11.986	2008	2038
24	Rio Bonito	11.879	2011	2031
25	Bom Jesus do Itabapoana	11.293	2011	2041
26	Pirai	10.901	2009	2029
27	Miguel Pereira	9.854	2009	2039
28	Itaocara	9.371	2010	2035
29	Cordeiro	8.900	2001	2031
30	Pinheiral	8.786	2008	2048
31	Paracambi	8.750	2008	2038
32	São Francisco do Itabapoana	8.599	2002	2032
33	Paty do Alferes	8.155	2008	2038
34	Casimiro de Abreu (**)	7.797	2008	2038
35	Bom Jardim	7.498	2001	2031
36	Sapucaia	7.103	2010	2035
37	Cantagalo	6.375	2009	2039
38	Natividade	5.311	2008	2038
39	Rio Claro	4.955	2008	2038
40	Aperibé	4.700	2010	2040
41	Italva	4.240	2012	2042
42	Cardoso Moreira	4.037	2002	2027

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Município	Concessões de água e esgotamento sanitário		
	Número de economias (*)	Início	Término
43 Duas Barras	3.636	2001	2031
44 Eng. Paulo de Frontin	3.473	2008	2048
45 Macuco	3.174	2002	2032
46 Tanguá	3.115	2008	2033
47 Barra do Piraí	2.970	2006	2036
48 Laje do Muriaé	2.527	2013	2043
49 Saquarema (**)	2.056	2008	2048
50 Sumidouro	2.026	2009	2039
51 Santa Maria Madalena	1.849	2009	2039
52 São Sebastião do Alto	1.810	2002	2032
53 São José de Ubá	1.720	2009	2039
54 Carapebus	1.527	2008	2038
55 Trajano de Moraes	1.376	2000	2030
56 Varre-Sai	1.226	2009	2039

(*) Economia é uma unidade predial, caracterizada segundo o artigo 96 do Decreto Estadual do Rio de Janeiro nº 553/1976, para efeito de cobrança (informação não auditada).

(**) No Município de Casimiro de Abreu, a Companhia mantém contrato apenas com o Distrito de Barra de São João.

(***) No Município de Saquarema, a Companhia mantém contrato apenas com o Distrito de Jaconé.

Em 5 de janeiro de 2007, foi sancionada a Lei Federal nº 11.445/2007, estabelecendo as diretrizes nacionais e princípios fundamentais à prestação dos serviços, como o controle social, a transparência, o comando de integração das infraestruturas de saneamento básico na gestão de recursos hídricos, bem como o comando para a articulação do setor com as políticas públicas de desenvolvimento urbano e regional, habitação, combate e erradicação da pobreza, promoção da saúde e proteção ambiental, dentre outras correlatas. Essas diretrizes visam, também, à melhoria da qualidade de vida com eficiência e a sustentabilidade econômica, possibilitando a adoção de soluções graduais e progressivas, coerentes à capacidade de pagamento dos clientes.

No dia 26 de janeiro de 2017, o Estado do Rio de Janeiro assinou o Termo de Compromisso com o Governo Federal que envolve, entre outros assuntos, a possibilidade da obtenção de empréstimos bancários por parte do Controlador, oferecendo como garantia ações da Companhia por ele detidas.

Em novembro de 2017, o banco BNP Paribas foi o vencedor do leilão para emprestar R\$2,9 bilhões ao Estado do Rio de Janeiro, que ofereceu como garantia até 50% das ações da Companhia. Salientamos que tal evento não alterou as operações da Companhia ou seu controle até o momento.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 19 de junho de 2018, transitou em julgado junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Cível Ordinária nº 2757/RJ, de autoria da Companhia. Nessa ação a CEDAE requereu imunidade tributária nos termos do artigo 150, VI “a” da Constituição Federal, por ser entendimento de seus Administradores e consultores jurídicos e legais que a Companhia, por ter como único acionista o Governo do Estado do Rio de Janeiro e prestar serviços de utilidade pública, estava imune a impostos por se equiparar a um ente público. O êxito obtido pela Companhia lhe assegurou a imunidade a impostos e, a partir da data do trânsito em julgado, a Administração deixou de apurar e recolher os impostos federais; baixando os valores a eles relacionados, sejam impostos a recuperar, recolher ou diferidos, uma vez que não existirá base de cálculo para apuração e realização desses impostos. Deve-se observar que a imunidade foi concedida à CEDAE no pressuposto desta ter como único acionista o Estado do Rio de Janeiro e que tal imunidade poderá ser revista, e perdida, caso terceiros passem a deter participação no capital da Companhia.

1.1. Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Em 01 de julho de 2020, ocorreu na sede da Companhia uma operação conjunta da Polícia Civil, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ e do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE. A operação, denominada “Águas Claras”, investiga alegação de fraude em licitações e contratações emergenciais nos anos de 2015 a 2020 e deu cumprimento a medidas de busca e apreensão de documentos envolvendo a Companhia, a empresa contratada Chison Empreendimentos Imobiliários Ltda e determinados colaboradores (atuais e passados) da CEDAE. Adicionalmente em fevereiro de 2021 e em novembro de 2020 as polícias federal e civil do Rio de Janeiro nos solicitaram acesso aos contratos firmados entre a Companhia e as empresas contratadas RC Vieira engenharia Ltda (“RC”) e Emissão Engenharia e Construção Ltda (“Emissão”) respectivamente.

A Companhia está acompanhando a investigação em andamento na Operação Águas Claras e vem prestando todas as informações solicitadas pelas autoridades. Os documentos pertinentes a investigação (mandado de busca e apreensão e termos de solicitação de informação do TCE) não mencionam valores e até a presente data nenhum colaborador ou ex-colaborador da Companhia foi indiciado.

Em 22 de julho de 2020 a Administração da Companhia designou uma Comissão Permanente de Sindicância para realização de investigação interna e independente, sendo executada por colaboradores da Companhia, com o objetivo de averiguar possíveis irregularidades no âmbito da operação “Águas Claras”.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos--Continuação

A investigação interna está em andamento, com supervisão e monitoramento contínuo pela Comissão de Ética da CEDAE e acompanhamento pelo Comitê de Auditoria Estatutário. Em continuidade ao processo de investigação interna a Companhia determinou a contratação de consultoria especializada em procedimentos forenses que possa com ferramentas e recursos adicionais complementar o trabalho até aqui efetuado pela Comissão de Sindicância. Neste contexto em 10 de março de 2021 foi realizado o pregão eletrônico visando a contratação destes consultores especializados. A Administração acredita que este processo de contratação estará concluído até o final do mês de abril e que ao término do segundo semestre de 2021 já estejam disponíveis ao menos os resultados preliminares do trabalho que será efetuado. A Administração da Companhia avaliará junto aos demais órgãos da governança a oportunidade de estender o escopo de trabalho da Comissão Permanente de Sindicância e dos consultores externos, para inclusão dos contratos com a RC e a Emissão.

Embora até o presente momento não se possa concluir sobre a existência ou não de supostas irregularidades a Administração da Companhia acredita que as iniciativas implementadas e em curso a saber: acompanhamento processual, colaboração com as autoridades, investigação independente pela Comissão Permanente de Sindicância e contratação de consultores especializados em análises forense; são apropriadas para o adequado esclarecimento dos fatos e proteção dos interesses da Companhia.

1.2. Leilão de Concessão

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, acionista controlador da Companhia, divulgou o Edital para realização de leilão de concessão da Companhia que está atualmente previsto para 30 de abril de 2021. A expectativa é que os contratos com as concessionárias sejam assinados até o fim do primeiro semestre de 2021. O edital de concessão foi publicado em 29 de dezembro de 2020, no Diário Oficial do Estado. A concessão dos serviços da Companhia prevê que a distribuição de água e a coleta e tratamento de esgoto nos municípios do estado, que atualmente são responsabilidade da Companhia, passem para a iniciativa privada pelo período de 35 anos. Os interessados terão até 120 dias para apresentar suas propostas. O critério de licitação será o de maior outorga., sendo valor mínimo fixado em R\$10.600.000.

A Companhia será dividida em quatro blocos, sendo que cada um deles corresponderá a prestação de serviço em uma área do estado. Após a assinatura dos contratos com os vencedores de cada um dos blocos, inicia-se a gestão compartilhada, com prazo inicial de 6 meses, podendo ser prorrogado por mais 3 meses. Ao final do período de gestão compartilhada, a Cedae passa a ser responsável apenas e tão somente pela captação, tratamento e adução das águas que serão entregues aos vencedores da referida licitação.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.3. COVID-19

As economias mundiais, inclusive a brasileira, estão sendo fortemente impactadas pela pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19). A Organização Mundial de Saúde emitiu alerta sobre as doenças decorrentes de tal vírus, em particular a pneumonia, no dia 31 de dezembro de 2019, tornando mundial um problema, que no primeiro momento parecia estar circunscrito a uma determinada região da China. As pesquisas realizadas em diversos países vêm permitindo aos especialistas no tema obter avanços no entendimento do comportamento do COVID-19 e em particular da sua disseminação.

O Coronavírus representa para a CEDAE um duplo desafio: por um lado a companhia tem a preocupação de preservar a saúde do seu corpo funcional, de seus clientes e prestadores de serviço, por outro lado, como os serviços de abastecimento de água e captação e tratamento de esgoto são essenciais para a população, não existe a opção pela interrupção do seu funcionamento.

A Companhia adotou um conjunto de medidas para viabilizar a continuidade de suas operações neste quadro, como a adoção do conceito de trabalho remoto (*home office*), ajuste das escalas de trabalhos, sistema de rodízio nos setores em que existe a necessidade de comparecimento físico, higienização mais intensa dos ambientes laborais, apoio da Cedae Saúde e dos seus profissionais à equipe de medicina do trabalho e antecipação do programa de vacinação contra gripe, dentre outras.

No que se refere aos aspectos econômico-financeiros, em linha com o disposto na Lei nº 8769 de 23/03/2020, a Companhia interrompeu os serviços de corte para as ligações de todas as categorias, e além disso, conforme o Decreto Estadual nº 46.990 de 24 de março 2020 suspendeu a cobrança pelo fornecimento de água e coleta de esgoto, prestados a seus usuários residenciais, enquadrados na tarifa social e comércio de pequeno porte de consumo para os meses referência 04 - abril, 05 – maio e 06 – junho no ano de 2020 e, posteriormente, através do decreto 47.177 de 21 de julho de 2020 foi postergada a suspensão da cobrança dos usuários residenciais enquadrados somente na tarifa social para as medições 07 - julho e 08 – agosto de 2020, sendo incluída a referência 09 – setembro de 2020 através do Decreto 47.255 de 09 de setembro de 2020.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.3. COVID-19--Continuação

Em 21 de outubro de 2020 o Decreto 47.330 inclui a suspensão da cobrança para a referência 10 – outubro de 2020 tanto para os seus usuários residenciais, enquadrados na tarifa social quanto para o comércio de pequeno porte de consumo.

O faturamento obtido pela Companhia durante o período de suspensão de cobrança em 2020 nessas categorias de clientes foi de R\$50.679 na categoria comércio de pequeno porte e de R\$67.854 nas matrículas enquadradas na tarifa social.

Não obstante, o baixo grau de endividamento da Companhia e o fato da posição de Caixa ser bastante confortável; como medida prudencial, a CEDAE está negociando a ampliação das suas linhas de crédito, e também deverá observar uma rigorosa análise na contratação de serviços e fornecedores, dando preferência aos que são mais importantes neste momento crítico.

A suspensão da cobrança permite que, a critério da Companhia, e dependendo do impacto na economia do Rio de Janeiro da pandemia, o parcelamento no futuro dessas contas. Como consequência houve um incremento de 28% na constituição de provisão para perdas de crédito esperadas em relação ao mesmo período do ano anterior.

A gestão centralizada e conservadora do Caixa, aliada às negociações com os nossos principais fornecedores, por exemplo, as distribuidoras de energia elétrica, bem como as medidas supracitadas serão fundamentais caso haja aumento expressivo da inadimplência.

Como a Companhia hoje detém o monopólio natural de um serviço essencial, apesar de eventuais perdas no curto e talvez médio prazo, em nosso entender, o negócio em si não será afetado numa perspectiva de longo prazo.

Em virtude da pandemia causada pelo COVID-19, o Governo do Estado do Rio de Janeiro adotou uma série de medidas visando o bem estar da população, tais medidas estão descritas a seguir:

- Decreto 46.973 de 16/03/2020 - determina que todo o Estado está em emergência de saúde pública;
- Decreto 47.178 de 21/07/2020 - dá nova redação ao Decreto 46.979 de 19/03/2020 e autoriza que a CEDAE prorrogue em 60 dias o vencimento das contas e faculte o parcelamento ao cliente (Referências 03, 04, 05, 06, 07 e 08/2020);
- Decreto 47.330 de 21/10/2020 - nova redação ao Decreto 46.990 de 24/03/2020 e autoriza a CEDAE a suspensão do faturamento para os clientes contemplados pela tarifa social e para os comércios de pequeno porte de consumo no mês de outubro de 2020.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.3. COVID-19--Continuação

Considerando as medidas estabelecidas através dos decretos do Governo do Estado do Rio de Janeiro anteriormente detalhados. A CEDAE adotou uma série de procedimentos visando ao atendimento dos referidos decretos e pensando no bem estar de seus clientes.

- (a) Suspensão do corte e da negativação durante o período de pandemia;
- (b) Prorrogação dos vencimentos em 60 dias, das referências 03, 04, 05, 06, 07 e 08/2020;
- (c) Suspensão da cobrança dos clientes de tarifa social e comércio de pequeno porte de consumo, conforme decretos do Governo do Estado;
- (d) Emissão de contas por média de consumo dos últimos 12 meses durante a pandemia para os imóveis com hidrômetro interno, exceto quando autorizado pelo cliente. A medida foi adotada devido ao risco de contaminação e em respeito as orientações de distanciamento social da OMS;
- (e) Suspensão das substituições de hidrômetros cujas instalações estejam dentro dos imóveis, exceto quando autorizado pelo cliente.

Cabe ainda mencionar que havendo necessidade a Companhia poderá adotar outras medidas complementares as já adotadas.

1.4. Geosmina

A partir do início de janeiro de 2020 e prolongando-se por alguns dias em fevereiro, a Companhia se deparou com o significativo desafio técnico e administrativo de enfrentar os transtornos que a presença da substância geosmina no manancial do Rio Guandu trouxe à produção, tratamento e distribuição de água na Capital e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A incidência desse composto orgânico, resultante da proliferação de algas na lagoa de captação do Guandu, embora não representasse qualquer risco à saúde pública, gerou um certo desconforto, por haver alterado o odor e o sabor da água distribuída para os moradores das cidades atendidas pela Companhia.

Por este motivo houve uma demanda maior por serviços corretivos e manutenção preventiva nos sistemas de água e esgotos, considerando a essencialidade dos serviços prestados pela Companhia. A Companhia obteve aumento significativo nos custos com materiais e aquisição de produtos químicos de tratamento em função da geosmina. A Companhia passou a utilizar carvão ativado e argila modificada de forma contínua na entrada da estação de tratamento Guandu, monitorando a quantidade de espécies de algas na lagoa e aplicando esses materiais com o objetivo de diminuir a proliferação das algas no local.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 24 de março 2021 aprovou a emissão dessas demonstrações financeiras.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação, enquanto aquelas com vencimento superior a três meses são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

a) Ativos financeiros

2.3.1. *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado (Nota 5.5).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensurados pelo preço de transação determinando de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.3.2. *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumento de dívida).
- (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumento de dívida).
- (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

a) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.3.2. *Mensuração subsequente*--Continuação

b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumento de dívida)

A Companhia avalia os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se forem atendidas ambas as condições a seguir:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

c) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.3.2. *Mensuração subsequente*--Continuação

c) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)--Continuação

Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando a Companhia se beneficia desses proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

d) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

2.3.3. *Desreconhecimento*

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

(i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram;

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.3.3. *Desreconhecimento*--Continuação

(ii) a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativos a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

2.3.4. *Impairment de ativos financeiros*

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.3.4. *Impairment de ativos financeiros*--Continuação

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor.
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal.
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria.
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira; ou

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.3.4. *Impairment de ativos financeiros*--Continuação

- O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em valor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será registrada na demonstração do resultado.

b) Passivos financeiros

2.3.5. *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Passivos financeiros--Continuação

2.3.6. *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

2.3.7. *Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38 - Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, e também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Ao passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Passivos financeiros--Continuação

2.3.8. Passivos financeiros ao custo amortizado (*empréstimos e financiamentos*)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 12.

2.3.9. *Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.3.10. *Compensação de instrumentos financeiros*

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. A Companhia também classifica os créditos a receber do controlador como ativo não circulante, em decorrência de acordo firmado com o acionista controlador para liquidação desses créditos através de dação de bens intangíveis.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas.

A Provisão para perdas de crédito esperadas é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

2.5. Estoques

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de águas e esgotos são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor de realização e estão classificados no ativo circulante. Os estoques consumidos são baixados ao resultado pelo custo médio das aquisições.

2.6. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são contabilizados no ativo não circulante e atualizados monetariamente para fazer face às contingências da Companhia.

2.7. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Intangível--Continuação

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, ajustado por reavaliação efetuada em 2006, que foi incorporada ao custo do intangível quando da adoção inicial dos novos CPCs em 2010 para os casos de ativos qualificáveis. Ativo qualificável é um ativo que demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para utilização ou venda. A CEDAE estabeleceu que esse período deve ser superior a 12 meses. Esse período foi definido considerando o prazo de término das obras, pois a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, o que equivale a um ano fiscal da Companhia.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada a partir do momento que este é disponibilizado para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são amortizadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado, conforme os critérios mencionados na Nota 10.

As doações recebidas de órgãos públicos para permitir à Companhia a prestação dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto são registradas no intangível em contrapartida à receita. Em 2020, a Companhia não recebeu doações de intangíveis.

Os projetos de obras em andamento são registrados pelo valor de custo e estão principalmente relacionados com projetos de construção contratados junto a terceiros, que são executados pela Secretaria de Estado do Ambiente - SEA com responsabilidade financeira do Estado do Rio de Janeiro.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Intangível--Continuação

2.7.1. Contratos de concessão

A infraestrutura utilizada pela CEDAE relacionada aos contratos de concessão é considerada controlada pelo Município quando:

- (i) O Município controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer com a infraestrutura, a quem deve fornecê-los e a que preço;
- (ii) O Município controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomar a infraestrutura no final da concessão;
- (iii) Os direitos da CEDAE sobre a infraestrutura operada em conformidade com contratos são contabilizados como intangível como bens afetos a concessão, uma vez que a CEDAE tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os consumidores devem pagar pelos serviços da CEDAE; ou
- (iv) A Companhia ainda considera como intangível, bens não afetos (bens que são utilizados em conjunto por mais de um município, não sendo individualmente afetos a nenhum município) a concessão, a captação e as estações de tratamento, bem como suas respectivas adutoras de água.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura representa o custo do ativo intangível, desde que se espere que esse trabalho gere benefícios econômicos futuros.

A grande maioria dos contratos de concessão de serviços da Companhia firmados com os municípios é regulada por acordos de concessão de serviço, nos quais a Companhia tem o direito de receber, ao fim do contrato, um pagamento equivalente ao saldo residual dos ativos intangíveis de concessão (que historicamente se opera através de renovação das concessões), que nesse caso é amortizado de acordo com a vida útil dos respectivos bens tangíveis definida pela Administração, quais sejam: infraestruturas de água e esgoto 2%; equipamentos 10%; equipamentos de transportes 20%; móveis e utensílios 10% e outros ativos 4%.

No entanto, o direito de receber caixa previsto nos contratos de concessão não é incondicional, pois, em todos os contratos, existe a opção de prorrogação do prazo ao final da concessão por parte dos municípios. Dessa forma, a Companhia não reconhece em seu balanço patrimonial qualquer ativo financeiro relacionado às indenizações futuras.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Intangível--Continuação

2.7.1. Contratos de concessão--Continuação

Ativos intangíveis de concessão, em que não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil, o que ocorrer primeiro.

2.7.2. Contratos em processo de renovação

A Companhia possui oito contratos em processo de renovação com os municípios, dos quais quatro deles (Miracema, Porciúncula, São João da Barra e Teresópolis) apresentam previsão de recebimento de indenização ao final do contrato, conforme composição abaixo apresentada:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Teresópolis	156.597	161.475
São João da Barra	1.782	1.847
Miracema	934	938
Porciúncula	166	179
	<u>159.479</u>	<u>164.439</u>

A Companhia vem prestando serviços aos outros quatro municípios (Angra dos Reis, Cachoeiras de Macacu, Cambuci e Quissamã) ao longo dos anos, apesar desses serviços não estarem suportados por contratos. A Companhia não tem expectativa de interrupção dos serviços que estão sendo prestados para esses municípios. Os ativos intangíveis relacionados à prestação desses serviços estão sendo amortizados pelo prazo de vida útil dos bens. O montante de tais ativos é apresentado da seguinte forma (Nota 10.i):

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Cachoeiras de Macacu	26.780	27.532
Angra dos Reis	7.701	7.922
Cambuci	2.628	2.717
Quissamã	1.407	1.447
	<u>38.516</u>	<u>39.618</u>

A Companhia tem a expectativa de que os referidos contratos sejam renovados a partir de 1º de janeiro de 2021 e vem recorrentemente trabalhando para esse propósito.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Intangível--Continuação

2.7.3. Licenças de uso de software

As licenças de uso de software e de sistemas de gestão empresarial adquiridas quando há existência de saldo são capitalizadas e amortizadas ao longo da vida útil, e as despesas associadas são reconhecidas no resultado quando incorridas.

2.8. Imobilizado

Demonstrado ao custo corrigido até 31 de dezembro de 1995, reduzido das depreciações de bens do imobilizado calculadas pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 11.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela diferença entre a contraprestação recebida e a receber denominada na venda com o valor contábil e são incluídos no resultado.

2.9. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente, denominados de Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

A Companhia considera sua operação pela interligação das redes como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), dado que a Companhia realiza subsídio cruzado conforme previsto pela Lei Federal nº 11.445/2007, e em sua avaliação não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através de operações futuras.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Empreiteiros e fornecedores

As contas a pagar aos empreiteiros e aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante.

2.11. Salários e encargos sociais

Representado, substancialmente, pelos valores de salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes são derivados de apropriação por competência (*accruals*) e são divulgados como parte das contas a pagar.

2.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

2.13. Contribuição social corrente e diferida

As despesas de contribuição social compreendem as parcelas correntes e diferidas desse tributo.

Os tributos sobre renda que se encontram dentro do escopo do pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro são: o Imposto de Renda sobre Pessoas Jurídicas ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") que estão reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesses casos, os tributos também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Contribuição social corrente e diferida--Continuação

Os encargos de contribuição social corrente e diferida são calculados com base nas Leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas declarações de contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável oferece margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

A contribuição social corrente é apresentada líquida, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

A contribuição social diferida é reconhecida sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

A contribuição social diferida ativa é reconhecida somente na proporção em que for provável que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

A contribuição social diferida ativa e passiva é compensada quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável, e pretender liquidar em bases líquidas ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.14. Benefícios a empregados

a) Obrigações de aposentadoria

Os custos com planos de pensão Prece I, Prece II, Prece III e Prece CV são administrados pela Previdência Complementar ("Prece"), o plano de assistência médica Caixa de Assistência dos Empregados da CEDAE ("Cedae Saúde") e prêmio de aposentadoria são registrados com base em modelos atuariais em consonância com os requerimentos estabelecidos nas práticas contábeis.

A Companhia reconhece de forma imediata em outros resultados abrangentes os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mutações das premissas atuariais.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Benefícios a empregados--Continuação

a) Obrigações de aposentadoria--Continuação

a.1) *Plano de Benefício Definido ("BD")*

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido (Prece I, II e Prece CV - optantes por renda vitalícia) utiliza modelos com atribuição que geralmente desdobra eventos individuais ao longo da vida estimada dos funcionários no plano. A política da Companhia é de financiar seus planos de aposentadoria com base em recomendações atuariais e em consonância com a legislação e os regulamentos aplicáveis.

As receitas ou despesas líquidas de aposentadoria são calculadas utilizando-se as premissas do início de cada exercício. Essas premissas são definidas ao final do exercício anterior e incluem as taxas de retorno de longo prazo esperadas nos ativos do plano, taxas de desconto e aumentos de taxas salariais. Um conjunto de taxas históricas reais, taxas esperadas e dados externos são utilizados pela Companhia para determinar as premissas usadas nos modelos atuariais. Quando os cálculos resultam em benefícios para a Companhia, o reconhecimento do ativo fica limitado ao total líquido de qualquer serviço passado não reconhecido e ao valor presente de qualquer reembolso do plano ou reduções das contribuições futuras do plano.

a.2) *Plano de Contribuição Definida ("CD")*

Para o plano de contribuição definida (Prece III e CV), a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do exercício em que são devidas e, assim, são incluídas nos benefícios a empregados (Nota 18).

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Benefícios a empregados--Continuação

a) Obrigações de aposentadoria--Continuação

a.2) Plano de Contribuição Definida ("CD")--Continuação

a.2.1) Plano de Contribuição Variável ("CV")

O Plano Prece CV surgiu da necessidade de se equacionar o Plano Prece I, de caráter de benefício definido que apresentava déficits contínuos. Nesse plano, a contribuição é definida previamente e o benefício é calculado de acordo com a reserva acumulada até a aposentadoria do participante. Esse plano foi desenvolvido com base nas últimas tendências do mercado de previdência com características mais seguras e exposição a menos riscos.

No Plano Prece CV, o benefício é desvinculado do plano do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), o que significa que a renda de aposentadoria e os critérios para elegibilidade aos benefícios independem das mudanças da previdência oficial.

A renda de aposentadoria será resultante do saldo acumulado das contribuições do participante e da patrocinadora, creditadas em contas individuais em nome de cada participante. O participante ativo poderá realizar contribuições adicionais e esporádicas com o objetivo de aumentar a sua reserva individual e, conseqüentemente, sua renda futura de aposentadoria.

O plano oferece, ainda, diferentes modalidades de percepção dos benefícios de aposentadoria que poderão ser resgatados nos modelos de renda vitalícia, por prazo determinado ou ainda por prazo indeterminado com ou sem pensão, à escolha do participante no momento de sua aposentadoria.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Benefícios a empregados--Continuação

a) Obrigações de aposentadoria--Continuação

a.3) *Plano de assistência médica*

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido quando o funcionário permanece trabalhando até a idade de aposentadoria e cumpre um período de trabalho mínimo de 35 anos. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários qualificados.

a.4) *Prêmio de aposentadoria*

A Companhia, conforme Acordo Coletivo de Trabalho, pagará aos empregados que venham preencher os pré-requisitos para aposentadoria, requerendo-a no prazo máximo de 90 dias da data de aquisição do direito por motivo de aposentadoria e respectivo desligamento, um prêmio aposentadoria no valor correspondente à proporção de tempo de serviço prestado à CEDAE, considerando a data de admissão existente no registro do empregado. De acordo com os critérios estabelecidos no referido acordo, o valor do prêmio para o empregado beneficiado será equiparado ao seu piso salarial nas seguintes proporções de tempo de serviço trabalhado, efetivamente, na Companhia e antecessoras:

- (i) 10 pisos salariais àquele que possua 30 ou mais anos de serviço.
- (ii) Aquele que possua 10 ou mais anos e menos de 30 anos de serviço será computado 0,33 pisos salariais, para cada ano completo de serviço.

2.15. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O Valor de distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica “dividendos a pagar e juros sobre o capital próprio”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado ou pago, o que ocorrer primeiro.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.16. Gastos ambientais

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício na medida em que ocorra. Os programas contínuos, tais como os promovidos pelo Instituto Estadual do Ambiente (“Inea”), são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

2.17. Reconhecimento da receita

a) Prestação de serviços de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto

As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou pela coleta de esgoto. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos incidentes sobre elas, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi mensurado e faturado até o final de cada período. São reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) os serviços são fornecidos; (ii) a receita pode ser mensurada com segurança; (iii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (iv) é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas.

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas ou custos, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados, e estão refletidas no resultado do exercício em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

b) Tributos sobre receitas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à incidência do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (“Pasep”) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“Cofins”) de forma cumulativa, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente. O faturamento dos órgãos e empresas governamentais são tributáveis quando da liquidação das faturas.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.17. Reconhecimento da receita--Continuação

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.18. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

Os ativos e passivos decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

2.19. Apresentação de informações por segmento

Dada a peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial, as decisões de investimentos tomadas pela Administração estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Dessa forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto, uma vez que o controle gerencial da Companhia é o conjunto das atividades de água e de esgoto. Outro fator considerado é a venda a uma base de clientes geograficamente dispersa, o que não permite uma análise segmentada dessa natureza. A mensuração de desempenho e apuração das informações por um único segmento está consistente com as práticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras, uma vez que a Administração utiliza essas informações para analisar o desempenho da Companhia.

2.20. Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”)

Estas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de seu conjunto de demonstrações financeiras.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.20. Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”)--Continuação

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perdas de créditos esperadas), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos considerados no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.21. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As demonstrações dos fluxos de caixa estão sendo apresentadas separando as seguintes atividades:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalente de caixa; e
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Novos pronunciamentos e interpretações

3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda estejam vigentes.

Alterações no CPC 15(R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis da Concessionária, mas podem impactar períodos futuros caso a Concessionária ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações contábeis da Concessionária uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações contábeis. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis da Companhia, nem se espera que haja algum impacto futuro.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Novos pronunciamentos e interpretações--Continuação

3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020-- Continuação

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento, fornece definições atualizadas, critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Novos pronunciamentos e interpretações--Continuação

3.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Concessionária avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

4.1. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) Provisão para perdas de créditos esperadas para contas a receber e ativos de contrato

A Companhia registra a provisão para perdas de crédito esperadas (*impairment*) em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise da rubrica “Contas a receber de clientes”, e de acordo com a prática contábil estabelecida na Nota 8.

A Companhia objetivando estimar os valores de provisão para perdas esperadas em seu contas a receber que serão reconhecidas no período, realiza análises de seus créditos considerando a expectativa de perda esperada sobre os montantes a vencer e sobre montantes vencidos, tendo como base a inadimplência média observada nos períodos anteriores.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

4.1. Estimativas e premissas--Continuação

b) Ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão

A Companhia registra ativos intangíveis decorrentes de contrato de concessão de acordo com o CPC 04 (R1) - Ativo Intangível e com a ICPC 01 (R1). A Companhia estima o valor de mercado das construções e outros trabalhos de infraestrutura para reconhecer o custo dos ativos intangíveis, sendo reconhecido quando a infraestrutura é construída e é provável que tal ativo gere benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis de concessão, em que não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil. Informações adicionais sobre a contabilização dos ativos intangíveis estão demonstradas na Nota 11. Adicionalmente, a Companhia não registra ativo financeiro de potencial indenização futura pelo retorno dos ativos de infraestrutura ao Poder Concedente ao final dos contratos, uma vez que entende que tais contratos serão renegociados para períodos futuros e a Companhia não terá direito aos valores de indenização.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

4.1. Estimativas e premissas--Continuação

b) Ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão--Continuação

O reconhecimento do valor de mercado dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas. O uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. A estimativa de vida útil dos ativos intangíveis também requer um significativo nível de premissas e estimativas, e o uso de diferentes premissas, estimativas e mudanças futuras pode afetar a vida útil dos ativos intangíveis e pode ter um impacto relevante no resultado das operações.

c) Provisão para redução ao valor recuperável

A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

A Companhia revisa anualmente os ativos não financeiros para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável. Esses ativos incluem os ativos imobilizados e os intangíveis resultantes de contratos de concessão relacionados aos sistemas de água e esgoto.

A avaliação do *impairment* dos ativos imobilizado e intangível exige o uso de premissas e estimativas significativas, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxos de caixa futuros, que não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste, taxas de crescimento futuro, para fins de extrapolação, vida útil remanescente dos ativos e/ou prazo de duração do contrato de concessão, entre outros fatores.

Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

A Companhia também utiliza como premissa uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) para fins de avaliação de *impairment* (Nota 2.9).

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

4.1. Estimativas e premissas--Continuação

c) Provisão para redução ao valor recuperável--Continuação

Caso a taxa de desconto utilizada pela Companhia (9,45%) tivesse um incremento ou um decréscimo de um ponto percentual, teríamos a seguinte situação, conforme demonstrado a seguir:

2020

	Cenário WACC	
	8,45%	10,45%
Valor contábil dos ativos imobilizado e intangível	8.228.168	8.228.168
Fluxo de caixa descontado	13.218.018	8.374.082
Provisão de perda (<i>impairment</i>)	-	-

Não foram identificadas evidências de necessidade de reconhecimento de *impairment* no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

d) Benefícios pós-emprego

O valor atual de obrigações pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para os planos de pensão, estão a taxa de desconto, a taxa de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

A taxa de desconto deve ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, além de ser utilizada para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade como por exemplo debêntures emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional sendo esses mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações dos planos de pensão.

Adicionalmente, a Companhia avalia os ativos existentes para cobertura das obrigações atuariais a valor justo ao fim de cada exercício quando da preparação da sua avaliação atuarial.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

4.1. Estimativas e premissas--Continuação

d) Benefícios pós-emprego--Continuação

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

A Companhia utilizou para o cálculo atuarial em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as tábuas de mortalidade, específica por sexo, descritas na Nota 18.

e) Provisões

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas, cíveis e previdenciárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos nossos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia constitui provisão para processos cuja probabilidade de perda é provável e o valor possa ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros, cujos resultados podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados.

f) Contribuição social diferidos

O registro da contribuição social diferida ativa e passiva e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperado.

A Companhia reconhece, quando aplicável, provisão para perda nos casos em que acredita que créditos fiscais não sejam totalmente recuperáveis no futuro.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

4.1. Estimativas e premissas--Continuação

g) Receitas não faturadas

As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil, tendo por base o consumo médio dos três últimos meses, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

a) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía empréstimos e financiamentos captados a taxas variáveis de juros, sendo esses valores projetados.

A tabela abaixo mostra os empréstimos, financiamentos e outros parcelamentos mantidos pela Companhia sujeitos à taxa de juros variável:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Taxa Referencial ("TR")	439.234	452.082
Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP")	45.400	58.489
Sistema Especial de Liquidação e de Custódia ("SELIC")	13.395	13.395
Certificado de Depósitos Interbancários ("CDI")	-	116.060
Índice Nacional de Preço ao Consumidor ("INPC")	655.884	636.791

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

b) Risco de crédito

De acordo com a Legislação Estadual de Saneamento, o devedor é o imóvel ocupado e, portanto, todos os valores devidos são atrelados aos imóveis correspondentes e, caso essas dívidas não sejam liquidadas, ficam imputadas em suas matrículas. A Companhia só pode proceder à baixa da dívida após a constatação da inexistência do imóvel por meio de vistoria no local. O cadastro de clientes da Companhia é permanentemente atualizado através de vistorias realizadas pelas lojas comerciais e o setor de cadastro acompanha diariamente todas as alterações efetuadas em seu banco de dados.

O risco de crédito decorre de contas correntes, aplicações financeiras e depósitos judiciais mantidos em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os riscos de crédito são monitorados pela Companhia da seguinte forma:

(b.1) A Companhia constitui provisão para perdas de crédito esperadas de acordo com a expectativa de perda esperada, utilizando como base a inadimplência média e a recuperação de créditos históricas.

(b.2) Exposição ao risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2020, a exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação dessas demonstrações financeiras é de R\$2.499.444, (R\$2.456.990 em 2019) composto pelo valor contábil dos títulos de dívida classificados como equivalentes de caixa, depósitos em instituições financeiras e contas a receber de clientes na data do balanço representando 18% do total do ativo e 37% do patrimônio líquido (Notas 6 a 8).

c) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, dos empréstimos de instituições financeiras do Governo Federal e dos financiamentos nos mercados locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender as suas despesas de capital e operacionais.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

c) Risco de liquidez--Continuação

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)	Total
Em 31 de dezembro de 2020 (i)					
Empréstimos e financiamentos	157.724	217.749	675.016	2.682.491	3.732.980
Parcelamentos judiciais e extrajudiciais	58.105	60.312	126.720	586.067	831.204
Empreiteiros e fornecedores	87.846	-	-	-	87.846
Outras contas a pagar e Agenersa	108.744	-	-	8.639	117.383
Em 31 de dezembro de 2019 (i)					
Empréstimos e financiamentos	248.118	256.922	959.229	4.197.036	5.661.305
Parcelamentos judiciais e extrajudiciais	113.284	58.373	126.941	652.487	951.085
Empreiteiros e fornecedores	65.648	-	-	-	65.648
Outras contas a pagar	89.240	-	-	7.711	96.951

(i) Como os valores incluídos na tabela são fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos financiamentos e parcelamentos.

(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em convenção da Administração da Companhia, de modo a garantir uma análise adequada dos fluxos de pagamentos das principais obrigações ao longo do tempo.

Conforme demonstrado na tabela acima e detalhado na Nota 12, a Companhia vem buscando alinhar a sua geração de caixa às suas necessidades de desembolso e, ações concretas vêm sendo adotadas pela Administração, como a captação de recursos através de diversas operações financeiras, e que resultou em uma redução nas taxas de juros e consequente alongamento dos prazos de pagamento.

5.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.2. Gestão de capital--Continuação

Condizente com outras companhias do setor, a CEDAE monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (considerando os de curto e os de longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os índices de alavancagem financeira são calculados da seguinte forma:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Total dos empréstimos (Nota 12)	498.029	640.026
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(1.290.157)	(799.491)
Dívida líquida	(792.128)	(159.465)
Total do patrimônio líquido	7.089.254	7.277.650
Capitalização total	6.297.126	7.118.185
Índice de alavancagem financeira (dívida líquida/patrimônio líquido)	-11%	-2%

5.3. Classificação dos níveis hierárquicos de mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.3. Classificação dos níveis hierárquicos de mensuração do valor justo--Continuação

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado.

A Nota 5.5 apresenta a definição da classificação dos níveis hierárquicos de mensuração do valor justo para os principais ativos e passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

5.4. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado estão apresentados a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos e aplicações financeiras têm seus valores de mercado idênticos ou muito próximos aos saldos contábeis.

Empréstimos e recebíveis

Incluem recebíveis, depósitos judiciais, saldos com fornecedores, bem como empréstimos e financiamentos e debêntures, ambos em moeda nacional.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.4. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

Empréstimos e recebíveis--Continuação

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A gestão desses instrumentos é efetuada pela Administração por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicação de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.5. Definição da classificação dos níveis hierárquicos dos instrumentos financeiros

	Nível hierárquico	Ativos ao valor justo por meio do resultado	%	Mensurado pelo custo amortizado	%	Valor justo	%
Em dezembro de 2020							
Ativos conforme balanço patrimonial		1.352.056	9%	3.043.387	21%	4.395.443	30%
Caixa e equivalentes de caixa (NE 6)	Nível 1	1.290.157	9%	-	-	1.290.157	9%
Títulos e valores mobiliários (NE 7)	Nível 2	61.899	-	-	-	61.899	-
Contas a receber de clientes (NE 8)		-	-	1.147.388	8%	1.147.388	8%
Depósitos judiciais (NE 15)		-	-	1.843.858	13%	1.843.858	13%
Outros créditos		-	-	52.141	-	52.141	-
Passivos financeiros				906.758	6%	906.758	6%
Empréstimos e financiamentos e debêntures (NE 12)		-	-	498.029	3%	498.029	3%
Empreiteiros e fornecedores		-	-	87.846	1%	87.846	1%
Outros parcelamentos (NE 19)		-	-	173.892	1%	173.892	1%
Outros contas a pagar (NE 17)		-	-	146.991	1%	146.991	1%
Em dezembro de 2019							
Ativos conforme balanço patrimonial		887.862	6%	3.279.486	22%	4.167.348	28%
Caixa e equivalentes de caixa (NE 6)	Nível 1	799.491	5%	-	-	799.491	5%
Títulos e valores mobiliários (NE 7)	Nível 2	88.371	1%	-	-	88.371	1%
Contas a receber de clientes (NE 8)		-	-	1.569.128	11%	1.569.128	11%
Depósitos judiciais (NE 15)		-	-	1.660.411	11%	1.660.411	11%
Outros créditos		-	-	49.947	-	49.947	-
Passivos financeiros		-	-	1.071.510	6%	1.071.510	6%
Empréstimos e financiamentos e debêntures (NE 12)		-	-	640.026	4%	640.026	4%
Empreiteiros e fornecedores		-	-	65.648	-	65.648	-
Outros parcelamentos (NE 19)		-	-	179.486	1%	179.486	1%
Outros contas a pagar (NE 17)		-	-	186.350	1%	186.350	1%

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.6. Qualidade de crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou sujeitos à provisão para deterioração pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor *rating* da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de *rating* (Moody's, Fitch Ratings e Standard & Poor's), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (Nota 6)	1.290.157	799.491
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	61.899	88.371
	<u>1.352.056</u>	<u>887.862</u>
Depósitos e bloqueios judiciais (Nota 15)	1.843.858	1.660.411

O risco de crédito das contas a receber da Companhia encontra-se detalhado na Nota 5.1.b.

A avaliação de *rating* das instituições financeiras custodiantes dos ativos de conta corrente, depósitos bancários e depósitos judiciais é assim apresentada:

	<u>Fitch Ratings</u>	<u>Moody's</u>	<u>Standard & Poor's</u>
Bradesco	AAA	Ba2	BB-
Banco do Brasil S.A.	AA	Ba2	BB-
Caixa Econômica Federal	AA	Ba2	BB-
Itaú Unibanco S.A.	AAA	Ba2	BB-
Banco Santander	-	Ba1	BB-

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.7. Análise de sensibilidade

Cenário I

Instrumentos financeiros	Indexador	Projetada para 31 de março de 2021		
		Valor de risco provável	Taxa maior em 25%	Taxa maior em 50%
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras	CDI	1.339.415	1.341.679	1.343.942
Total		1.339.415	1.341.679	1.343.942
Passivo financeiro				
Debêntures (5ª emissão - 1ª série)	TJLP	45.890	46.012	46.135
Debêntures (5ª emissão - 2ª série)	Selic	13.502	13.529	13.556
Debêntures (6ª emissão)	CDI	-	-	-
CCB - Finisa	CDI	-	-	-
CCB - Subcréditos	TR	439.234	439.234	439.234
Prece	INPC	661.293	662.645	663.932
Total		1.159.919	1.161.420	1.162.857

A seguir é apresentado o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Companhia. São apresentados dois cenários nos termos da Instrução da CVM nº 475/2008, a fim de demonstrar os saldos dos ativos e passivos financeiros convertidos a uma taxa projetada para 31 de março de 2021 com apreciação de 25% e 50% no Cenário I e 25% e 50% de deterioração no Cenário II, conforme tabela abaixo.

Referências para passivos financeiros - Cenário I	Taxa projetada para 31 de março de 2021	Aumento da taxa em	
		25%	50%
CDI - trimestral	0,68%	0,85%	1,02%
TR - trimestral	0,00%	0,00%	0,00%
IPCA - trimestral	0,82%	1,03%	1,23%
INPC - trimestral	0,82%	1,03%	1,23%
TJLP - trimestral	1,08%	1,35%	1,62%
Selic - trimestral	0,80%	1,00%	1,20%

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.7. Análise de sensibilidade--Continuação

Cenário II

Instrumentos financeiros	Indexador	Projetada para 31 de março de 2021		
		Valor de risco provável	Taxa menor em 25%	Taxa menor em 50%
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras	CDI	1.339.415	1.337.152	1.334.889
Total		<u>1.339.415</u>	<u>1.337.152</u>	<u>1.334.889</u>
Passivo financeiro				
Debêntures (5ª emissão - 1ª série)	TJLP	45.890	45.767	45.645
Debêntures (5ª emissão - 2ª série)	Selic	13.502	13.475	13.448
Debêntures (6ª emissão)	CDI	-	-	-
CCB - Finisa	CDI	-	-	-
CCB - Subcréditos	TR	439.234	439.234	439.234
Prece	INPC	661.293	659.941	658.588
Total		<u>1.159.919</u>	<u>1.158.417</u>	<u>1.156.915</u>

Referências para passivos financeiros - Cenário II	Taxa projetada para 31 de março de 2021	Redução da taxa em	
		25%	50%
CDI - trimestral	0,68%	0,51%	0,34%
TR - trimestral	0,00%	0,00%	0,00%
IPCA - trimestral	0,82%	0,62%	0,41%
INPC - trimestral	0,82%	0,62%	0,41%
TJLP - trimestral	1,08%	0,81%	0,54%
Selic - trimestral	0,80%	0,60%	0,40%

Essas análises de sensibilidade têm como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os instrumentos financeiros da Companhia. Tais valores quando de sua liquidação poderão apresentar valores diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e contas movimento	21.736	54.162
Aplicações financeiras	1.268.421	745.329
	1.290.157	799.491

O excedente de caixa da Companhia é aplicado em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por fundos de investimentos não exclusivos, que possuem alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações da Companhia buscam rentabilidade compatível com as variações da CDI.

As aplicações financeiras representam recursos a serem utilizados para fazer face ao pagamento das obrigações de curto prazo, com possibilidade de resgate imediato, pronta conversão em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses ativos financeiros incluem somente valores em moeda nacional.

As receitas financeiras decorrentes de aplicações financeiras, classificadas nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, totalizaram R\$29.465 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$45.688 em 2019) (Nota 23.b).

7. Títulos e valores mobiliários

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Não circulante		
Fundo de investimento imobiliário Caixa Cedae (Fiicc)	43.697	42.750
Fundo de Investimento Imobiliário - Banco do Brasil ("Fiicc")	9.692	9.525
Bradesco - DEB. 5º Res. - BNDES GOVPP	7.830	7.644
Outros	680	28.452
	61.899	88.371

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber de clientes

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contas a receber faturadas	16.519.750	14.890.985
Parcelamentos	407.049	452.058
Consumo a faturar	549.632	657.637
	<u>17.476.431</u>	<u>16.000.680</u>
Provisão para perdas de créditos esperadas (Nota 8.3)	<u>(16.329.043)</u>	<u>(14.431.552)</u>
Contas a receber de clientes	<u>1.147.388</u>	<u>1.569.128</u>
Circulante	965.171	1.275.441
Não circulante	182.217	293.687
	<u>1.147.388</u>	<u>1.569.128</u>

8.1. Créditos junto aos municípios

Para os 34 municípios que renovaram convênio nos moldes da Lei Federal nº 11.445/2007, a Companhia pretende conceder perdão dos débitos que totalizam R\$153.550 em 31 de dezembro de 2020 (R\$139.006 em 2019), que foram provisionados em sua totalidade. Para os demais municípios, a provisão foi constituída , no montante de R\$526.115, em 31 de dezembro de 2020 (R\$421.268 em 2019).

8.2. Créditos junto ao Estado do Rio de Janeiro

Em 31 de dezembro de 2020, as obras que estão sendo efetuadas pelo Estado do Rio de Janeiro para quitação de dívidas por meio do Encontro de Contas estão abaixo relacionadas e o saldo a receber está apresentado líquido dos valores faturados das obras, cuja baixa tem como contrapartida a rubrica "Obras em andamento" na rubrica intangível e ativo de contrato (Nota 10).

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber de clientes--Continuação

8.2. Créditos junto ao Estado do Rio de Janeiro--Continuação

	Valor total da obra	Custo incorrido	Atualização monetária	Saldo (Nota10)	Previsão de conclusão
Ampliação do sistema de água do Parque Fluminense	13.930	(12.481)	367	1.816	Concluído
Implantação do sistema de abastecimento de água de Inoã e Itaipuaçu	62.385	(70.348)	(2.017)	(9.980)	Concluído
Ampliação do sistema de abastecimento de água do Bairro de Campo Grande	19.018	(25.942)	(1.754)	(8.678)	Concluído
Ampliação do sistema de abastecimento de água da Barra da Tijuca, Recreio, Jacarepaguá, Vargem Grande e Vargem Pequena	209.326	(171.269)	9.641	47.698	07/04/2023
Ampliação do sistema de abastecimento da Zona Oeste bairros de Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba e outros	228.138	(50.589)	44.981	222.530	Em fase de licitação
Valores em reconhecimento de dívida	414	-	105	519	
	533.211	(330.629)	51.323	253.905	

Considerando que a quitação da respectiva dívida ocorrerá através do recebimento das obras em andamento relativas aos contratos de concessão mantidos pela Companhia, aliado ao fato do histórico recente de obras recebidas do Estado do Rio de Janeiro, a Administração considera provável tanto a finalização quanto o recebimento das obras no prazo de cinco anos estabelecido no acordo. O Estado do Rio de Janeiro não efetuou quitação até 31 de dezembro de 2020, contudo, a CEDAE efetuou o ajuste relativo ao 1º aditivo ao Termo de Encontro de Contas, em sua Cláusula Segunda, Parágrafo Terceiro no montante de R\$51.323 (R\$32.124 em 2019).

8.3. Composição de contas a receber por classificação de cliente e por idade

A segregação das contas a receber entre órgãos da Administração Pública e terceiros, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontra-se detalhada a seguir:

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
Federal	257.323	2%	240.621	2%
Estadual	73.687	0%	68.204	0%
Municípios	733.336	4%	621.548	4%
Terceiros	15.455.404	94%	13.960.612	94%
Total	16.519.750	100%	14.890.985	100%

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber de clientes--Continuação

8.3. Composição de contas a receber por classificação de cliente e por idade-- Continuação

A composição por idade das faturas a líquidas da provisão para perdas de crédito esperadas está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>%</u>
A vencer	329.803	29%	168.788	11%
Até 30 dias	60.230	5%	182.805	12%
De 31 a 60 dias	22.715	2%	159.685	10%
De 61 a 90 dias	10.063	1%	82.382	5%
Mais de 91 dias	282.481	25%	364.238	23%
Consumo a faturar/Arrec. a discriminar	442.096	39%	611.230	39%
Total	<u>1.147.388</u>	<u>100%</u>	<u>1.569.128</u>	<u>100%</u>

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas pode ser demonstrada da seguinte forma:

Saldo em 1º de janeiro de 2019	(12.955.248)
Constituição (Nota 22)	(1.655.976)
Reversão (Nota 22)	179.672
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(14.431.552)</u>
Constituição (Nota 22)	(2.023.476)
Reversão (Nota 22)	125.985
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>(16.329.043)</u>

(*) Cabe esclarecer de que na constituição de perdas, inclui-se variáveis de probabilidade futura de inadimplência que, neste momento, estão agravadas pelo cenário do COVID-19 onde em linha com o disposto no Decreto Estadual N°46966 de 11/03/2020, a Companhia interrompeu os serviços de corte para as ligações de todas as categorias. Embora a previsão aponte um aumento da inadimplência pelo cenário exposto, a expectativa é de que esta variável possua alcance limitado de impacto nas análises de perdas esperadas, uma vez que a Companhia voltará a ter a possibilidade de interrupção de seus serviços após o fim das restrições decorrentes do Plano de Contingência.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Transações com partes relacionadas

i) Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possuía os seguintes saldos com o acionista Controlador, o Estado do Rio de Janeiro, e órgãos relacionados:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo		
Circulante		
Contas a receber de órgãos estaduais (a)	21.050	15.801
Valores a receber por cessão de funcionários (b)	8.139	7.113
	<u>29.189</u>	<u>22.914</u>
Não circulante		
Créditos a receber de obras do Estado do Rio de Janeiro (Nota 8.2)	253.905	234.706
Adiantamento ao Controlador (c)	40.239	40.239
Cedae Saúde (h)	-	20.675
	<u>294.144</u>	<u>295.620</u>
Contas a receber de órgãos estaduais (a)	52.638	52.403
	<u>375.971</u>	<u>370.937</u>

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Transações com partes relacionadas--Continuação

i) Transações e saldos--Continuação

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Passivo		
Circulante		
Prece (e)	(64.985)	(111.526)
Cedae Saúde (e)	(9.484)	(9.443)
	(74.469)	(120.969)
Não circulante		
Adiantamentos para futuro aumento de capital (d)	(26.944)	(26.944)
Prece (e)	(655.308)	(600.464)
Cedae Saúde (e)	(2.462.232)	(2.500.982)
	(3.144.484)	(3.128.390)
Saldo líquido	(2.842.982)	(1.454.546)
Resultado		
Passivo atuarial (Nota 19)	(249.351)	(209.567)
Serviços de abastecimento de água e esgoto (f)	82.733	81.748
Provisão para perdas de crédito esperadas (Nota 8)	(53.326)	(52.619)
Instituto Estadual do Ambiente ("Inea") (g)	(45.441)	(41.432)
	(265.385)	(221.870)
Outros resultados abrangentes		
Ganhos (perdas) atuariais - Prece e Cedae Saúde (Nota 18)	(1.946.295)	(2.059.673)

- (a) Contas a receber de órgãos estaduais são valores a receber pela prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Estado do Rio de Janeiro e demais órgãos a ele relacionados, em termos e condições praticados com terceiros não relacionados.
- (b) Valores a receber por cessão de funcionários são relativos aos empregados cedidos a outros órgãos estaduais.
- (c) Refere-se a adiantamento de repasse financeiro ao Estado do Rio de Janeiro para execução através da Seobras, de obras de modernização e ampliação do abastecimento de água e do sistema de esgotamento do Estado. Alinhadas com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esses ativos serão transferidos à Companhia quando da sua conclusão, conforme Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro e a Companhia em 20 de abril de 2011.
- (d) Os créditos para futuro aumento de capital foram decorrentes de pagamentos efetuados diretamente pelo Estado do Rio de Janeiro, de obras com saneamento básico, contratados pela CEDAE.
- (e) Os saldos do passivo atuarial com a Prece e Cedae Saúde estão devidamente demonstrados na Nota 18.
- (f) Refere-se à prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Estado do Rio de Janeiro e demais órgãos a ele relacionados, nos mesmos termos negociais efetuados com terceiros.
- (g) Refere-se a valores pagos ao Inea pela retirada de água dos rios e mananciais, para utilização no processo operacional da Companhia.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Transações com partes relacionadas--Continuação

ii) Remuneração do pessoal-chave da Administração e da governança

O pessoal-chave da Administração e da governança inclui os conselheiros e diretores, os membros do Comitê de Auditoria e o chefe da auditoria interna. A remuneração paga e a pagar está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Salários e encargos sociais	5.653	4.769
Plano de assistência médica	50	136
Planos de aposentadoria e pensão	38	45
Outros	210	128
	<u>5.951</u>	<u>5.078</u>

Esses valores foram aprovados na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2020.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços acordados pelas partes. Os saldos em aberto no fim do exercício não estão atrelados a garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

10. Intangível e ativo de contrato

	Taxa de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil	
				2020	2019
Contratos em negociação para renovação	12	272.267	74.272	197.995	204.056
Contratos programas	3	216.489	57.798	158.691	163.462
Contratos concessão	7	1.221.683	343.570	878.113	903.225
Município do Rio de Janeiro	10	5.408.223	1.518.704	3.889.519	4.015.939
Intangíveis não afetos	12	4.363.600	1.338.073	3.025.527	3.133.574
Marcas e patentes	7	126	43	83	91
Ativo de contrato (Obras em andamento)	-	1.568.614	-	1.568.614	1.491.098
		<u>13.051.002</u>	<u>3.332.460</u>	<u>9.718.542</u>	<u>9.911.445</u>

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível e ativo de contrato--Continuação

	2019	Adições (*)	Baixa	Amortização	Créditos fiscais	Transferências	2020
Contratos em negociação para renovação (i)	204.056	32	-	(6.093)	-	-	197.995
Contratos programas (ii)	163.462	-	-	(4.771)	-	-	158.691
Contratos concessão (iii)	903.225	-	-	(25.427)	315	-	878.113
Município do Rio de Janeiro (iv)	4.015.939	2.560	-	(130.723)	1.743	-	3.889.519
Intangíveis não afetos (v)	3.133.574	951	-	(109.016)	18	-	3.025.527
Marcas e patentes	91	-	-	(8)	-	-	83
Ativo de contrato (Obras em andamento) (vi)	1.491.098	77.516	-	-	-	-	1.568.614
	9.911.445	81.059	-	(276.038)	2.076	-	9.718.542

	2018	Adições (*)	Baixa	Amortização	Créditos fiscais	Transferências	2019
Contratos em negociação para renovação (i)	210.098	52	-	(6.094)	-	-	204.056
Contratos programas (ii)	168.233	-	-	(4.771)	-	-	163.462
Contratos concessão (iii)	927.920	408	-	(25.418)	315	-	903.225
Município do Rio de Janeiro (iv)	4.135.101	9.535	-	(130.441)	1.744	-	4.015.939
Intangíveis não afetos (v)	3.238.592	2.354	-	(108.890)	18	1.500	3.133.574
Marcas e patentes	100	-	-	(9)	-	-	91
Ativo de contrato (Obras em andamento) (vi)	1.386.238	106.360	-	-	-	(1.500)	1.491.098
	10.066.282	118.709	-	(275.623)	2.077	-	9.911.445

(*) As adições ocorridas no exercício de 2020 totalizaram R\$81.059 com recursos próprios, (R\$118.709 em 2019 com recursos próprios).

A Companhia opera contratos de concessão que preveem a prestação de serviços de saneamento básico e ambiental, captação, adução, tratamento e distribuição de água tratada, e coleta, e tratamento de esgotamento sanitário. Esses contratos de concessão estabelecem direitos e deveres relativos aos bens relacionados à prestação de serviço público. Os contratos preveem que os bens relacionados à prestação de serviços serão revertidos aos municípios ao fim do período de concessão.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia operava em 64 municípios no Estado do Rio de Janeiro. Na maior parte desses municípios o período de concessão é de 30 anos (Nota 1).

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa.

Os intangíveis estão assim classificados:

(i) Contratos em negociação para renovação

Até 31 de dezembro de 2020, permaneciam em fase de negociação oito contratos de concessão com municípios, sem prejuízo da continuidade da prestação de serviço. O valor contábil do intangível utilizado nestes municípios totalizava R\$197.995 em 31 de dezembro de 2020 (R\$204.056 em 2019) e os encargos de amortização desses municípios durante o exercício findo nessa data foram de R\$6.093 (R\$6.094 em 2019). Os contratos de concessão preveem que os bens afetos à distribuição serão revertidos aos municípios no final do prazo, mediante indenização pelo valor residual ou valor de mercado de acordo com o estipulado em cada contrato ou a prorrogação da vigência do contrato (Nota 1).

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível e ativo de contrato--Continuação

A Companhia vem trabalhando recorrentemente para a obtenção de resultados positivos no processo de renovação dos contratos de programas junto aos municípios que ainda não renovaram seus contratos com a CEDAE (Nota 2.7.2).

(ii) Contratos de programa - investimentos realizados

Referem-se às renovações dos contratos celebrados nas décadas de 70 e 80, denominados de concessão, através de contratos de programa nos moldes da Lei Federal nº 11.445/2007, que tem por objeto a prestação de serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em que a Companhia detém concessão dos bens existentes, adquiridos ou construídos durante a vigência destes contratos que estão sendo amortizados pela vida útil dos bens relacionados. Ao final dos contratos de programa, o valor residual dos ativos afetos aos contratos é calculado pela Companhia e caso o Poder Concedente opte pela assunção dos serviços deverá antes adimplir o montante apurado dos ativos afetos. Se a quitação de tais ativos não ocorrer, a concessão é prorrogada até a efetiva quitação.

(iii) Contratos de concessão

Os contratos de concessão e de programa preveem que os bens de distribuição serão revertidos ao município ao final do período contratual, pelo valor residual ou valor de mercado, de acordo com os termos de cada contrato. A amortização é calculada de acordo com método linear, que considera a vida útil dos bens. Ao final dos contratos de concessão, o valor residual dos ativos afetos aos contratos é calculado pela Companhia e caso o município opte pela assunção dos serviços deverá antes adimplir o montante apurado dos ativos afetos. Se a quitação de tais ativos não ocorrer, a concessão é prorrogada até a efetiva quitação.

(iv) Município do Rio de Janeiro

No Município do Rio de Janeiro foi celebrado o Termo de reconhecimento recíproco de direitos e obrigações que constitui um ato jurídico perfeito firmado pelo Estado, Município e CEDAE para a gestão associada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo prazo de 50 anos, automaticamente renovável por mais 50 anos.

Como parte desse termo, a Companhia tem a obrigação, em conjunto com o Município do Rio de Janeiro, de instalar, em suas respectivas áreas de atuação, de forma gradual e progressiva, sistemas de esgotamento sanitário pelo método de separadores absolutos, substituindo a utilização das galerias de águas pluviais e canais de drenagem pluvial para transporte de efluentes provenientes de unidades de tratamento de esgotos, que permanecerá em caráter transitório e sem quaisquer ônus. A Administração da Companhia cumprirá essa obrigação até o término do referido termo, previsto para o ano de 2057. Os bens estão sendo amortizados durante o tempo de vida útil.

(v) Intangíveis não afetos às concessões (adutoras e outros)

Referem-se à infraestrutura necessária à execução dos serviços prestados em comum a todos os contratos de concessão, a qual, consequentemente, não pode ser individualmente vertida a nenhum município ao final do contrato de concessão. Essa infraestrutura em comum fica de forma vitalícia sob contrato de concessão, uma vez que os prazos dos contratos com os municípios não convergem.

(vi) Obras em andamento - Ativo de contrato

Em 31 de dezembro de 2020, as obras em andamento referem-se, principalmente, a novos projetos e são representados por redes e ligações de tratamento de água no valor de R\$1.253.823, sistema de coleta e tratamento de esgoto no valor de R\$312.311 e materiais a distribuir R\$2.480 (R\$1.193.868, R\$295.520 e R\$1.710, respectivamente, em 2019).

(vii) Reavaliação

A Companhia optou pela isenção do custo atribuído, conforme permitido pelo pronunciamento técnico CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, mantendo, assim, os seus bens do imobilizado, transferidos posteriormente para o intangível, pelos valores reavaliados na data-base de 2006. Em virtude do exposto, a Companhia reclassificou, em 1º de janeiro de 2009, o valor integral da reserva de reavaliação para outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Foram realizados, por amortização ou baixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os montantes de R\$169.841 (R\$169.841 em 2019) de outros resultados abrangentes, registrados em contrapartida da conta de "Lucros acumulados", deduzidos dos efeitos tributários (Nota 20.f).

Em 31 de dezembro de 2020, a contribuição social registrada no passivo não circulante decorrente desse acréscimo patrimonial de R\$497.080 (R\$513.877 em 2019) (Nota 16).

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

	Taxa de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil	
				2020	2019
Terrenos	-	58.476	-	58.476	58.476
Edificações	4	19.486	(9.319)	10.167	10.886
Máquinas, equipamentos e instalações	10	16.368	(9.560)	6.808	7.074
Móveis e utensílios	10	3.637	(3.102)	536	608
Computadores	20	7.671	(6.191)	1.480	2.216
Veículos	20	2.818	(2.818)	-	10
Benfeitorias	2	1.226	(635)	591	635
Máquinas, tratores e similares	20	1.250	(1.067)	182	284
		110.932	(32.692)	78.240	80.189

As movimentações do ativo imobilizado durante os exercícios de 2020 e 2019 estão demonstradas a seguir:

	2019	Adições	Baixas	Depreciação	Crédito fiscal	Transferências	2020
Terrenos	58.476	-	-	-	-	-	58.476
Edificações	10.886	-	-	(719)	-	-	10.167
Máquinas, equipamentos e instalações	7.074	994	-	(1.260)	-	-	6.808
Móveis e utensílios	608	82	-	(154)	-	-	536
Computadores	2.216	42	-	(778)	-	-	1.480
Veículos	10	-	-	(10)	-	-	-
Benfeitorias	635	-	-	(48)	4	-	591
Máquinas, tratores e similares	284	-	-	(102)	-	-	182
	80.189	1.118	-	(3.071)	4	-	78.240

	2018	Adições	Baixas	Depreciação	Crédito fiscal	Transferências	2019
Terrenos	58.476	-	-	-	-	-	58.476
Edificações	11.605	-	-	(719)	-	-	10.886
Máquinas, equipamentos e instalações	5.316	2.888	-	(1.130)	-	-	7.074
Móveis e utensílios	724	55	-	(171)	-	-	608
Computadores	2.839	151	-	(774)	-	-	2.216
Veículos	33	-	-	(23)	-	-	10
Benfeitorias	678	-	-	(47)	4	-	635
Máquinas, tratores e similares	387	-	-	(103)	-	-	284
	80.058	3.094	-	(2.967)	4	-	80.189

a) Ativos dados em garantia

A Companhia não possui ativos imobilizados dados como garantia em operações realizadas com terceiros.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

b) Imóveis pendentes de regularização

Conforme apresentado no laudo de avaliação dos peritos (exercício-base 2005), a Companhia possui a posse de 581 imóveis, no valor de R\$115.583 e de 85 terrenos no valor de R\$55.803, pendentes de legalização. Somente quando da regularização desses imóveis é que tais ativos serão reconhecidos contabilmente pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, o valor de mercado desses ativos totalizava R\$171.386.

- c) A depreciação acima não está apresentada com os efeitos de redução ocorridos através do benefício de recuperação de créditos fiscais de Pasep e Cofins baseados nas Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003.

12. Empréstimos e financiamentos

	2020	2019	Vencimento	Taxa
Debêntures - quinta emissão (a)	58.794	71.884	2025	1ª Série: TJLP + 2,75% a.a. 2ª Série Selic + 2,75% a.a.
Debêntures - sexta emissão (a)	-	64.850	2020	CDI + 2,74% a.a.
Financiamento - CCB - Finisa (b)	-	51.210	2020	CDI + 3,01% a.a.
Financiamento - CCB FGTS 1ª Tranche (c)	406.665	418.771	2038	8,5% + TR a.a.
Financiamento - CCB FGTS 2ª Tranche (c)	29.478	30.219	2039	8,5% + TR a.a.
Financiamento - CCB FGTS 3ª Tranche (c)	3.092	3.092	2041	8,7% + TR a.a.
	498.029	640.026		

	2020	2019
Circulante	56.745	173.841
Não circulante	441.284	466.185
	498.029	640.026

Os empréstimos e financiamentos junto à Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES") foram captados para aplicação em ampliação de redes de águas e esgotos sanitários, como também para ampliação de estações de tratamento, incidindo sobre eles as taxas de juros demonstradas acima. Os referidos empréstimos e financiamentos não apresentam cláusulas restritivas e garantias, exceto o que for expressamente ressalvado em nota explicativa.

A movimentação dos empréstimos é dada como segue:

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo em 1º de janeiro	640.026	703.047
Captações	-	73.133
Juros e variação monetária, líquidos dos custos de captação	-	2.451
Amortizações	(141.997)	(138.605)
Saldo em 31 de dezembro	<u>498.029</u>	<u>640.026</u>

As parcelas de longo prazo referentes aos contratos de financiamentos, com base nas regras definidas, têm os seguintes vencimentos:

	<u>2020</u>
2022	54.865
2023	54.865
2024 em diante	<u>331.554</u>
	<u>441.284</u>

(a) Debêntures

Quinta emissão

Em 17 de abril de 2015, o Conselho de Administração aprovou a estruturação da quinta emissão de debêntures no valor de R\$113.088 em quantidade de mil debêntures simples, nominativas, de valor nominal unitário de R\$113 não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia real por meio de colocação privada, mediante a subscrição exclusiva do BNDES das debêntures da primeira série e subscrição exclusiva pela BNDES Participações S.A. - BNDESPAR das Debêntures da segunda série. A emissão ocorreu em 15 de junho de 2015.

Essa emissão de debêntures teve por objetivo financiar o projeto de implantação de novas redes de abastecimento de água na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de redução de perdas e do consumo de energia. Destacamos que, embora a data da emissão seja em junho de 2015, por conta de atendimentos aos condicionantes contratuais, a primeira subscrição por parte do BNDES e BNDESPAR foi realizada em 23 de outubro de 2015, no valor total de R\$45.236, sendo R\$31.432 referente à primeira série e R\$13.804 referente à segunda.

Em 13 de julho de 2016, foi realizada subscrição de mais uma tranche de R\$58.044, sendo R\$40.865 da primeira série e R\$17.179 da segunda

A emissão possuía carência de 24 meses, encerrados em 15 de junho de 2017, com pagamento de juros trimestrais. A amortização está sendo feita por meio de 96 parcelas mensais, tendo o primeiro vencimento ocorrido em 15 de julho de 2017, e a última ocorrerá em 15 de junho de 2025.

As debêntures farão jus a juros remuneratórios da seguinte forma:

- (i) 1ª série: TJLP + 1,00% + 1,75%;
- (ii) 2ª série: SELIC x (1,00% + 1,75%).

Sexta emissão

Em 18 de novembro 2015, o Conselho de Administração aprovou a estruturação da sexta emissão de debêntures no valor de R\$200.000 (duzentos milhões) em quantidade de 200 (duzentas) debêntures simples de valor nominal unitário de R\$1.000 (um milhão de reais) não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional por meio de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução da CVM nº 476/2009. A emissão ocorreu em 17 de dezembro de 2015.

As debêntures farão jus aos juros remuneratórios, incidentes sobre o valor nominal equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias dos DIs over extragrupo - Depósitos Interfinanceiros de um dia - calculados e divulgados pela B3, acrescida exponencialmente de *spread* de 2,74% ao ano. A entrada dos recursos da operação ocorreu em 29 de dezembro de 2015. A emissão possuía carência de 23 meses, encerrada em 29 de novembro de 2017, com pagamento de juros mensais. A amortização foi feita por meio de 37 parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo a primeira com vencimento em 29 de dezembro de 2017. A última parcela da referida emissão foi realizada no dia 29 de dezembro de 2020.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Existe previsão de antecipação dos vencimentos contratuais para as emissões de debêntures caso a Companhia venha a apresentar a dívida líquida dividida pelo lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações ("LAJIDA"), maior que 3,5, a ser apurada anualmente pelo agente fiduciário. A Companhia está em conformidade com esse *covenant*, visto que apresentava em 31 de dezembro de 2020, um índice de -8,20 (0,12 em 2019).

(b) Emissão de Cédula de Crédito Bancário - CCB nº 449.982-71 (CCB Finisa)

Em 8 de janeiro de 2015, a Companhia assinou com a Caixa Econômica Federal (CEF) a Cédula de Crédito Bancário (CCB) nº 449.982-71 (CCB Finisa) no valor de R\$204.841, bem como seu respectivo aditamento em 9 de dezembro de 2015. Essa CCB teve por objetivo o resgate antecipado da totalidade das debêntures da 4ª Emissão.

Em 18 de dezembro de 2015, o desembolso dos recursos desta cédula de crédito bancário foi realizado em parcela única. A emissão possuía carência de 12 meses, encerrados em 15 de dezembro de 2016, com pagamento de juros mensais. A amortização foi feita por meio de 48 parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo a primeira parcela com vencimento em 15 de janeiro de 2017, sendo a última parcela paga no dia em 15 de dezembro de 2020.

Esta CCB fez jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o valor da referida cédula, equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias dos DIs over extragrupo - Depósitos Interfinanceiros de um dia - calculados e divulgados pela B3, acrescida exponencialmente de *spread* de 3,01% ao ano.

(c) Financiamento junto à Caixa Econômica Federal (Ampliação e Melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense Construção Complexo Guandu 2)

Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia assinou com a Caixa Econômica Federal a CCB nº 433.257-52 no valor de R\$1.076.596 (1ª tranche) em 23 de dezembro de 2015, a CCB nº 441.050-71 no valor de R\$1.390.817 (2ª tranche) em 30 de junho de 2017, a CCB nº 441.054-75 no valor de R\$570.087 (3ª tranche). Esses valores referem-se à totalidade da operação de crédito de R\$3.037.500, que foi captada junto à Caixa Econômica Federal para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense e na construção do Complexo Guandu 2, que consiste na implantação de uma nova estação de tratamento com produção de 12 mil litros de água por segundo, com elevatória de água tratada, linha de recalque (tubulação que abastece o reservatório) e reservatório com capacidade para armazenar 57 milhões de litros de água potável.

Esses recursos também estão sendo usados para a construção, nos diversos municípios da baixada fluminense, de 17 novos reservatórios e reforma de outros nove que hoje estão fora de operação. Na região ainda serão construídas 16 elevatórias de grande porte e assentados 95 quilômetros de adutora para abastecer os reservatórios e outros 760 quilômetros de tronco e redes distribuidoras, além da instalação de dezenas de milhares de novas ligações domiciliares.

No momento, todas as tranches estão na fase de desembolso. O prazo para o desembolso dos recursos é de 48 meses da data da assinatura das referidas cédulas, sendo permitida a sua prorrogação.

O Financiamento (CCB nº 433.257-52 - 1ª tranche) possui carência de 48 meses, encerrados em 20 de janeiro de 2019. A amortização está sendo feita por meio de 240 parcelas mensais, sendo a primeira amortização com vencimento em 15 de fevereiro de 2019. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo constituído deste financiamento era de R\$406.665 (R\$418.771 em 2019). Os juros remuneratórios desta CCB são de TR + 8,5% a.a.

A 2ª tranche (CCB nº 441.050-71) também apresenta carência de 48 meses com juros remuneratórios de TR + 8,5% a.a. A amortização está sendo feita por meio de 240 parcelas mensais, sendo a primeira amortização com vencimento em 15 de janeiro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo constituído deste financiamento era de R\$29.478 (R\$30.219 em 2019).

A 3ª tranche (CCB nº 441.054-75) também apresenta carência de 48 meses com juros remuneratórios de TR + 8,7% a.a. A amortização será feita por meio de 240 parcelas mensais, sendo a primeira amortização com vencimento em 15 de julho de 2021. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo constituído deste financiamento era de R\$3.092 (R\$3.092 em 2019).

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Tributos a recuperar e a recolher

	2020	2019
Tributos a recuperar		
Imposto de renda e contribuição social (i)	65.312	166.571
	65.312	166.571
Impostos, taxas e contribuições a recolher		
IRPJ e CSLL (ii)	25.922	26.528
Pasep e Cofins a recolher (iii)	22.137	25.022
ISS a recolher	1.118	1.094
	49.177	52.644

(i) Refere-se a valores recolhidos de antecipação de IRPJ que se recupera devido à Imunidade Tributária conforme ACO nº 2.757/RJ, e CSLL e IRPJ retidos na fonte conforme Lei nº 9.430/96, conforme divulgado na Nota 16.

(ii) Refere-se basicamente ao IRRF s/ folha de pagamento, com vencimento em 25/01/2020.

(iii) Refere-se a valores provisionados da competência de dezembro de 2020, com vencimento em 25 de janeiro de 2021.

14. Parcelamentos tributários

	2020	2019
Refis IV (a)	131.895	163.960
Refis da Copa (b)	62.822	68.782
	194.717	232.742
Circulante	41.580	40.937
Não circulante	153.137	191.805
	194.717	232.742

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava em cumprimento com todas as condições exigidas para sua manutenção nos parcelamentos tributários. As parcelas que vencerão a longo prazo possuem o seguinte cronograma de pagamentos:

Ano de vencimento	2020
2021	-
2022	41.749
2023	41.749
2024 em diante	69.639
	153.137

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Parcelamentos tributários--Continuação

Em julho de 2003, a Administração da Companhia optou pela adesão ao Parcelamento Especial ("Paes") instituído pela Lei Federal nº 10.684/2003 e, em 28 de dezembro de 2006, aderiu ao Parcelamento Excepcional ("Paex") instituído pela Medida Provisória nº 303/2006. Parte dos saldos desses dois programas pertencentes à Receita Federal do Brasil (RFB), Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN") e INSS foram incluídos em 30 de junho de 2011 no parcelamento Programa de Recuperação Fiscal IV ("Refis IV").

(a) Refis IV

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Parcelamento - Refis IV instituído pela Lei Federal nº 11.941/2009, visando equalizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento mais vantajoso para seus débitos de obrigações fiscais e previdenciárias.

Quando da opção pelo referido programa, a Companhia formalizou junto à Receita Federal do Brasil (RFB) a inclusão da totalidade dos débitos em aberto constantes da conta corrente junto à instituição, além da migração dos saldos a pagar remanescentes dos programas Paes e Paex, permanecendo os débitos junto ao Serviço Social da Indústria ("Sesi") e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial ("Senai") no parcelamento anterior.

O parcelamento do Refis IV está subdividido em débitos junto à Receita Federal do Brasil (RFB), PGFN e INSS, bem como os saldos dos programas Paes e Paex.

O parcelamento foi homologado em 180 parcelas mensais, atualizadas pela Selic, com término previsto para outubro de 2024. Os pagamentos estão regulares com a quitação da parcela de dezembro de 2020 no valor de R\$2.866, correspondente a 134ª parcela.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Principal		
Valor da adesão (principal)	281.340	281.340
Juros	174.654	172.514
Amortizações	(324.099)	(289.894)
	131.895	163.960

(b) Refis da Copa

Em agosto de 2014, com o advento da Lei Federal nº 12.996/2014 ("Refis da Copa"), que possibilitou a inclusão de novos débitos no Refis, a Companhia, por ser mais vantajoso em vista da anistia de juros e multas, desistiu do parcelamento ordinário e incluiu o saldo remanescente no Refis da Copa que apresenta o seguinte saldo devedor:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo remanescente do parcelamento ordinário	122.230	122.230
Juros	6.511	6.511
Amortizações	(27.368)	(27.368)
	101.373	101.373
Redução por anistia de juros e multas	(14.617)	(14.617)
Principal do Refis da Copa	86.756	86.756
Juros	32.712	31.533
Amortização	(56.646)	(49.507)
	62.822	68.782

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências

a) Depósitos e bloqueios judiciais

A composição dos depósitos e bloqueios judiciais está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Trabalhistas	857.156	769.407
Cíveis	863.708	794.052
Tributárias	122.994	96.952
	1.843.858	1.660.411

b) Provisão para contingências

A Administração da Companhia, embasada nas informações remetidas pelos seus assessores internos, externos e nas análises das demandas judiciais pendentes, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis com as ações em curso, como segue:

	2020	2019
Cíveis (i)	1.897.458	1.579.565
Trabalhistas (ii)	721.629	569.674
Tributárias (iii)	210.410	210.446
	2.829.497	2.359.685

A movimentação das provisões relativas ao exercício de 2020 e 2019 está apresentada como segue:

Natureza da contingência	2019	Constituições (*)	Reversões (*)	Pagamentos	2020
Cíveis	1.579.565	841.753	(336.708)	(187.152)	1.897.458
Trabalhistas	569.674	287.443	(45.750)	(89.738)	721.629
Tributárias	210.446	5.079	(5.006)	(109)	210.410
	2.359.685	1.134.275	(387.464)	(276.999)	2.829.497

Natureza da contingência	2018	Constituições (*)	Reversões (*)	Pagamentos	2019
Cíveis	1.455.629	507.345	(143.017)	(240.392)	1.579.565
Trabalhistas	671.041	261.749	(55.589)	(307.527)	569.674
Tributárias	242.812	42.566	(74.932)	-	210.446
	2.369.482	811.660	(273.538)	(547.919)	2.359.685

(*) Contém atualização monetária.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências--Continuação

b) Provisão para contingências--Continuação

As constituições e reversões ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 apresentam o valor líquido de R\$746.811 (R\$538.122 em 2019) e tem como contrapartida a conta de "Provisão para contingências" e "Passivos fiscais" na linha de "Outras receitas operacionais" (Nota 24).

Os objetos das causas classificadas como de perda provável, segregados por natureza, estão informados abaixo:

(i) Ações cíveis

	2020	2019
Juizados Especiais Cíveis		
Questionamentos de cobrança	1.728	1.351
Demais ações	2.728	1.825
Desabastecimento	2.049	3.311
Área de Planejamento 5 - ("AP5")	13	10
Total dos Juizados Especiais Cíveis	6.518	6.497
Juizados de Fazenda Pública		
Desconstituição da tarifa diferenciada/progressiva/mínima (b)	913.358	736.644
Desconstituição da tarifa de esgoto (a)	390.496	381.165
Demais ações	331.210	120.387
Descumprimentos de contratos	68.983	90.080
Cobranças indevidas	151.452	126.443
Acidentes vazamentos/bueiro	22.278	32.502
Licitação	1.000	1.000
Cortes indevidos	12.163	84.847
Total de Varas Cíveis e de Fazenda Pública	1.890.940	1.573.068
Total das ações cíveis	1.897.458	1.579.565

(a) A Companhia realiza constantes revisões nos critérios de provisionamento, de forma que revelem valores mais apurados. Nesse contexto, em relação a diversos objetos de demandas judiciais repetitivas e que envolvam questões fáticas similares, foram atualizados os valores médios de condenações para fins de provisionamento, de modo a adotar critério que demonstre, tanto quanto possível, o quantitativo de futuras condenações. Também foram atualizadas as provisões naqueles processos em fase de execução, de forma a demonstrar o efetivo valor da condenação. Desses procedimentos decorreu o aumento nos valores da contingência.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências--Continuação

b) Provisão para contingências--Continuação

(b) A Companhia utiliza o valor histórico das condenações para atribuição do valor da contingência, realizando revisões periodicamente, de forma que os valores apurados demonstrem provisionamentos bem próximos da realidade. Nesse contexto, em relação aos objetos de demandas judiciais repetitivas e que envolvem questões fáticas similares, em que a utilização de uma única média para todos os tipos de demandantes (pessoas físicas, jurídicas ou condomínios) se mostrou inadequada, apuraram-se valores distintos por categoria de demandante.

(ii) Ações trabalhistas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Desvio de função	110.517	99.371
Incremento salarial	187.019	77.627
Progressão horizontal	103.834	108.254
Horas extras	106.231	103.871
Demais ações	124.490	93.882
Reintegração/reintegração aposentado	36.179	35.607
Retenção salarial	22.908	23.015
Equiparação/diferenças salariais	13.883	12.123
Enquadramento e reenquadramento	16.568	15.924
	<u>721.629</u>	<u>569.674</u>

(iii) Ações tributárias

As contingências de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos, questionada em virtude da divergência de interpretação da legislação por parte dos assessores legais da Companhia, tendo como o objeto mais relevante o auto de infração.

Em 4 de dezembro de 2012, a Companhia recebeu um auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), questionando a tomada de créditos de PIS e COFINS na apuração dos tributos referentes ao período-base de 2008 a 2010, no total de R\$239.515 com aplicação de multa e juros, dando origem ao Processo Administrativo Fiscal nº 16682.721140/2012-75 (MPF 07185002011007820). Em janeiro de 2013, a Companhia solicitou ao conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) uma revisão do auto de infração com o objetivo de esclarecer a composição do montante autuado e, em dezembro de 2013, a Secretaria da Receita Federal do Brasil apresentou composição desse montante em R\$199.515 (PIS: R\$50.721 e COFINS: R\$148.794) com aplicação de multa e juros.

Consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia constitui como provisão o valor de R\$75.324, acrescido de multa de aproximadamente R\$30.607 e juros atualizado de R\$84.807 totalizando R\$190.738 e concluiu como possíveis perdas cerca de R\$30.081, acrescidos de multa de aproximadamente R\$11.280 e juros de R\$26.589, totalizando R\$67.950.

c) Causas possíveis

Em 31 de dezembro de 2020, as causas classificadas como possíveis totalizam R\$1.200.737 (R\$1.381.923 em 2019), sendo R\$399.979 de ações trabalhistas, R\$441.939 de ações cíveis e R\$358.819 de ações tributárias (R\$478.607, R\$571.284 e R\$332.032, respectivamente, em 2019). As principais causas possíveis estão abaixo elencadas:

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências-- Continuação

c) Causas possíveis--Continuação

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Riscos trabalhistas		
Desvio de função	151.814	178.934
Progressão horizontal por antiguidade	33.050	76.265
Reintegração	26.519	25.325
Enquadramento	7.052	9.164
Isonomia salarial	3.473	5.031
	<u>221.908</u>	<u>294.719</u>
Riscos cíveis		
Esgoto	138.785	230.352
Cobrança indevida	13.160	35.602
Hidrômetro	-	1.117
Contratos	101.850	95.074
Posse de imóvel	570	28.882
	<u>254.365</u>	<u>391.027</u>
Riscos tributários		
Pasep e COFINS	213.759	205.562
IRPJ e CSLL	56.346	55.058
	<u>270.105</u>	<u>260.620</u>

Conforme as decisões do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro em diferentes procedimentos administrativos, a Companhia poderá vir a ser titular de créditos (ativo contingente) que atingem o montante de R\$ 36.731 em 31 de dezembro de 2020 e 2019, referente a decisões que determinaram a devolução de valores pagos em razão de contratos celebrados mediante declaração de dispensa ou inexigibilidade de licitação. Tais valores não estão registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, visto que não existem certezas em relação à realização desses montantes, uma vez que o processo não transitou em julgado a favor da Companhia.

c.1) *Correção dos passivos trabalhistas pelo IPCA*

O índice a ser aplicado na atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e na correção dos depósitos recursais na Justiça do Trabalho é objeto de questionamento judicial há alguns anos. Vale tecer um breve histórico acerca da questão, senão vejamos:

Em 14 de agosto de 2015, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) afastou o uso da Taxa Referencial Diária (TRD) e determinou a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E). Entendeu-se que dispositivo da lei da desindexação da economia (Lei nº 8.177/1991) que determinava a atualização dos valores devidos na Justiça do trabalho pela taxa referencial seria inconstitucional, pois não preservava o real valor dos créditos trabalhistas.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências--Continuação

c) Causas possíveis--Continuação

c.1) *Correção dos passivos trabalhistas pelo IPCA*--Continuação

Contudo, em decisão publicada no dia 16 de outubro de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) deferiu liminar para suspender os efeitos de decisão proferida pelo TST que determinou a substituição dos índices de correção monetária aplicada aos débitos trabalhistas de forma automática e *erga omnes* (para todos). O STF entendeu que o TST extrapolara a sua competência ao determinar a utilização do IPCA abstratamente em toda a Justiça do Trabalho, de forma obrigatória.

A referida Reclamação foi julgada improcedente, sendo que antes mesmo de seu trânsito em julgado, ocorrido em 17 de agosto de 2018, foi distribuída a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 5867, questionando a constitucionalidade da expressão “com os mesmos índices de poupança” contida no § 4º do art. 899, da CLT “(O depósito recursal será feito em conta vinculada ao juízo e corrigido com os mesmos índices da poupança”).

Após esta ação, seguiram-se outras três ações perante o STF, quais sejam, Ação Direta de Constitucionalidade nºs 58 e 59 e Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 6021, que também questionaram o índice a ser aplicado na correção de débitos trabalhistas.

No dia 1º de julho de 2020, foi determinada a suspensão do julgamento de todos os processos em curso no âmbito da Justiça do Trabalho que envolvessem a aplicação dos artigos arts. 879, §7, e 899, § 4º, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.467/2017, e o art. 39, caput e § 1º, da Lei 8.177/91.

No dia 18 de dezembro de 2020, em julgamento conjunto destas ações, o STF, por maioria, declarou “(..) parcialmente procedente a ação, para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 879, § 7º, e ao art. 899, § 4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467 de 2017, no sentido de considerar que à atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e à correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho deverão ser aplicados, até que sobrevenha solução legislativa, os mesmos índices de correção monetária e de juros que vigentes para as condenações cíveis em geral, quais sejam a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a incidência da taxa SELIC (...)”.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências--Continuação

c) Causas possíveis--Continuação

c.1) *Correção dos passivos trabalhistas pelo IPCA*--Continuação

Em contrapartida, também por maioria, o STF modulou os efeitos da decisão “(...) ao entendimento de que (i) são reputados válidos e não ensejarão qualquer rediscussão (na ação em curso ou em nova demanda, incluindo ação rescisória) todos os pagamentos realizados utilizando a TR (IPCA-E ou qualquer outro índice), no tempo e modo oportunos (de forma extrajudicial ou judicial, inclusive depósitos judiciais) e os juros de mora de 1% ao mês, assim como devem ser mantidas e executadas as sentenças transitadas em julgado que expressamente adotaram, na sua fundamentação ou no dispositivo, a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1% ao mês; (ii) os processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento (independentemente de estarem com ou sem sentença, inclusive na fase recursal) devem ter aplicação, de forma retroativa, da taxa Selic (juros e correção monetária), sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF (art. 525, §§ 12 e 14, ou art. 535, §§ 5º e 7º, do CPC) e (iii) igualmente, ao acórdão formalizado pelo Supremo sobre a questão dever-se-á aplicar eficácia erga omnes e efeito vinculante, no sentido de atingir aqueles feitos já transitados em julgado desde que sem qualquer manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros (...)”.

16. Contribuição social corrente e diferida

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Impostos diferidos passivos		
Ativo intangível - CSLL (Nota 11.vii)	497.080	513.877
Depósitos judiciais – CSLL	55.100	45.573
	552.180	559.450
Impostos diferidos ativos		
Provisões para contingências - CSLL	(239.946)	(201.663)
Perda atuarial – CSLL	(335.409)	(339.878)
Outras perdas – CSLL	(71.795)	(36.921)
	(647.150)	(578.462)
Não circulante	(94.970)	(19.012)

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Contribuição social corrente e diferida--Continuação

A contribuição social diferida é calculada sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo da contribuição sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. A alíquota desse tributo é de 9%.

Contribuição social ativa é reconhecida na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Como divulgado na Nota 16.c, a Companhia se tornou ente imune a impostos, conseqüentemente os créditos e débitos diferidos sobre IRPJ foram revertidos, uma vez que não existirá base de cálculo, que possibilite a realização dos valores diferidos de IRPJ.

A partir dos recolhimentos da Contribuição Social sobre o lucro do exercício de 2020 a Companhia optou pelo regime de apuração anual. Com recolhimento apurado com base no balancete de suspensão e redução mensal.

Movimentação dos impostos diferidos ativos e passivos

	(Ganho) perda atuarial	Diferenças temporárias	Diferença temporária sobre reavaliação	Depósitos judiciais	Outras perdas	Total
Em 31 de dezembro de 2019	339.878	201.663	(513.877)	(45.573)	36.921	19.012
Perda atuarial	(4.469)	-	-	-	-	(4.469)
Provisão para contingências	-	38.283	-	-	-	38.283
Depósitos e bloqueios judiciais	-	-	-	(9.527)	-	(9.527)
Ativo intangível	-	-	16.797	-	-	16.797
Outras perdas	-	-	-	-	34.874	34.874
Em 31 de dezembro de 2020	335.409	239.946	(497.080)	(55.100)	71.795	94.970

	(Ganho) perda atuarial	Diferenças temporárias	Diferença temporária sobre reavaliação	Depósitos judiciais	Outras perdas	Total
Em 01 de janeiro de 2019	209.483	195.147	(530.675)	(47.138)	21.272	(151.911)
Perda atuarial	130.395	-	-	-	-	130.395
Provisão para contingências	-	6.516	-	-	-	6.516
Depósitos e bloqueios judiciais	-	-	-	1.565	-	1.565
Ativo intangível	-	-	16.798	-	-	16.798
Outras perdas	-	-	-	-	15.649	15.649
Em 31 de dezembro de 2019	339.878	201.663	(513.877)	(45.573)	36.921	19.012

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Contribuição social corrente e diferidas--Continuação

Movimentação dos impostos diferidos ativos e passivos--Continuação

a) *Reconciliação da despesa da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)*

A reconciliação entre a despesa da contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social	(259.390)	1.126.994
Alíquota nominal da contribuição social - %	9%	9%
Contribuição social às alíquotas vigentes	23.345	(101.429)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Cancelamento de contas	(11.144)	(23.882)
Outros	39	21.251
Ccontribuição social no resultado do exercício	12.240	(104.060)
Contribuição social corrente	(75.135)	(143.912)
Contribuição social diferido	87.375	39.852
Contribuição social no resultado do exercício	12.240	(104.060)

b) *Imunidade Tributária sobre impostos federais "Ação Cível Ordinária nº 2.757/RJ"*

Como reflexo da decisão, foram revertidos todos os ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ sendo também baixados os impostos a recuperar e a recolher em aberto até a data da obtenção da imunidade.

A CEDAE efetuou o pedido de restituição administrativa, junto à Receita Federal do Brasil, dos impostos federais recolhidos nos 5 (cinco) anos anteriores à propositura da ACO 2757, bem como durante o trâmite da ação, no valor de R\$2.386.799 atualizados pela SELIC. Esse montante não está registrado nas demonstrações financeiras, uma vez que sua realização depende de eventos futuros (resultado de processos judiciais) que não estão integralmente no controle da Companhia. Esse crédito será reconhecido contabilmente pela CEDAE somente quando forem cumpridas todas as etapas legais e judiciais aplicáveis à sua realização e quando tal realização puder ser considerada praticamente certa.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Contribuição social corrente e diferida--Continuação

Movimentação dos impostos diferidos ativos e passivos--Continuação

- b) *Imunidade Tributária sobre impostos federais “Ação Cível Ordinária nº 2.757/RJ”--*
Continuação

Destacamos que no próximo reajuste tarifário o reflexo da imunidade tributária impactará diretamente o cálculo da tarifa, pois sua estrutura tarifária é constituída pelos investimentos da Companhia, seus custos operacionais e seus impostos e encargos.

- c) *Mudança da forma de Tributação do PIS e da COFINS de Não Cumulativa para Cumulativa -*
Processo nº 0031167-36.2018.4.02.5101 em razão da “Ação Cível Ordinária nº 2.757/RJ”

A CEDAE peticionou junto à Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro ação de mudança da forma de tributação do PIS e da COFINS para Cumulativa e também solicitou a repetição de Indébito Tributário solicitando devolução de valores, uma vez que foi reconhecida a imunidade tributária de R\$1.200.156 atualizados pela SELIC. Esse montante não está registrado nas demonstrações financeiras, uma vez que sua realização depende de eventos futuros (resultado de processos judiciais) que não estão integralmente no controle da Companhia. Esse crédito será reconhecido contabilmente pela CEDAE somente quando forem cumpridas todas as etapas legais e judiciais aplicáveis à sua realização e quando tal realização puder ser considerada praticamente correta.

17. Outras contas a pagar

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Provisão para licença prêmio (a)	97.722	125.724
Pasep e COFINS diferidos sobre créditos governamentais	32.176	35.297
Outras obrigações financeiras (b)	7.863	17.011
Outras contas a pagar	9.230	8.318
	<u>146.991</u>	<u>186.350</u>

- (a) Conforme disposto no Acordo Coletivo de Trabalho, assinado em 1º de setembro de 2016, referente ao período de 2016 a 2018, a licença-prêmio de três meses para cada cinco anos de serviços prestados é um benefício adquirido pelos empregados que tenham sido admitidos até de 2001 pela Companhia. A partir de 1º de janeiro de 2009, não serão computados novos períodos de licença-prêmio, e para aqueles empregados que não tenham cinco anos completos a licença será computada de forma proporcional. Esse valor é atualizado mensalmente considerando os períodos de direitos adquiridos completos, sendo R\$53.538 em dezembro de 2020 (R\$54.224 em 2019) registrados no passivo circulante (no grupo de contas de provisões de encargos trabalhistas) e R\$97.722 no passivo não circulante (R\$125.724 em 2019).
- (b) Trata-se de acordo firmado entre a CEDAE e os Consórcios: Módulo, Acqua-Rio e Operação Contínua, relativo ao reajustamento de contratos firmados entre as Companhias, cujo saldo será amortizado em até 60 (sessenta) meses.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Passivo atuarial

A Prece - Previdência Complementar ("Prece") e a Cedae Saúde foram instituídas pela CEDAE como política de recursos humanos na forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e com autonomia administrativa e financeira, com o objetivo de complementar os benefícios previdenciários e de assistência médica de seus funcionários, respectivamente. Na condição de patrocinadora, juntamente com seus empregados participantes, a CEDAE contribui mensalmente com o montante equivalente a 100% da contribuição base dos contribuintes ativos para a Prece e com 6% da folha de pagamento para a Cedae Saúde.

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é a seguinte:

	2020	2019
Plano de previdência complementar - Prece (a)	64.409	75.198
Dívida Prece	655.883	636.791
	720.292	711.989
Plano de assistência médica - Cedae Saúde (b)	2.471.717	2.510.426
Prêmio aposentadoria (c)	47.206	47.189
	2.518.923	2.557.615
	3.239.215	3.269.604
Circulante	74.469	120.969
Não circulante	3.164.746	3.148.635
	3.239.215	3.269.604

(a) Prece

A Prece administra os planos de benefícios previdenciários Prece I, Prece II, Prece III e Prece CV, sendo os planos Prece I, Prece II e parcela dos optantes pela renda vitalícia que optaram pelo Prece CV estão estruturados na modalidade de benefício definido e na modalidade contribuição definida os Planos Prece III e Prece CV (demais optantes). A quantidade de participantes por plano em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Participantes	2020		
	Quantidade		
	Ativos	Pensão	Aposentadoria
Prece I	252	1.400	1.025
Prece II	228	443	155
Prece III	379	-	-
Prece CV	1.751	1.504	863
Participantes	2019		
	Quantidade		
	Ativos	Pensão	Aposentadoria
Prece I	346	1.430	1.093
Prece II	303	463	174
Prece III	378	-	-
Prece CV	1.957	1.540	910

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Passivo atuarial--Continuação

Plano Prece I

O Plano Prece I está determinado na modalidade benefício definido para os funcionários e diretores das patrocinadoras (Cedae Saúde, Prece e CEDAE), garantindo um benefício na aposentadoria cujo valor é 70% da diferença entre a pensão do INSS e a média dos 36 últimos salários, respeitando o salário limite expresso no regulamento.

Para a aposentadoria por tempo de contribuição é necessário 15 anos de filiação à Prece, 55 anos de idade e estar aposentado pela previdência oficial do INSS.

O plano garante aos participantes o benefício mínimo de 20% do salário, possuindo benefícios de risco de morte e invalidez permanente, podendo incluir como dependentes os mesmos beneficiários do INSS, e filhos até 21 anos de idade.

Este plano está fechado para novas adesões.

Em 31 de dezembro de 2010, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC") aprovou o equacionamento do déficit do Plano Prece I (Análise Técnica nº 488/ CGTA/DITEC/PREVIC), da seguinte forma:

- Criação de contribuição extraordinária de 4,3 vezes a contribuição normal dos participantes (ativos e aposentados), de modo a proporcionar o equilíbrio do plano.
- Alteração dos regulamentos dos planos Prece I e Prece II, ambos na modalidade de benefício definido, de modo a facultar o saldamento.
- Possibilidade de migração, com incentivo de participantes ativos (que optarem pelo saldamento), aposentados e pensionistas para um novo plano "Plano Prece Contribuição Variável - CV".

Como reflexo desse processo, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2010 um ganho de R\$559.081 no resultado de 2010 e que foi apurado através de cálculos atuariais efetuados pelos atuários independentes contratados pela Companhia, sendo oriundo exclusivamente da redução do passivo atuarial da Companhia compensado pelo aumento da contribuição dos participantes.

Em 29 de maio de 2011, foi encerrado o período de migração dos planos de benefício definido para o novo plano de contribuição variável, com o resultado de 7.312 migrantes, representando 62,9% de optantes sendo 3.136 ativos, 2.603 aposentados e 1.573 pensionistas.

Em junho de 2011, a Prece e a CEDAE foram notificadas da ação ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Rio de Janeiro e Região - SINTSAMA ("SINTSAMA"), para suspender a cobrança da contribuição extraordinária e, dessa forma, encontra-se suspensa a cobrança daqueles empregados remanescentes no Plano Prece I.

Como resultado da ação mencionada, a Companhia estendeu o período migratório até outubro de 2011.

Adicionalmente, para os participantes que optaram pela migração, a Companhia pagará a título de incentivo o montante equivalente ao déficit acumulado do serviço passado. O valor dos incentivos totais oferecidos pela Companhia compreendeu R\$607.015, cujo contrato financeiro foi firmado em 15 de dezembro de 2011, prevendo o pagamento em 73 parcelas mensais, tendo o ocorrido o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2012. A correção do saldo devedor é de 6% ao ano, acrescido de INPC até a data do efetivo pagamento.

Em garantia ao pagamento mencionado, a CEDAE ofereceu os recebíveis decorrentes da prestação de serviços de água e esgoto, exceto aos usuários localizados nos Municípios do Rio de Janeiro, Belford Roxo, São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu.

A Companhia utiliza como uma das premissas para mensuração do passivo atuarial, as contribuições extraordinárias de 4,3 vezes a contribuição normal dos participantes (ativos e aposentados). As contribuições extraordinárias foram aprovadas pela PREVIC como parte do processo de equacionamento do déficit do Plano Prece I e encontram-se suspensas desde julho de 2011 em função de determinação judicial. A Companhia entrou com recurso contestando a referida decisão, no entanto, até a presente data, não houve decisão do mérito.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Passivo atuarial--Continuação

Em 2014, a PREVIC, como resultado da fiscalização das contas da Prece, determinou que a entidade de previdência efetuassem a provisão das contribuições extraordinárias não recebidas dos participantes e da patrocinadora. A Companhia manteve no passivo não circulante o valor de R\$177.310, que corresponde à parcela sob sua responsabilidade com relação às contribuições extraordinárias em 31 de dezembro de 2017. No exercício de 2018 houve decisão do mérito favorável a Companhia, tendo a PRECE revertido a provisão das contribuições extraordinárias não recebidas dos participantes e da patrocinadora, sendo que o valor das contribuições sob sua responsabilidade já se encontram incorporadas no passivo não circulante.

Plano Prece II

Esse plano de benefício definido possui todas as regras idênticas ao plano Prece I e foi criado para suplementar a renda do Prece I, ultrapassando o teto seu limite. Esse plano também foi equacionado nos moldes descritos no item anterior e está fechado para novas adesões.

Plano Prece CV

O plano Prece CV está estruturado na modalidade de contribuição variável e abrange os participantes que migraram dos planos de origem (Prece I e Prece II), e tem como patrocinadoras a CEDAE, Cedae Saúde e a Prece. Os participantes podem optar pelas modalidades de recebimento do benefício: renda vitalícia, renda por prazo determinado não inferior a 10 anos, e renda por prazo indeterminado com ou sem reversão em pensão.

Nesse plano o participante possui uma conta individual (exceto a modalidade Renda Vitalícia), cujo saldo total servirá para apuração dos benefícios no momento da aposentadoria.

O participante que migrou com opção pela Renda Vitalícia mantém o mesmo rol de dependentes do plano de origem. O participante optante pela Renda Indeterminada com Pensão pode inscrever-se como dependente a pessoa que guarde relação de dependência, observado os mesmos requisitos estabelecidos para o INSS.

Em caso de desligamento, o beneficiário pode resgatar o valor registrado em sua conta pessoal acrescido do montante de 0,25% por mês da conta Patronal.

Este plano está fechado para novas adesões.

Plano Prece III

Criado para abranger os empregados admitidos a partir de 2006, que não possuem os outros dois planos de benefícios, sendo estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD) com benefício de risco para morte e invalidez. Esse plano é exclusivo para os funcionários da CEDAE.

Nesse tipo de plano o participante possui uma conta individual cujo saldo total servirá para apuração dos benefícios no momento da aposentadoria.

O participante poderá incluir como dependente os mesmos beneficiários reconhecidos pelo INSS, além de filhos com até 24 anos que estejam cursando o nível superior e para a aposentadoria por tempo de contribuição é necessário um mínimo de 10 anos de vinculação ao plano, 55 anos de idade e término do vínculo empregatício com a Companhia.

Inexiste joia, taxa de inscrição ou regresso, nem limitação máxima para o salário participação.

Em caso de desligamento, o beneficiário pode resgatar o valor registrado em sua conta pessoal acrescido do montante de 0,25% por mês da conta Patronal, desde que o número de meses seja superior a 30.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Passivo atuarial--Continuação

(b) Caixa de Assistência aos Servidores - Cedae Saúde

A Caixa de Assistência dos Servidores da CEDAE- Cedae Saúde administra o plano assistencial destinado aos empregados da CEDAE, Prece, Cedae Saúde e seus dependentes dos exercícios de 2020 e 2019.

Participantes	2020	
	Quantidade	
	Ativos	Assistidos
Plano Assistencial Cedae Saúde	4.580	9.160

Participantes	2019	
	Quantidade	
	Ativos	Assistidos
Plano Assistencial Cedae Saúde	4.663	9.101

O Estatuto da Prece e o Regulamento do Plano Cedae Saúde estão adaptados à legislação vigente.

(c) Prêmio de aposentadoria

Em 31 de dezembro de 2020, o prêmio de aposentadoria da CEDAE possui 2.865 participantes (3.081 em 2019) (Nota 2.15.a.4).

As contribuições da Companhia para o fundo totalizaram:

	2020	2019
Plano de benefícios (Prece)	120.510	375.209
Plano de assistência (Cedae Saúde)	162.489	166.436
Prêmio aposentadoria	14.537	3.180
	297.536	544.825

A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:

	2020	2019
Valor presente da obrigação de benefício definido	4.032.319	4.017.538
Valor justo dos ativos do plano	(793.104)	(831.837)
Passivo atuarial líquido	3.239.215	3.185.701

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Passivo atuarial--Continuação

A reconciliação dos ativos e passivos (valores negativos) líquidos pode ser assim demonstrada:

	Prece I	Prece II	Prece III	Prece CV	Cedae Saúde	Prêmio de Aposentadoria	Total
Em 1º de janeiro de 2019	(296.740)	(61.103)	-	(561.585)	(1.187.433)	(42.080)	(2.148.941)
Custo do serviço corrente	1.088	(186)	(47)	53	(16.019)	(1.692)	(16.803)
Custo com juros	(35.121)	(12.503)	(35)	(76.856)	(106.707)	(3.283)	(234.505)
Rendimentos esperados dos ativos	8.209	6.954	98	26.538	-	-	41.799
Benefícios pagos no ano	-	-	-	-	166.436	3.180	169.616
Contribuições participantes							
Contribuições da patrocinadora	32.504	6.530	141	336.034	-	-	375.209
Ganhos (perdas) atuariais, líquidas	(5.620)	(3.620)	(157)	7.338	(1.366.703)	(3.314)	(1.372.076)
Mudança de hipóteses	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	(295.680)	(63.928)	-	(268.478)	(2.510.426)	(47.189)	(3.185.701)
Custo do serviço corrente	194	-	(98)	(64)	(24.922)	(1.793)	(26.683)
Custo com juros	(24.764)	(8.804)	(26)	(62.134)	(178.179)	(2.478)	(276.385)
Rendimentos esperados dos ativos	3.268	4.156	90	46.266	-	-	53.780
Benefícios pagos no ano	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições participantes	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições da patrocinadora	35.112	12.871	103	72.424	162.489	14.537	297.536
Ganhos (perdas) atuariais, líquidas	(68.159)	(17.354)	(69)	(85.218)	79.321	(10.283)	(101.762)
Mudança de hipóteses	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	(350.029)	(73.059)	-	(297.204)	(2.471.717)	(47.206)	(3.239.215)

A movimentação das obrigações de benefícios pós-emprego durante os exercícios de 2020 e 2019 é demonstrada a seguir:

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Passivo atuarial--Continuação

	Plano de benefício	Plano de assistência médica	Prêmio de aposentadoria	Total
Em 1º de janeiro de 2019	1.464.999	1.187.433	42.080	2.694.512
Custo do serviço corrente	(909)	16.019	1.692	16.802
Juros sobre obrigações atuariais	124.515	106.707	3.283	234.505
Reconhecimento de ganhos (perdas) atuariais, líquidos	119.332	1.366.703	3.314	1.489.349
Contribuições dos participantes	46.476	-	-	46.476
Benefícios pagos	(294.490)	(166.436)	(3.180)	(464.106)
Em 31 de dezembro de 2019	1.459.923	2.510.426	47.189	4.017.538
Custo do serviço corrente	(31)	24.921	1.793	26.683
Juros sobre obrigações atuariais	95.728	178.179	2.478	276.385
Reconhecimento de ganhos (perdas) atuariais, líquidos	105.429	(79.320)	10.283	36.392
Contribuições dos participantes	51.143	-	-	51.143
Benefícios pagos	(198.796)	(162.489)	(14.537)	(375.822)
Em 31 de dezembro de 2020	1.513.396	2.471.717	47.206	4.032.319

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios no exercício apresentado é a seguinte:

	Plano de benefício	Plano de assistência médica	Prêmio de aposentadoria	Total
Em 1º de janeiro de 2019	545.570	-	-	545.570
Rendimento esperado dos ativos	41.799	-	-	41.799
Ganho atuarial dos ativos do plano	117.272	-	-	117.272
Contribuições da patrocinadora	375.210	-	-	375.210
Contribuições dos participantes	46.476	-	-	46.476
Benefícios pagos	(294.490)	-	-	(294.490)
Em 31 de dezembro de 2019	831.837	-	-	831.837
Rendimento esperado dos ativos	53.780	-	-	53.780
Ganho atuarial dos ativos do plano	(65.370)	-	-	(65.370)
Contribuições da patrocinadora	297.536	-	-	297.536
Contribuições dos participantes	51.143	-	-	51.143
Benefícios pagos	(375.822)	-	-	(375.822)
Em 31 de dezembro de 2020	793.104	-	-	793.104

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Passivo atuarial--Continuação

A composição dos ativos dos planos é como segue:

	2019		
	Prece I	Prece II	Prece CV
Renda variável	30,43%	30,43%	30,43%
Renda fixa	29,95%	29,95%	29,95%
Imóveis	29,46%	29,46%	29,46%
Caixa e equivalentes de caixa	0,03%	0,03%	0,03%
Derivativos	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	10,13%	10,13%	10,13%
	100,00%	100,00%	100,00%

	2020		
	Prece I	Prece II	Prece CV
Renda variável	30,25%	28,19%	24,85%
Renda fixa	40,98%	44,51%	61,67%
Imóveis	21,33%	17,12%	6,82%
Caixa e equivalentes de caixa	0,00%	0,00%	0,00%
Derivativos	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	7,44%	10,18%	6,66%
	100,00%	100,00%	100,00%

Todos os planos de benefícios definidos da CEDAE possuem fundamento, ou seja, existem ativos garantindo os passivos atuariais. Dessa forma, a Companhia só possui planos com cobertura parcial ou totalmente cobertos, por isso não segregou sua análise atuarial.

Os valores reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes são:

	2020	2019
Custo do serviço corrente	(26.683)	(16.803)
Juros sobre obrigações atuariais	(276.385)	(234.505)
Rendimento esperado dos ativos	53.717	41.741
Reconhecido no resultado (Nota 25)	(249.351)	(209.567)

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Passivo atuarial--Continuação

	2020	2019
Saldo inicial dos ganhos (perdas) atuariais acumulado do resultado abrangente em 1º de janeiro	(2.059.673)	(734.391)
Ajustes de ganhos (perdas) atuariais – Prece	32.529	(102.678)
Ajustes de ganhos (perdas) atuariais - Cedae Saúde	102.275	(1.350.290)
Ajustes de ganhos (perdas) atuariais - prêmio de aposentadoria	(10.213)	(3.385)
Contribuição social diferida	(11.213)	131.071
Total dos ganhos (perdas) líquidos (as) atuariais no exercício do resultado abrangente	113.378	(1.325.282)
Total dos ganhos (perdas) atuariais acumulados do resultado abrangente em 31 de dezembro	(1.946.295)	(2.059.673)

Apresentamos abaixo as contribuições esperadas para o encerramento do ano fiscal de 31 de dezembro de 2021:

	Prece I	Prece II	Prece III	Prece CV	Cedae Saúde	Total
1. Companhia	34.702	8.807	86	15.742	130.855	190.192
2. Participantes	26.793	8.672	-	15.061	-	50.526

O perfil de vencimento do pagamento de benefícios:

	Prece I	Prece II	Prece CV	Cedae Saúde	Prêmio de aposentadoria	Total
2021	58.331	19.308	102.447	130.855	17.427	328.368
2022	56.665	19.062	101.056	136.661	4.313	317.757
2023	54.817	18.765	99.535	145.630	905	319.652
2024	52.951	18.419	97.887	149.897	5.751	324.905
2025 ou posterior	272.232	100.631	538.956	1.028.585	22.290	1.962.694
Duração (em anos)	9,06	8,00	9,97	15,03	9,6	-

Apresentamos abaixo a análise de sensibilidade da avaliação atuarial:

Premissa	Prece I		
	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(30.590)	(7,53)
	Redução de 0,5%	33.176	8,17
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	-	-
	Redução de 1 ano	-	-
Crescimento salarial	Aumento de 0,5%	(866)	(0,21)
	Redução de 0,5%	475	0,12

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Passivo atuarial--Continuação

Prece II			
Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(7.520)	(5,20)
	Redução de 0,5%	8.835	6,11
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	-	-
	Redução de 1 ano	-	-
Crescimento salarial	Aumento de 0,5%	961	0,66
	Redução de 0,5%	(518)	(0,36)
Prece III			
Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(11)	(1,75)
	Redução de 0,5%	11	1,82
Crescimento salarial	Aumento de 0,5%	11	1,85
	Redução de 0,5%	(6)	(0,97)
Prece CV			
Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(41.372)	(4,30)
	Redução de 0,5%	44.560	4,63
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	-	-
	Redução de 1 ano	-	-
Crescimento salarial	Aumento de 0,5%	4	0,0004
	Redução de 0,5%	(2)	0,0002
Cedae Saúde			
Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(159.273)	(6,44)
	Redução de 0,5%	137.147	5,55
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	-	-
	Redução de 1 ano	-	-
Crescimento salarial	Aumento de 1 ano	-	-
	Redução de 1 ano	-	-
Inflação Médica	Aumento de 0,5%	138.217	5,59
	Redução de 0,5%	(161.450)	(6,53)

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Passivo atuarial--Continuação

Premissa	Prêmio de Aposentadoria		
	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(946)	(2,00)
	Redução de 0,5%	1.196	2,53

Premissas atuariais

As principais premissas atuariais utilizadas nos cálculos das provisões dos planos: Prece, Cedae Saúde e Prêmio de Aposentadoria em 31 de dezembro de 2020 são as seguintes:

Hipóteses econômicas	Plano de benefício - Prece				Plano de assistência médica	Prêmio de aposentadoria
	I	II	III	CV	Cedae Saúde	
Taxa de desconto ao ano - %	6,35	6,24	5,62	6,35	7,12	6,35
Taxa de retorno de ativos - %	3,00	2,90	2,30	3,00	3,75	3,00
Crescimento salarial - %	3,53	3,53	3,53	3,53	3,71	3,63
Inflação - %	3,25	3,25	3,25	3,25	3,25	3,25
Fator capacidade - %	98	98	98	98	98	98
Aging Factor - %	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Inflação Médica - %	-	-	-	-	2,5	-

Hipóteses demográficas	Plano de benefício - Prece				Plano de assistência -	Prêmio de aposentadoria
	I	II	III	CV	Cedae Saúde	
Tábua de mortalidade	AT-83 IAM masculina	AT-2000 Basic segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 10% segregada por sexo	AT-2000 Basic masculina	AT-2000 Basic masculina	AT-2000 Basic masculina
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	MI-85 segregada por sexo	Winklevoss	Winklevoss	Não Aplicável	Não Aplicável
Tábua de entrada de invalidez				UP-84 modificada, suavizada		UP-84 modificada, suavizada
Rotatividade	Muller Experiência Prece 2016/2019	Muller Experiência Prece 2016/2019	Álvaro Vindas Experiência Prece 2016/2019	30%, por sexo Experiência Prece 2016/2019	Não Aplicável Experiência Prece 2012/2017	30%, por sexo Experiência Prece 2016/2019
Composição familiar - ativos	Família Média (*)	Família Média (*)	Não Aplicável	Não Aplicável	Família Real (**)	Não Aplicável
Composição familiar - assistidos	Família Real I (**)	Família Real (**)	Não Aplicável	Família Real (**)	Não Aplicável	Não Aplicável

(*) Cônjuge masculino 4 (quatro) anos mais jovem que o titular, sendo 90% casados.

(**) Conforme base cadastral.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Outros parcelamentos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Indústria Antártica do Sudeste (a)	122.183	116.614
General Electric do Brasil (b)	50.754	48.417
Outros	955	14.455
	173.892	179.486
Circulante	66.117	77.279
Não circulante	107.775	102.207
	173.892	179.486

(a) Indústria Antártica do Sudeste

Refere-se ao parcelamento decorrente de acordo judicial por pagamento a maior de tarifa de tratamento de esgoto, efetuado em abril de 1999, no qual a CEDAE vem compensando as parcelas da dívida com o volume de água fornecida mensalmente a Indústria Antártica do Sudeste.

(b) General Electric do Brasil

A Companhia assinou, no ano de 2001, com a General Eletric do Brasil o Termo de Transição Geral de Direitos para encerrar definitivamente as ações cautelares e declaratórias acumuladas perante o juízo da 7ª Vara de Fazenda Pública da Capital do Rio de Janeiro de números 96.001.121535-0 e 96.001128412-8. O valor de R\$20.910, correspondente ao débito da Companhia perante a General Eletric do Brasil equivalente a 1.770.420 metros cúbicos (informação não auditada), é corrigido anualmente e amortizado com os consumos em m³ de águas das matrículas cadastradas na Companhia e de responsabilidade da General Eletric do Brasil.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é de R\$3.015.828 (R\$2.586.987 em 2019), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 629.071.608 ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal (629.071.608 ações em 2019).

Em 30 de abril de 2020, a Companhia aumentou seu capital social em R\$428.841 mediante capitalização do excedente do lucro líquido após as destinações legais, sem alteração do número de ações.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2020 e 2019 por quantidade de ações está assim distribuída:

	2020		2019	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Estado do Rio de Janeiro	629.069.085	99,9996	629.069.087	99,9996
Outros	2.523	0,0004	2.521	0,0004
	629.071.608	100,0000	629.071.608	100,0000

b) Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais em 31 de dezembro de 2020 e 2019, logo o lucro básico por ação é igual ao lucro diluído por ação, naquelas datas.

As tabelas abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros (prejuízo) básico e diluído por ação:

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido--Continuação

b) Lucro por ação--Continuação

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(247.150)	1.022.934
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	629.072	629.072
Lucro (Prejuízo) básico por ação (R\$)	(0,39)	1,63

c) Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios em consonância com a legislação societária na ordem de 25% do lucro líquido remanescente, após a constituição da reserva legal. A Companhia tem utilizado o facultado pelo artigo 9 da Lei nº 9.249/1995, quanto aos juros sobre o capital próprio a título de remuneração aos acionistas, determinados com base na variação “*pro rata*” dia da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), aplicada sobre o patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Administração propôs a destinação do lucro calculado como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(247.150)	1.022.934
Reserva legal - 5%	-	(51.147)
	(247.150)	971.787
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	-	242.947
Distribuição Proposta		
Juros sobre o capital próprio	-	207.615
Dividendos a pagar	-	35.332
Quantidade de ações ordinárias	629.072	629.072
Dividendos por ação	-	R\$0,39

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido--Continuação

d) Reserva de capital

É constituída de valores aportados na Companhia a fundo perdido, originários de programas sociais da União Federal que destinam recursos para o setor de saneamento. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é composto de R\$2.037 de doações de redes de águas e esgoto, R\$3.869 do Programa Habitar Brasil e R\$8.058 do Programa Ação Social de Saneamento, compondo um total de R\$13.964.

e) Reserva legal

É constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social sendo que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social, conforme previsto no artigo 193 da Lei Federal nº 6.404/1976. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

f) Outros resultados abrangentes

A movimentação é composta pelo saldo da reserva de reavaliação, líquido das realizações do exercício que em 2020, foram de R\$169.841 (R\$169.841 em 2019), pelos resultados líquidos atuariais, que em 2020, foi uma perda de R\$113.378 (ganho líquido de R\$1.325.282 em 2019), sendo ambos os saldos líquidos da contribuição social diferidos.

g) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades relacionadas à distribuição de água e esgoto, em conformidade com o artigo 196 da Lei Federal nº 6.404/1976.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Receita operacional líquida

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Serviços de distribuição de água	4.080.385	4.175.394
Serviços de coleta e tratamento de esgoto	2.069.007	2.186.383
Receita bruta de serviços	6.149.392	6.361.777
Tributos sobre faturamento	(230.335)	(238.770)
	5.919.057	6.123.007

22. Custo dos serviços prestados e despesas operacionais

a) Custo dos serviços prestados

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Custos com serviços de terceiros	(1.147.641)	(991.249)
Custos com pessoal	(1.004.635)	(876.437)
Custos com depreciação e amortização (Notas 10 e 11)	(279.109)	(278.589)
Custos com material	(150.715)	(116.666)
Créditos de Pasep e COFINS sobre depreciação	2.080	2.080
Outras	(1.912)	(6.445)
	(2.581.932)	(2.267.306)

b) Despesas comerciais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Constituição de provisão para perdas de créditos esperadas, líquida (Nota 8.4)	(1.897.491)	(1.476.304)
Despesas com serviços de terceiros	(124.594)	(109.458)
Despesas com pessoal	(32.959)	(19.896)
Despesas com material	(25.379)	(413)
Outras	(1.358)	(255)
	(2.081.781)	(1.606.326)

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Custo dos serviços prestados e despesas operacionais--Continuação

c) Despesas gerais e administrativas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas com pessoal	(230.087)	(207.925)
Despesas com serviços de terceiros	(182.238)	(161.270)
Despesas com custas legais e judiciais	(29.965)	(26.874)
Despesas com material	(14.766)	(3.399)
Repasse Extraordinário Cedae Saúde (i)	(13.827)	(24.792)
Convênio e Progr. Desenv. Social e Educacional	(13.362)	(13.334)
Outras	(3.966)	(34.667)
	<u>(488.211)</u>	<u>(472.261)</u>

(i) Trata-se de aporte financeiro para fins de regularização de necessidades de ativos garantidores e aporte de regularização devido a repetidos resultados deficitários deixando-o com insuficiência de capital mínimo.

23. Resultado financeiro

a) Despesas financeiras

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Juros passivos e sobre parcelamentos tributários	(149.719)	(67.675)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(46.079)	(58.353)
Multas, juros e acréscimos moratórios sobre pagamento em atraso das obrigações tributárias	(840)	(589)
Outras	(752)	(1.339)
	<u>(197.390)</u>	<u>(127.956)</u>

b) Receitas financeiras

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Atualização monetária	68.413	114.003
Rendimentos de aplicações financeiras (Nota 7)	29.465	45.688
Juros auferidos	24.523	18.691
Multas por impontualidade	15.935	19.165
Descontos obtidos e bonificações	3.877	6.811
	<u>142.213</u>	<u>204.358</u>

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Outras despesas operacionais, líquidas

	2020	2019
Outras receitas operacionais		
Recuperação de despesa e receita fiscais	21.880	1.260
Demais receitas operacionais	10.111	7.686
Reversão de provisões	4.293	20.410
Recuperação de despesas judiciais (i)	3.560	7.622
	39.844	36.978
Outras despesas operacionais		
Constituição de provisão para contingências e passivos fiscais, líquida (Nota 16.b)	(746.811)	(538.122)
Constituição de passivo atuarial, líquida (Nota 18)	(249.351)	(209.567)
Constituição de provisão para perda de ativos, líquida	(440)	(181)
Outras	(14.588)	(15.630)
	(1.011.190)	(763.500)
	(971.346)	(726.522)

(i) Refere-se à receita com a recuperação de depósitos judiciais.

25. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros e importâncias seguradas:

Riscos	Data vigência		2020	2019
	De	Até		
Riscos operacionais (imóveis) danos materiais	12/09/2020	12/09/2021	150.183	159.877

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Eventos subsequentes

a) Sucessão na diretoria executiva

Em 12 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE elegeu, Edes Fernandes de Oliveira, Presidente (DPR) e os diretores Fernando Antonio Portes Serrano, (DPE), Alberto Régis Távora, (DFI), Humberto de Mello Filho, (DTP), Marcelo Dibe Rodrigues, (DSG), Marco Aurélio Damato Porto, (DRI), Armando Costa Vieira Júnior, (DRM), Rafael Cavalcanti Cid, (DJ).

Edes Fernandes de Oliveira
Diretor-Presidente

Mauricio de Souza Campos
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fernando Antonio Portes Serrano
Diretor de Projetos Estratégicos e Sustentabilidade

Armando Costa Vieira Júnior
Diretor da Região Metropolitana

Marco Aurélio Damato Porto
Diretor da Região do Interior

Rafael Cavalcanti Cid
Diretor Jurídico

Humberto de Mello Filho
Diretor Técnico e de Projetos

Renato Ferreira Coelho
Assessor de Controladoria
Contador - CRC-RJ 089799/O-3

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES

Em atendimento ao inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, sociedade anônima de economia mista, de capital aberto, com sede na Av. Presidente Vargas, Nº 2655 - Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.352.394/0001-04, declaram que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras em IFRS da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2021.

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO PARECER DE AUDITORIA INDEPENDENTE PELOS DIRETORES

Em atendimento ao inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, sociedade anônima de economia mista, de capital aberto, com sede na Av. Presidente Vargas, Nº 2655 - Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.352.394/0001-04, declaram que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras em IFRS da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2021.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA/2021

Em consonância com o disposto nas Legislações Federal e Estadual e em seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da CEDAE, o Comitê de Auditoria reuniu-se mensalmente, ordinária e extraordinariamente, totalizando 02 (duas) vezes por mês, no curso do ano de 2020, mantendo como foco principal a avaliação dos trabalhos das Auditorias Interna e Independente e das áreas ligadas à Governança, notadamente Compliance, Controles Internos e Gestão de Riscos; o acompanhamento da elaboração das Demonstrações Financeiras; e, o assessoramento ao Conselho de Administração da CEDAE em outros assuntos considerados relevantes pelos membros do Comitê ou por demanda específica do Conselho de Administração.

Em todas as atividades ligadas às áreas foco do Comitê de Auditoria observaram-se, no exercício de 2020, sensíveis melhorias, com efeitos positivos na qualidade das Demonstrações Financeiras e dos controles internos adotados na CEDAE.

Assim, fundamentado em suas avaliações e análises, considerando inclusive as reuniões realizadas até o mês de março de 2021, e no relatório apresentado pela EY – ERNST YOUNG, empresa de auditoria independente responsável pela avaliação dos procedimentos contábeis adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras da CEDAE, bem como, considerando que os trabalhos de auditoria tiveram abrangência considerada suficiente para avaliar com segurança a qualidade e a transparência das referidas demonstrações, o Comitê de Auditoria propõe ao Conselho de Administração da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE a aprovação das Demonstrações Financeiras levantadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2021.

Antonio Miguel Fernandes

Luiz Antonio da Silva Lima

Berith Jose Citro Lourenço Marques Santana

PARECER DO CONSELHO FISCAL CEDAE Nº 001/2021

Senhores Acionistas,

1. O Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.
2. Os exames foram efetuados, com base nas informações e esclarecimentos da auditoria externa e nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e ainda, no parecer da ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., datado de 24 de março de 2021. O referido Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 apresentam, adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da companhia.
3. Diante do exposto, este Conselho Fiscal aprova as contas da Companhia e opina no sentido de que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2021.

LEONARDO LOBO PIRES

Presidente do Conselho Fiscal

CPF nº. 086.714.557-93

THOMPSON LEMOS DA SILVA NETO

Membro do Conselho Fiscal

CPF nº. 727.289.497-00

ALMIR MACHADO VIEIRA

Membro do Conselho Fiscal

CPF nº. 101.285.787-50

SINVAL DE OLIVEIRA FILHO

Membro do Conselho Fiscal

CPF nº. 003.941.307-15

DELIBERAÇÃO Nº. 001/2021

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, no exercício de suas funções legais e estatutárias, após apreciar o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, bem como os Relatórios da Auditoria Externa EY, do Comitê de Auditoria, o Parecer do Conselho Fiscal da Companhia e, ainda, o Balanço Social de 2019, manifesta-se de acordo com os referidos documentos e considera que a matéria examinada traduz, com propriedade, a Posição Patrimonial da CEDAE no Exercício de 2020 e, por seus Membros abaixo assinados, delibera que as mesmas estão em condições de serem encaminhadas à Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2021.

- 1. Sérgio Cabral de Sá - Presidente**
- 2. Joseph Junqueira de Macedo Reiner – Vice-Presidente**
- 3. Edes Fernandes de Oliveira – Membro**
- 4. Renato Lima do Espírito Santo – Membro**
- 5. Fábio Eduardo Galvão Ferreira Costa – Membro**
- 6. Ricardo Lessa Carrazedo - Membro**
- 7. José Arley Lima Costa - Membro**
- 8. Rafael Rolim de Minto – Membro**
- 9. Jorge Luiz Ferreira Briard – Membro**
- 10. Paulo Cezar Saldanha da Gama Ripper Nogueira – Membro**

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Responsabilidade Social e Ambiental

CEDAE: empresa que produz saúde e promove a melhoria da qualidade de vida do cidadão fluminense.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO:

O ano de 2020 foi atípico para todos e mostrou-se bastante tumultuado, principalmente, pelas dificuldades criadas pela pandemia da Covid-19 e todas as suas consequências na sociedade e economia. Ciente da gravidade do quadro mundial de pandemia, a CEDAE não interrompeu suas atividades um dia sequer graças à integração de toda equipe de colaboradores.

A empresa instituiu, já em março de 2020, um grupo de trabalho responsável por definir e acompanhar as ações para que os impactos do coronavírus não afetassem de forma significativa a rotina da empresa nem a prestação dos serviços de abastecimento para a população. Ainda no início da pandemia, a CEDAE contratou, em caráter emergencial, caminhões-pipa para atender a Região Metropolitana do Rio. Com a medida, a Companhia visou dar celeridade ao atendimento de localidades que apresentaram solicitações de reforço no abastecimento. Esta situação exigiu uma atitude consciente de que a melhoria contínua faz parte do nosso dia-a-dia e que a polivalência e a flexibilidade são atributos para se adaptar aos imprevistos e atuar com atitudes positivas sem abaixar a cabeça e se deixar dominar pelo temor, desespero e desânimo.

Seguindo as medidas de isolamento social, adequamos nossas atividades e procedimentos às modalidades do trabalho remoto e online para os setores compatíveis, adequamos as instalações e procedimentos de segurança com todo o rigor para promover a retomada das atividades presenciais de forma criteriosa e gradativa.

No caso da “crise da Geosmina” a CEDAE instalou, em janeiro de 2020, o sistema de aplicação de carvão ativado na entrada da água da estação de tratamento, além disso, também realizou testes diários relacionados aos padrões relacionados a gosto e odor da água. A Companhia manteve uma rotina rigorosa de monitoramento da qualidade da água produzida pela ETA Guandu através dos técnicos que verificam a qualidade da água produzida pela estação, de forma contínua, na saída de tratamento e no ponto de captação de água bruta, além da rede de distribuição, podendo assim assegurar a qualidade da água fornecida.

Em novembro de 2020, houve redução de 25% da capacidade de bombeamento da elevatória do Lameirão. O problema ocorreu em um dos motores que fica localizado a cerca de 64 metros de profundidade, trazendo o aumento da complexidade para a execução da manutenção, precisando assim ser feito de forma gradativa a fim de evitar o comprometimento da estrutura da unidade. Esta elevatória tem a função de bombear água a uma altura de até 120 metros (equivalente a um prédio de 44 andares), criando a pressão necessária para iniciar o processo de distribuição para os municípios do Rio de Janeiro e Nilópolis. A CEDAE emvidou todos os esforços necessários para a redução do tempo de reparo e conseguiu restabelecer a normalidade do abastecimento em 38 dias. Durante esse período, foi necessária a criação de comitê de crise e a elaboração de plano de manobras emergencial para diminuir as consequências da redução do fornecimento de água, que impactou o abastecimento nos municípios destacados acima.

Uma importante frente em 2020 foi com relação à sustentabilidade. A CEDAE reforçou seu compromisso com o tema, que é um valor organizacional, e seguiu implementando diversas ações com o objetivo de fortalecer sua comunicação e garantir a evolução dos temas Ambiental, Social e Governança dentro e fora da empresa.

No que tange as ações ambientais, podemos destacar o incentivo a utilização da chamada água de reuso tanto nas atividades internas da CEDAE como para nossos clientes externos. Outra grande iniciativa é o Programa Replantando Vida que em sua vertente ambiental, tem sido artífice da recuperação de matas ciliares, nascentes e outras áreas das bacias hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro.

Em 2020, apesar do avanço da pandemia, a CEDAE manteve suas ações de cunho social e ambiental. A Companhia é uma das que mais emprega mão de obra carcerária no Brasil e, por meio de convênio com a Fundação Santa Cabrini, encerrou o ano passado com 599 apenados distribuídos em 146 setores da Companhia, em 48 municípios. São homens e mulheres que realizam serviços como limpeza e conservação de prédios e recuperação ambiental de mananciais hídricos. Os apenados auxiliam nas tarefas em diversas frentes: etapas de operação/manutenção de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, setores administrativos, serviços de copa, de limpeza e conservação de prédios, produção de máscaras protetora contra Covid-19, produção de uniformes e recuperação ambiental dos mananciais hídricos.

A Sanitização de Comunidades do Rio de Janeiro foi outro destaque em 2020. Ação complementar ao saneamento nas comunidades do Rio de Janeiro, a CEDAE contratou empresa especializada para realizar serviço de sanitização, reforçando o combate à Covid-19. Em alguns casos, a Companhia chegou a reforçar determinados serviços, principalmente em comunidades carentes, áreas mais vulneráveis à disseminação do vírus.

A atenção ao público interno através de programas de capacitação e avaliações de desempenho, estão presentes na companhia, mas como dito anteriormente, foi impactada pela Covid-19. Os cursos presenciais na UniverCedae foram suspensos, optando por módulos online. As avaliações de desempenho tiveram seu cronograma alterado, mas ainda na agenda da Assessoria de Gestão de Pessoas da empresa para 2021.

Por fim, é importante reconhecer o longo caminho que ainda é preciso percorrer rumo ao desenvolvimento sustentável mais justo e seguro para as próximas gerações. A CEDAE vem avançando e exercendo suas funções como ficará evidente na leitura deste Balanço Social, de modo que a empresa vai buscar com afinco a busca por melhorias socioambientais no âmbito da empresa, de sua cadeia de valor e da sociedade, a partir do desenvolvimento de mecanismos, produtos e serviços socioambientalmente cada vez mais responsáveis.

Cordialmente,

Edes Fernandes de Oliveira

Diretor-Presidente

Atividades Sociais e Ações Ambientais Realizadas no Exercício de 2020

1. Sociedade

1.1 Capacitação e Inclusão

1.1.1 Projeto Replantando Vida – Ressocialização de Detentos

O Projeto Replantando Vida foi criado pela CEDAE com o objetivo de proporcionar a ressocialização e a inserção no mercado de trabalho dos apenados em regime semiaberto, aberto, prisão albergue domiciliar (PAD) e liberdade condicional do sistema prisional do Estado do Rio de Janeiro. Desde que foi implantado, em 2001, cerca de 4.500 apenados já passaram pelo programa. Essa mão de obra, fruto de uma parceria firmada com a Fundação Santa Cabrini, é empregada nas tarefas de operação e manutenção dos nossos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, assim como nos serviços gerais dos setores administrativos, na confecção de peças dos equipamentos de proteção individual (EPI's) da Companhia e também na produção de mudas nos viveiros da empresa, assim como no reflorestamento de áreas em margens de corpos hídricos e nascentes.

Iniciamos o ano de 2020 com 463 apenados associados ao Programa, e, no decorrer do ano, foram contratados 425 apenados, o que resultou em 888 pessoas beneficiadas pelo Programa ao final do período.

As mulheres apenadas beneficiadas pelo Replantando Vida trabalham em oficinas de confecção de variadas peças de uniformes que compõem os EPI's da Companhia, assim como na confecção de 124.865 máscaras de proteção respiratória para prevenção da Covid-19. Mesmo durante a pandemia foi produzido, em 2020, um total de 8.664 peças de EPI's, além de 15.000 sacos de juta e TNT para acondicionamento de mudas florestais.

Foram criadas quatro equipes de sanitização que aplicam Quaternário de Amônia de 5ª Geração, que no período de maio a dezembro de 2020 executaram 2.328 intervenções sanitizantes, cobrindo 3.260.924 m² em setores da empresa e em alguns órgãos públicos.

O trabalho dos apenados é remunerado e, pelas regras do projeto, são duas as classes de remuneração mensal, para ajudantes e monitores. Os primeiros receberam, mensalmente em 2020, um salário mínimo nacional de R\$ 1.045,00 e os monitores, em número de 45, receberam R\$ 1.567,50. A Companhia tem optado por melhorar a remuneração de parte dos apenados como motivação por seu destaque profissional, aí incluídos aqueles que desenvolvem tarefas em nossa oficina de costura e possuem qualificação específica. Todos os apenados recebem também auxílio transporte e auxílio alimentação pelos dias trabalhados.

O projeto já proporcionou algumas contratações pelo mercado de trabalho destes apenados, na conclusão de suas penas e até mesmo no decorrer da sanção aplicada pela justiça. Além disso, a Companhia possui em seus quadros dois colaboradores concursados oriundos deste Programa.

O sucesso do Projeto Replantando Vida foi reconhecido, em 2020, e pelo terceiro ano consecutivo, com o Selo Resgata, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ). Este selo é uma estratégia do MJ para incentivar e reconhecer a responsabilidade social de empresas, órgãos públicos e empreendimentos de economia solidária em todo o país com a causa da ressocialização de egressos do sistema prisional.

A Companhia conquistou ainda o “Prêmio Firjan Ambiental”, como forma de reconhecimento à contribuição que o Programa Replantando Vida vem dando a restauração florestal, além de realizar plantios para recuperação de nascentes e matas ciliares empregando apenados do sistema prisional.

1.2 Parceria

1.2.1 Educação Ambiental

Os Centros de Visitação Ambiental (CVA's) da Cedae localizados nas Estações de Tratamento de Água de Guandu e Imunana-Laranjal e também as Estações de Tratamento de Esgotos de Alegria (ETE Alegria) e da Barra da Tijuca (ETE Barra) recebem visitas diárias de alunos de instituições do ensino fundamental, médio, superior e pós-graduação, além de professores e pesquisadores. Nestas visitas, fazemos a distribuição de material específico sobre os processos de tratamento de água e da coleta e tratamento dos esgotos.

Ainda na área de Educação Ambiental, técnicos da companhia realizam eventos educativos abertos à população, demonstrando aos participantes, o funcionamento do processo de tratamento da água, por meio da operação de uma mini Estação de Tratamento de Água – ETA, e palestras sobre “Água de Reuso”, incentivando cada vez mais esta prática.

Por iniciativa da nova política ambiental da Companhia, em 2019, houve a criação do Programa Cedae Ambiente – PCA, que prevê a execução de projetos em diferentes áreas de atuação visando a responsabilidade socioambiental e a sustentabilidade nas atividades desenvolvidas na empresa. O PCA engloba parcerias com Unidades de Conservação (Parque Estadual da Pedra Branca e Parque Nacional da Tijuca) para promover conscientização sobre a importância da preservação dos mananciais e áreas verdes. Com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, a parceria visa o projeto de reuso de águas residuárias, relacionadas ao projeto “Cedae Reusa: Desafios e Oportunidades”, com foco no estudo de viabilidade do aproveitamento dos efluentes tratados das ETE's e do lodo de ETA's. E por fim, com a BRK Ambiental, a Companhia tem parceria para reaproveitamento do lodo em Estações de Tratamento de Esgotos.

No início de 2020, foi promovida uma campanha externa de combate ao mosquito *Aedes aegypti* na Rocinha. A ação teve como objetivo conscientizar a população sobre a importância do combate ao mosquito vetor de doenças como: Dengue, Zika e Chikungunya. A ação contou com a distribuição de 2.000 mudas de espécies de plantas que produzem óleos essenciais, que agem como repelente natural ao mosquito, além da distribuição de folders informativos.

Devido à pandemia da Covid-19, todas as participações em eventos externos e visitas foram temporariamente suspensas em 2020, conforme estabelecido pelo Plano de Retomada publicado pela Companhia.

1.2.2 Assistência a Menores Adolescentes

Oferecer formação técnico-profissional compatível com o desenvolvimento físico, moral e psicológico dos jovens é o objetivo do Programa Jovem Aprendiz, que oferece oportunidades a jovens com idades variando entre 14 e 24 anos. O desenvolvimento da

aprendizagem se dá mediante a realização de atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva, que são desenvolvidas no ambiente de trabalho, nas áreas administrativas, jurídica, contábil, financeira, comercial e operacional, sendo assim qualificados para a inserção ao mercado de trabalho.

Durante o ano de 2020, participaram do programa, 285 jovens, sendo 130 novos ingressos, provenientes do Programa Rio Solidário/DEGASE e da Escola Favo de Mel (FAETEC) e terminamos o período com 138 jovens aprendizes em atividade na Companhia.

Desde seu início, o Programa já recebeu 2.211 jovens aprendizes para exercerem a função de auxiliar de escritório. Os jovens recebem os benefícios de um salário mínimo regional, auxílio-refeição, vale transporte e seguro de vida. Eles cumprem uma jornada diária de trabalho de 6 horas, nas atividades administrativas, comercial, contabilidade, financeira, informática e jurídica.

Um dos jovens admitidos neste nosso projeto, Rafael das Neves Rufino foi premiado, em 2018, nos III Jogos Latinos Americanos das Olimpíadas Especiais, no Paraná. Portador de Síndrome de Down e praticante de basquete desde criança, ele jogou pela seleção brasileira e ajudou a conquistar o terceiro lugar, recebendo a medalha de bronze no torneio.

1.2.3 Apoio às Atividades Promovidas pela Fundação Abrinq

A defesa e o exercício da cidadania da criança e adolescente é a missão da fundação, além da garantia e potencialização e o acesso de jovens ao ensino fundamental e médio, assim como, a promoção de vidas saudáveis por intermédio do desenvolvimento de mais de sete milhões de crianças e adolescentes que participam e são beneficiadas com os projetos da fundação, objetivando a construção de uma sociedade mais justa. Em 2020 a Companhia manteve a parceria com a fundação, visando o fortalecimento, viabilidade e a continuidade dos projetos da instituição.

1.3 Tarifa Social

Com o objetivo de proporcionar melhor qualidade de vida para os clientes de baixa renda, a Companhia operou com a tarifa social da ordem de R\$ 3,0750 por m³, sendo a conta mensal fixa de R\$ 36,90 para o fornecimento de 6 m³ de água e a coleta de esgoto.

Essa tarifa social oferecida pela Companhia representa redução de aproximadamente 40% em relação às tarifas normalmente praticadas para água e esgoto. A população beneficiada com essa tarifa social, em 2020, foi de 1.266.361 habitantes.

A Companhia manteve ainda, em 2020, convênios com entidades filantrópicas, por meio de termo de cooperação, isentando essas instituições da tarifa de água e esgotos nas unidades em todo o estado onde elas realizam suas atividades sociais. Essas associações _ Federação das Associações de Pais e Amigos Excepcionais do Estado do Rio de Janeiro (FEDAPES-RJ) e Federação das Associações Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro (FEASPERJ) _ promovem ações sociais direcionadas para os direitos das pessoas com deficiência, promoção a saúde para o envelhecimento saudável, apoio à família, trabalho na comunidade e inclusão escolar e no trabalho.

Em virtude da pandemia causada pelo Covid-19, o Governo do Estado do Rio de Janeiro adotou uma série de medidas visando o bem estar da população, e em atenção ao

Decreto Estadual nº 47.330, a Companhia suspendeu a cobrança pelo fornecimento de água e coleta de esgoto, prestados a seus usuários residenciais, enquadrados na tarifa social e comércio de pequeno porte de abril a outubro e ao Decreto Estadual nº 47.178 a prorrogação por 60 dias do vencimento das contas e faculte o parcelamento aos clientes dos períodos referentes à março até agosto de 2020.

1.4 Ouvidoria Geral - Aproximação com a Sociedade

A ouvidoria tem por finalidade funcionar como agente controlador das demandas da população, promovendo mudanças e não apenas operando internamente como uma atividade de intermediação. A ideia é, desta forma, fortalecer a relação com a sociedade no pleno exercício de sua cidadania, agindo de maneira proativa para equacionar uma solução para a insatisfação da população no que tange a problemas potenciais nas atividades operacionais e administrativas da companhia. Desta forma, a ouvidoria assegura que a sociedade tenha voz ativa no processo decisório interno.

No decorrer de 2020, a nossa ouvidoria efetuou 32.528 atendimentos, sendo 20.043 por meio telefônico através do nosso 0800, 2.860 presenciais, 8.041 por e-mail, 1.584 pela nossa agência reguladora AGENERSA. Desse total de atendimentos, foram finalizados e solucionados 97,9% deles.

Os acessos à nossa ouvidoria geral se dão pelo telefone 0800-0316032 e pelo e-mail: ouvidoriageral@cedae.com.br. Nina, atendente virtual da empresa, que começou a operar através do site da companhia, onde é possível reportar casos de vazamento de água ou esgoto, solicitar ajuda para tirar a segunda via da conta, entre outros.

1.5 Programa PEP-CEDAE – Ensaio de Proficiência para Laboratórios de Água, Esgotos e Áreas Afins

O programa tem por objetivo atuar como uma ferramenta de monitoramento e promoção da quantidade metrológica dos laboratórios do setor de saneamento e meio ambiente, além de ser um elemento facilitador para a implantação de sistemas de garantias de qualidade. A estrutura e a organização do provedor e do programa de ensaios de proficiência seguem as recomendações da ABNT/ISO/IEC GUIA 43-1 - Ensaio de Proficiência por Corporações Internacionais.

Desde o início do programa, a Companhia já participou de 04 rodadas de ensaio de proficiência do Laboratório Proágua Ambiental, acreditado pelo INMETRO de acordo com a ISO17025:2017, a fim de garantir a confiabilidade dos resultados analíticos do Laboratório de Controle da Qualidade.

Nesse período, os nossos laboratórios realizaram 604.425 análises de controle físico, químico e microbiológico de água, sendo 560.196 de rotina, 2.685 fora da rotina e 41.544 análises de esgotos.

1.6 Sanitização de Comunidades do Rio de Janeiro – Covid 19

De 14 de abril a 19 de setembro de 2020, a CEDAE realizou ações de sanitização em 314 comunidades e complexos no Rio de Janeiro, através de contrato com uma empresa especializada para realizar serviço de sanitização, reforçando o combate à Covid-19. A

operação começou na comunidade do Vidigal, com a desinfecção de vias e espaços públicos, becos, vielas e escadarias.

A desinfecção foi conduzida por agentes especializados da empresa contratada que estiveram com equipamentos de proteção individual (EPIs) e utilizaram nebulizador a frio para borrifar produto com efeito desinfetante (quaternário de amônia de quinta geração e biguanida polimérica - phmb) nas vias e equipamentos públicos destas localidades. Esta técnica e princípio ativo do produto utilizados pela prestadora do serviço são os mesmos utilizados pelo governo chinês em ruas daquele país como forma de combate ao novo coronavírus. O produto age como uma película que mata os micro-organismos do local (vírus, bactérias, fungos e ácaros) e forma uma camada protetora que mantém a superfície desinfetada por até 30 dias, dependendo da ação externa e circulação de pessoas.

Outra ação adotada foi a instalação de sistemas alternativos de abastecimento em comunidades localizadas em regiões de crescimento desordenado com abastecimento precário e moradias sem meios de receber e reservar água. No total, foram instaladas 50 caixas d'água para reforço do abastecimento em 34 localidades no Rio desde o dia 08 de abril de 2020, atendendo a mais de 80,8 mil pessoas nestas comunidades.

Também no início da pandemia, a CEDAE contratou, em caráter emergencial, caminhões-pipa para atender a Região Metropolitana do Rio. Com a medida, a Companhia visou dar celeridade ao atendimento de localidades que apresentaram solicitações de reforço no abastecimento.

Na área Comercial, a CEDAE adotou medidas, desde o início da pandemia, para reduzir o impacto nos orçamentos dos consumidores. Com isso, ofereceu inicialmente prazo de 60 dias para pagamento das contas de março a agosto de 2020 (Decreto 47.178) a todos os clientes, sem cobrança de multas e com parcelamento sem ônus. Outra ação adotada foi a de suspender serviços de corte de abastecimento e negativação para todos os clientes da empresa. As duas medidas são válidas até o fim do período da pandemia.

A Companhia também suspendeu em março a cobrança das faturas para clientes de tarifa social (até outubro de 2020) e para comércio de pequeno porte (até julho de 2020). Tal medida permitiu a esses consumidores priorizarem e reorganizarem suas despesas.

Ainda em relação à Covid-19, a CEDAE firmou parceria com a Secretaria de Estado de Saúde (SES), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – seção Rio de Janeiro (ABES-Rio), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (POLI/UFRJ) para monitorar a concentração de SARS-COV-2 (o novo coronavírus) nos esgotos da Região Metropolitana do Rio. A coleta de amostras de esgotos foi iniciada em setembro em dez pontos: as ETEs Alegria, Barra da Tijuca, Penha, Pavuna, Sarapuí, São Gonçalo, Ilha do Governador e Vargem Grande e as elevatórias Leblon e André Azevedo. O trabalho dos pesquisadores servirá de base para tomadas de decisão dos órgãos de saúde para conter a pandemia do coronavírus.

A Cedae ainda contou com 250 trabalhadores do setor operacional da Companhia que trabalham diariamente somente em comunidades, atendendo demandas dos moradores. Essas equipes realizaram um total de 1670 atendimentos entre os dias 16/03 e 22/04.

Público Interno

1.7 Programa de Readaptação Profissional

O objetivo do programa é receber colaboradores que se encontram em situação de auxílio doença, encaminhados pelo órgão de previdência oficial, solicitando a indicação de uma nova atividade laboral. Os colaboradores são avaliados pelos membros da Comissão Permanente de Readaptação Profissional do setor de Medicina do Trabalho e Serviço Social da Companhia e, conseqüentemente elegíveis pelo médico do trabalho para o programa, sendo inseridos e treinados para o desenvolvimento de novas atividades que respeitem seus limites físicos, apontados pela Previdência Social quando do retorno do trabalho. Este programa é realizado em parceria com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e, em 2020, foram atendidos 04 colaboradores, sendo 01 com finalização de readaptação e 03 em andamento no programa.

1.8 Programa de Prevenção à Dependência Química (PROPAD)

Os nossos colaboradores têm a opção de buscar o PROPAD para cuidar de problemas com alcoolismo e uso de drogas. Eles são submetidos a abordagens e orientações dos serviços sociais, com visitas hospitalares e domiciliares, e tratamento seriado, com procedimentos de avaliações psicoterápicas e fonoaudiológicas, ambulatoriais domiciliares e fisioterapias domiciliares. O PROPAD atendeu, neste período, 06 colaboradores, sendo 02 internados em clínicas especializadas neste período.

1.9 Desenvolvimento

1.9.1 Treinamentos

O treinamento permanente de seu quadro de colaboradores é uma tônica na Cedae, apesar do cenário adverso gerado pela pandemia do Covid-19, em 2020, foram desenvolvidos 253 cursos, em sua maioria no formato EAD (Ensino a Distância), de treinamento de capacitação com a participação de 900 colaboradores e carga horária de 11.653 horas. Esses treinamentos foram realizados nas instalações da Universidade Corporativa – UniverCedae, em parcerias com instituições como ANA, FGV, SENAI, SH Treinamentos e Sociedade Brasileira de Metrologia.

1.9.2 Estágios

O programa de estágios da CEDAE prevê um limite de 375 vagas, sendo 155 para o nível médio e 220 para o nível universitário. Em 2020, passaram pelo programa 401 estagiários, sendo que destes, 108 foram novos ingressos e terminamos o período com 209 estagiários em atividade na Companhia. O programa de estágio é estruturado como previsto na Lei 11.788/2008, e tem por meta possibilitar condições aos estudantes de praticar seus conhecimentos em situações reais de trabalho, visando a formação do futuro profissional, sendo um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho.

Além disso, o programa de estágio promove oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal, oferecendo aos jovens estudantes a oportunidade de inserção no mercado de trabalho e vivência de situações profissionais praticadas capazes de enriquecer a carreira profissional do estagiário.

Os benefícios concedidos pela Companhia aos estagiários são bolsa-auxílio, auxílio-refeição, auxílio-transporte e seguro de vida. O programa de estágios atende nas áreas administrativa, gerencial e operacional, à todas as Diretorias da Companhia.

1.9.3 Bolsas de Estudos

Os colaboradores da CEDAE recebem bolsas de estudos para utilização em instituições de ensino de inquestionável reputação, podendo ser utilizadas também pelos seus dependentes, para os cursos do Ensino Fundamental, Médio ou Médio Profissionalizante. Em 2020, foram contemplados com bolsas 07 colaboradores e 50 dependentes, totalizando 57 bolsas de estudos concedidas, com valor unitário de bolsa de até R\$ 636,64.

1.9.4 Instrutoria Interna

O propósito da instrutoria é o de possibilitar a transferência dos conhecimentos obtidos pelos nossos colaboradores instrutores ao longo de suas carreiras profissionais e resgatar e valorizar o capital intelectual interno. A companhia sempre estimula essa prática e utiliza a sua Universidade Corporativa - UniverCedae para a efetivação dessas atividades. No decorrer de 2020, o projeto teve uma adesão de 11 instrutores, que realizaram aulas nas mais diversas áreas da Companhia.

1.10 Segurança do Trabalho

O setor de segurança do trabalho tem por objetivo prevenir e minimizar os riscos de acidentes nos ambientes de trabalho das unidades operacionais e administrativas da CEDAE. Os objetivos são o crescimento, o aprimoramento e a eficácia das ações da Gestão de Segurança e Saúde da Companhia. Foi inaugurado na intranet da Companhia o canal do Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), disponibilizando os Books de EPI e EPC para consulta, além de documentos de orientação para acidentes de trabalho e para o serviço social.

Neste período, foram atualizados 116 Relatórios de Não Conformidade (RNC), 360 treinamentos nas mais variadas áreas, seja para prevenção e combate a incêndio como para práticas seguras no ambiente de trabalho, espaço confinado e diálogos de segurança, em virtude da pandemia de Covid-19, o treinamento de 260 destes colaboradores foi realizado à distância, na modalidade online. Foram realizados ainda 397 mapas de riscos, essenciais para que o trabalhador tenha conhecimento dos riscos a que está exposto, e 350 Programas de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e 64 avaliações ambientais nos trabalhadores, conforme a exposição. Para averiguar se enquadravam nos grupos de risco para Covid-19 (home office), foram realizados aproximadamente 345 avaliações médicas dos colaboradores, conforme determinado pelas autoridades sanitárias. Foram realizadas 10.979 inspeções nos extintores de

incêndio, a fim de assegurar que estarão aptos ao combate de princípio de incêndio, caso necessário.

Em virtude da pandemia da Covid-19 e da necessidade da adaptação às regras de distanciamento social, a maioria dos eventos planejados para 2020 não pode ocorrer no formato presencial, com isso a Companhia operou, neste período, com 50 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – CIPA's e foi realizada 1 SIPAT – Semana Interna de Prevenção de Acidentes e foram realizadas também 112 inspeções nas unidades. No decorrer de 2020, ocorreram 53 acidentes de trabalho, sendo 48 típicos, 5 de trajeto sem ocorrência de óbitos. O montante de recursos gastos no ano de 2020 foi de R\$ 209, utilizados nas avaliações ambientais, equipamentos de respiração autônoma, testes sorologia Covid-19 e no suporte geral dos projetos realizados.

1.11 Benefícios

1.11.1 Saúde e Assistência Médica

A Companhia oferece assistência médica objetivando promover o atendimento das necessidade de seus colaboradores e dependentes. Para isso, mantém, juntamente com os colaboradores participantes, a Caixa de Assistência dos Empregados da Cedae - Cedae Saúde, constituída na modalidade plano de saúde de autogestão. Em 2020, este sistema proporcionou cobertura para 12.927 colaboradores ativos, 2.784 aposentados e seus respectivos dependentes.

Em razão da pandemia da Covid-19, alguns exames não foram realizados e outros tiveram seus números reduzidos, assim como pelo Programa de Saúde Ocupacional (PROSAO), não foram realizados exames clínicos periódicos anuais, ultrassonografias da próstata, mamografias, ultrassonografias de mamas, além de outros, sendo realizados: 321 exames admissional, 497 demissional e 87 de retorno ao trabalho.

Neste período, foi mantido ainda o Programa de Reeducação Alimentar (REEDUCAR), que tem como objetivo dar suporte aos beneficiários nos hábitos alimentares, proporcionando o controle e a redução de comorbidades relacionadas ao sedentarismo e ao excesso de peso; o programa também visou controlar o colesterol e a glicose, a perda ou ganho de peso, doenças que exijam mudanças na alimentação e manutenção de peso, melhor o desempenho físico e mental, e controlar o estresse dando mais qualidade de vida ao participante e seus familiares, sendo atendido em 2020, 29 colaboradores. Foi realizada também uma campanha de vacinação contra a gripe H1N1, que atendeu 2.996 colaboradores.

Em 2020, foi criado o Programa de Cirurgia Bariátrica a fim de acompanhar beneficiários propensos a realização da cirurgia, com intuito de diminuir o tamanho do estômago para controle e redução de peso e, assim, evitar o aparecimento ou amenizar os efeitos de patologias associadas ao excesso de peso, como: hipertensão arterial, diabetes, artropatia e outros. Neste período participaram do programa 46 beneficiários ativos e 9 aposentados.

Em 2020, a Companhia promoveu palestras das quais destacamos: Retomada da Atividade – Cuidados para Prevenção da Covid-19; Dia Mundial do Coração; Dia Mundial de Combate ao Tabagismo; Outubro Rosa – Prevenção ao Câncer de Mama e Novembro Azul – Prevenção ao Câncer de Próstata.

1.11.2 Auxílio Creche e Pré-Escolar

A Companhia investiu, neste período, o montante de R\$ 1.949 com o auxílio oferecido aos colaboradores que possuem filhos com idade máxima de até 6 anos e 11 meses, no valor unitário limitado de até R\$ 689,90 para creche e jardim de infância. Neste ano, receberam o benefício 240 colaboradores, sendo contemplados 263 beneficiários.

2.5.3 Auxílio Filho com necessidades especiais

A Companhia oferece verba indenizatória mensal de até R\$ 1.079,51 aos colaboradores ativos que tiverem filhos ou dependentes reconhecidos como tal pela Previdência Social oficial ou tutelados na forma da legislação federal específica e que necessitem de cuidados especiais. O objetivo do auxílio é proporcionar melhoria da qualidade de vida das pessoas com necessidades especiais de qualquer origem, natureza e gravidade, e, por consequência, apoiar os colaboradores que possuem casos deste tipo em suas famílias. Neste período, foram beneficiados 149 colaboradores, com investimento da ordem de R\$ 1.480 para essa ação.

2.5.4 Auxílio Alimentação

Esse benefício é concedido aos nossos colaboradores por meio de Ticket-Refeição por dias trabalhados, em quantidade máxima de 24 tickets, sendo o valor mensal de R\$ 811,20. A Companhia, por meio de acordo coletivo, passou a conceder o Ticket Café da Manhã, também por dia trabalhado, totalizando R\$162,24 por mês. São contemplados pelos dois benefícios todos os colaboradores de níveis Fundamental, Médio e Superior das áreas operacional, comercial, administrativa e financeira, inclusive os ocupantes das funções de cargo de confiança.

2.5.5 Auxílio Transporte

A CEDAE concedeu auxílio transporte a 2.295 colaboradores neste período. O auxílio é concedido de forma opcional, sendo o vale transporte para uso nos meios de transportes oficiais do Estado do Rio de Janeiro, Fetranspor, Setransol, Sindpass, de acordo com a legislação federal pertinente a essa matéria.

2.5.6 Previdência Complementar

Com o objetivo de proporcionar aos colaboradores participantes do plano uma renda complementar no momento da aposentadoria, a Companhia patrocina, em conjunto com os colaboradores que aderiram ao plano, o Fundo de Previdência Complementar - Prece. Constituída na modalidade de fundo de pensão fechada, ele funciona como uma ferramenta de política de recursos humanos.

Durante o ano de 2020, ingressaram no plano 18 colaboradores assistidos, ocorreram 45 aposentadorias e se desligaram do plano 245 participantes. Ao final do período, a Prece mantinha 2.451 participantes assistidos, 2.924 aposentados e 3.396 pensionistas.

A Prece ofereceu aos participantes empréstimos com taxas de juros mais atrativas do que no mercado. Em 2020, com a reformulação do site da Prece, foi criado o “Blog Prece”, com conteúdo de extrema relevância, sobre Educação Financeira, Previdenciária e Tributária. O objetivo é disseminar a importância e a necessidade de administrar e controlar recursos financeiros de forma consciente, visando a relevância de possuir um plano de previdência complementar.

2.5.7 Programa Maternidade Cidadã

A Companhia libera suas colaboradoras para amamentação de seus filhos recém nascidos por mais 60 dias além da licença maternidade, contados do término da licença prevista no art. 7º de nossa Constituição Federal. Neste período, 40 colaboradoras foram beneficiadas com esse programa.

2.6 Relacionamentos com entidades sindicais

A Companhia sempre manteve bom relacionamento com as entidades sindicais representativas dos nossos colaboradores, por onde concede vários benefícios sociais, tais como, bolsas de estudos extensivas aos dependentes, auxílio creche, auxílio dependente químicos, auxílio portador de deficiências e outros. O nosso Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) foi assinado com as entidades sindicais em 22 de outubro de 2020 para o período de 2020/2022 e concedeu um reajuste salarial de 2,00% em maio de 2020, com aumento da cesta básica, auxílio alimentação e demais benefícios.

2.7 Coibição de práticas discriminatórias, e implantação de Código de Ética

A Companhia, por meio de sua área de recursos humanos da Diretoria de Gestão de Pessoas – DH, desenvolve campanhas de conscientização e orientação destinadas aos colaboradores e aos gerentes, sobre temas como o assédio moral, o assédio sexual e outras formas de discriminação de sexo, raça, religião ou ideologia política. O objetivo é prevenir a ocorrência de tais distorções e coibir atos e posturas discriminatórias no ambiente de trabalho.

A Companhia implantou, em 2018, um Código de Ética, com intuito de expressar seus princípios e valores. Além das leis vigentes, o documento serve como guia para as atitudes e os comportamentos de todos os nossos colaboradores, terceiros e parceiros de negócios.

Neste contexto, disponibilizamos um Canal de Ética, por meio do qual os nossos colaboradores podem fazer relatos de casos de qualquer natureza que possam estar indo contra as leis ou o próprio Código de Ética. Com o apoio deste canal, a Companhia promove a cultura da transparência, da ética e da integridade. Além disso, o canal inibe condutas contrárias aos princípios e aos valores da Companhia e, como resultado, mantemos um ambiente de trabalho melhor e livre de irregularidades.

3 Meio Ambiente

3.1 Reutilização da Água

A CEDAE defende a economia da água potável para usos prioritários, como o consumo humano. Isso nos leva a cada dia mais incentivar a utilização da chamada água de reuso tanto nas atividades internas da Cedae como para nossos clientes externos. Já foi produzido somente na Estação de Tratamento de Esgoto da Penha – ETE Penha mais de 70.863 m³ de água de reuso. Esse material foi utilizado internamente na diluição de polímeros; lavagem de centrifugas, de ruas nos pátios internos das estações e de logradouros públicos; na desobstrução de galerias de esgoto (caminhão sewer-jet); e na irrigação e jardinagem.

Também disponibilizados água de reuso para a Companhia de Limpeza Urbana – COMLURB, que a utiliza na lavagem de vias públicas, e para a Fundação Parques e Jardim, que faz uso nos serviços de rega de jardins públicos. A Companhia vem estimulando seus clientes industriais a utilizarem água de reuso.

Já a nossa Estação de Tratamento de Águas Cinzas – ETAC, instalada no prédio sede da Companhia, possibilitou o reaproveitamento aproximado de 240 m³ de água de pias, lavatórios, ar condicionado e águas pluviais captadas das chuvas, material este usado nos sistemas de descargas sanitárias e ainda para regar jardins a volta do prédio.

3.2 Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos e Licença Ambiental

Sempre preocupada com as questões do meio ambiente, a Companhia efetuou pedidos de licenciamento ambiental e solicitação de outorga de direito de uso dos recursos hídricos. Em 2020 totalizou 30 novos requerimentos, dos quais, 20 licenças ambientais e 10 licenças relacionadas a recursos hídricos, junto aos órgãos Federal, Estadual e Municipais, destes 08 outorgas de captação e permissões de direito uso da água e 02 outorgas de lançamento de efluentes. Neste mesmo período, a Companhia recebeu 30 novas licenças, sendo 11 ambientais e 19 relacionadas a recursos hídricos.

3.3 Replanteio de mudas nativas às margens dos Rios Guandu e Macacu

A CEDAE atua ativamente para contornar a degradação ambiental sofrida pelos corpos hídricos do Estado do Rio de Janeiro. Através do Programa Replantando Vida, a Companhia age na recuperação das matas ciliares, nascentes, zonas de recarga e demais áreas prioritárias para a melhoria da qualidade e quantidade da água nas bacias hidrográficas. Em 2020, foram plantadas na bacia hidrográfica do Rio Guandu 31.175 mudas florestais, com destaque para o municípios de Pirai. Através de parcerias com outras instituições, foram disponibilizadas para plantio um total de 120.000 mudas florestais, abrangendo 34 municípios na bacia hidrográfica.

Visando aumentar a contribuição para a restauração florestal na Bacia do Rio Paraíba do Sul, foram disponibilizadas para instituições parceiras e produtores rurais 72.125 mudas florestais para plantio, através do Projeto Conexão Mata Atlântica. As ações abrangeram desde o médio Paraíba, até o Norte e Noroeste do Estado, como Pirai e Valença. Essas parcerias são muito importantes, visto que há limitação logística da mão de obra apenas

do programa, que não pode trabalhar em um raio muito extenso do local onde cumpre sua pena.

Foram consolidadas importantes parcerias para a ampliar a atuação da Companhia na restauração florestal e estreitar os laços com instituições e indivíduos que compartilham com as premissas de recuperação ambiental das áreas prioritárias para melhoria da qualidade e quantidade de água. Foram organizadas ações conjuntas de plantio em 19 municípios do Estado, em que a Companhia apoiou os projetos oferecendo mudas florestais produzidas em seus viveiros e as instituições parceiras ficaram responsáveis pela execução e manutenção dos plantios.

Em nossos viveiros de mudas nativas da Mata Atlântica, foram produzidas, entre 2015 e 2020, a quantidade aproximada de 2.108.187 mudas. Dando continuidade à atividade de coleta de sementes florestais, a fim de garantir a qualidade das mudas e aumentar a diversidade das espécies produzidas, já foram coletadas pela equipe da Companhia sementes de 134 espécies naturais da Mata Atlântica. Tal ação ajudou a manter a produção e a elevar a diversidade de espécies em nossos viveiros. Fechamos o ano de 2020 com uma diversidade de aproximadamente de 249 espécies nos viveiros.

Os nossos técnicos mantêm os seus viveiros de mudas florestais devidamente registrados junto ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), onde foram registrados quatro coletores de sementes florestais, sendo dois colaboradores da Companhia e dois apenas do Programa Replantando a Vida. Outra atividade importante desenvolvida nesses últimos anos foi a consolidação do uso de lodo do esgoto como substrato para a produção de mudas florestais em nossos viveiros, o que minimizou a dependência de insumos externos, diminuiu o custo de produção e proporcionou a melhoria das mudas, além de ser uma forma mais adequada para a disposição sustentável do resíduo dos esgotos tratados pela Companhia.

3.4 Preservação de Recursos Hídricos

A CEDAE vem apoiando projetos de restauração florestal, para proteção dos mananciais de abastecimento público, em todo Estado do Rio de Janeiro. Em 2020, mesmo com a pandemia da Covid-19, a Companhia apoiou projetos ambientais em 34 municípios do Estado, além de um projeto em Guaratinguetá – SP, totalizando mais de 120.000 mudas florestais destinadas a restauração florestal de áreas de importância para mananciais.

Na Bacia do Rio Guandu, foram contemplados projetos ambientais em 10 dos 14 municípios que compõem a Bacia Hidrográfica, totalizando 31.175 mudas destinados à estes projetos, com destaque para Piraí, em que o apoio a projetos de restauração, em áreas de pequenos produtores rurais, plantou 10.978 mudas da Mata Atlântica.

Na Bacia do Rio Paraíba do Sul, foram atendidos projetos em 14 municípios, totalizando 72.125 mudas florestais destinadas a proteção de recursos hídricos.

Na Bacia da Baía de Guanabara foram destinadas 16.528 mudas florestais para atendimento da demanda de 8 municípios. Ainda foram destinadas mudas para Bom Jardim e Teresópolis, na Região Serrana e Macaé, no norte do Estado.

O Instituto Estadual do Ambiente – INEA é o órgão responsável pelas ações de recuperação de mananciais e rios, bem como de reflorestamento de matas ciliares, desassoreamento dos leitos e despoluição de rios das bacias hidrográficas do Estado do

Rio de Janeiro. Para isso, a Companhia repassou ao instituto a importância de R\$ 45.442, objetivando a preservação dos recursos hídricos do Estado.

3.5 Coleta Seletiva Solidária e Descartes de Lâmpadas Descontaminadas.

A CEDAE incentiva a coleta seletiva de maneira permanente. Essa atividade já proporcionou uma coleta acima de 12.139 kg em materiais recicláveis como papelão, papel comum, plásticos e alumínio no prédio sede. O material foi doado à Cooperativa Ecco Ponto Brasil Sustentável. Com a destinação adequada desses materiais, foi possível economizar 30,3 MWh de energia, preservando 295 unidades de árvores e 63 barris de petróleo.

Também por meio da nossa área de Gestão Ambiental, foram implementadas campanhas nos setores da Companhia para destinação adequada de lâmpadas fluorescentes e materiais recicláveis. Em uma campanha realizada internamente, foram destinadas adequadamente, para descarte, mais de 1.865 lâmpadas inservíveis. O material foi descontaminado e encaminhado para a indústria recicladora. Todos esses trabalhos foram realizados em conformidade com as especificações técnicas do Instituto Estadual do Ambiente-INEA, o que possibilitou o descarte de forma ambientalmente correta.

1 - Base de Cálculo	2020			2019		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
Receita Líquida (RL)	5.919.057			6.123.007		
Resultado operacional (RO)	(94.544)			1.268.300		
Folha de pagamento (FP)	867.639			833.659		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FP	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FP	% sobre RL
Alimentação	79.650	9,18	1,35	78.001	9,36	1,27
Encargos sociais compulsórios	287.009	33,08	4,85	253.522	30,41	4,14
Previdência privada	21.915	2,53	0,37	23.366	2,80	0,38
Saúde	147.383	16,99	2,49	158.137	18,97	2,58
Segurança e medicina no trabalho	815	0,09	0,01	624	0,07	0,01
Educação	406	0,05	0,01	469	0,06	0,01
Cultura	0	0	0	0	0	0
Capacitação e desenvolvimento profissional	510	0,06	0,01	492	0,06	0,01
Creches ou auxílio-creche	1.949	0,22	0,03	2.296	0,28	0,04
Participação nos lucros ou resultados	43.133	4,97	0,73	33.954	4,07	0,55
Outros- vale transporte	10.127	1,17	0,17	11.167	1,34	0,18
Total - Indicadores sociais internos	592.897	68,34	10,02	562.028	67,42	9,17
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	2.786	(2,95)	0,05	3.605	0,28	0,06
Cultura	0	0	0	0	0	0
Saúde e saneamento	2.497.755	(2.641,90)	42,20	2.141.471	168,85	34,97
Esporte	0	0	0	0	0	0
Combate à fome e segurança alimentar	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
Total das contribuições para a sociedade	2.500.541	(2.644,85)	42,25	2.145.076	169,13	35,03
Tributos (excluídos encargos sociais)	384.154	(406,32)	6,49	465.761	36,72	7,61
Total - Indicadores sociais externos	2.884.695	(3.051,17)	48,74	2.610.837	205,85	42,64
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	82.178	(86,92)	1,39	121.803	9,60	1,99
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0	0	0	0	0
Total dos investimentos em meio ambiente	82.178	(86,92)	1,39	121.803	9,60	1,99
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas (x) cumpre de 0 a 50%		() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	() não possui metas (x) cumpre de 0 a 50%		() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%
5 - Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	5.081			5.333		
Nº de admissões durante o período	294			84		
Nº de empregados(as) com remuneração superior a dois salários mínimos	5.081			5.333		
Nº de empregados(as) com idade inferior a 18 anos	0			0		
Nº de empregados(as) com mais de 10 anos de efetivos serviços na organização	4.393			4.737		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	72			73		
Nº de estagiários(as)	209			255		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	4.008			4.338		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	695			709		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	41,64			30,96		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	480			490		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	4,34			5,51		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	73			180		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2020			Metas 2021		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	7,5			7,7		
Número total de acidentes de trabalho	53			48		
FAP - Fator Acidentário de Prevenção	1,24			1,20		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) emp regados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(x) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolve	(x) apóia	() organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 32.528	no Procon 449	na Justiça 3.950	na empresa 24.396	no Procon 337	na Justiça 2.963
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	Na empresa 97,99%	no Procon 100%	na Justiça 43%	na empresa 99%	no Procon 100%	na Justiça 50%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2020: 1.580.832			Em 2019: 2.975.574		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	29% governo 3% acionistas	70% colaboradores (as) 17% terceiros	-19% retido	19% governo 8% acionistas	40% colaboradores (as) 7% %terceiros	26% retido
7 - Outras informações	<p>1) A Companhia atua na atividade de Saneamento Básico com sede no município do Rio de Janeiro/RJ e é identificada pelo CNPJ Nº 33.352.394/0001-04 emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB</p> <p>2) A CEDAE não utiliza mão de obra infantil, trabalho degradante e análogo à escravidão, não envolvendo-se com prostituição ou exploração sexual infantil ou adolescente e não está envolvida com corrupção.</p> <p>3) A Companhia valoriza e respeita a diversidade interna e externamente e coíbe as práticas discriminatórias.</p>					